ALEXANDRA KOLLONTAI

A OPOSIÇÃO OPERÁRIA 1920 - 1921

Nota sobre a autora do texto

Alexandra Kollontai nasceu em S. Petersburgo no dia 1 de Abril de 1872. Filha de um general e casada com um oficial do exército do Czar, aderiu posteriormente ao Partido social-democrata russo. Fez parte da emigração política no estrangeiro de 1908 a Março de 1917. Tendo regressado a Petrogrado no início da revolução, filiou-se no Partido bolchevique. Foi Comissário do Povo para as questões sociais logo após Outubro. Em 1920, A. Kollontai teve um papel importante nas actividades da Oposição Operária no seio do Partido. Foi, em 1922, colocada no Comissariado dos Negócios Estrangeiros e, em seguida, nomeada para a chefia da Legação dos Sovietes na Noruega (1923-25), no México (1925-27), novamente na Noruega (1927-30) e, finalmente, na Suécia (1930-45). Dirigiu também as negociações que se seguiram ao armistício russo-finlandês em 1944. Morreu em Moscovo no dia 9 de Março de 1952.

A presente edição foi feita a partir do texto francês publicado em *Socialisme ou Barbarie* n.º 35, Jan./Março de 1964.

Responsável pela tradução: *José Pais*

Arranjo gráfico: *Cristina Braga da Cruz*

Editor: *José M. C. Sousa Ribeiro*

A OPOSIÇÃO OPERÁRIA 1920/21

ALEXANDRA KOLLONTAI

O SACO DE LACRAUS — 1

AFRONTAMENTO/PORTO

JANEIRO DE 1979

INTRODUÇÃO

Confinada durante décadas ao conhecimento de alguns «especialistas», a plataforma da Oposição Operária, preparada por Alexandra Kollontai entre a IX Conferência do Partido Comunista Russo (b), em Setembro de 1920, e o X Congresso do Partido, em Abril de 1921, tende hoje a circular mais largamente no amplo espaço de luta aberto, *grosso modo*, desde Maio de 1968. Assim, chegou a vez à língua portuguesa, o que não prova senão que aquilo que se passa em Portugal não pode ser compreendido na sua totalidade sem uma ligação estreita com a situação da luta de classes na Europa e no mundo inteiro.

De uma maneira precisa, a plataforma da Oposição Operária representa pràticamente o último, e o mais elaborado, momento da oposição organizada que desde os primeiros meses da Revolução Russa, e antes mesmo da tomada do poder, existiu no seio do próprio partido bolchevique, estreitamente ligada à evolução concreta da situação das classes em presença. A chamada «oposição de esquerda», encabeçada por Trotsky, surge em 1926, já no período da «contra-revolução vitoriosa» e nunca ultrapassou os limites de um debate interno na superestrutura política. As notas dadas no fim da brochura, e que são da autoria do grupo inglês «Solidarity», descrevem resumidamente as vicissitudes das oposições dentro do PCR (b), desde o jornal «Kommounist», órgão dos «comunistas de esquerda», animado por Osinski, até ao grupo dos «centralistas-democráticos», que além do mesmo Osinski contava elementos importantes do partido. Schapiro, no seu estudo universitário, reaccionário mas particularmente bem informado, dá uma lista dos principais «esquerdistas» em 1918: Bela-Kún, Bubnov, Bukharine, Kollontai, Piatakov, Preobrajensky, Radek, Smirnov, para só citar os mais

conhecidos [1]. Pela sua parte, Kollontai explica resumidamente no próprio texto da plataforma a formação da Oposição Operária, nomeadamente a partir de certos sindicatos, como o dos metalúrgicos, e de grande parte das secções de Moscovo, onde o grupo de Ignatov estava sòlidamente implantado; com Kollontai, estão Chliapnikov, Lutvinov, velhos bolcheviques e «esquerdistas» de longa data, o primeiro dos quais foi chefe de redacção da *Pravda* em Fevereiro de 1917 e afastado pelo grupo Estaline-Kamenev (que impôs a linha moderada, mais tarde criticada por Lenine na altura das «Teses de Abril») e comissário do povo para o Trabalho em Outubro.

O que distingue fundamentalmente a Oposição Operária dos grupos que anteriormente se tinham oposto à linha dominante dos dirigentes do Partido (isto é, essencialmente, Lenine e Trotsky, e logo abaixo, Zinoviev, Kamenev, Estaline) é que, até 1920, no quadro da guerra civil, a crítica de esquerda assumira um conteúdo principalmente «doutrinário», pouco recolhendo do «mal-estar» crescente da base operária (dentro e fora do partido) e exprimindo insuficientemente as dificuldades *concretas* que começavam a ser encontradas na «construção do socialismo». A principal batalha dos «esquerdistas» contra a linha oficial teve lugar a propósito da assinatura do tratado de paz de Brest-Litovsk. Ora, independentemente da apreciação que se possa fazer pòstumamente da capacidade militar da Rússia revolucionária de prosseguir a guerra contra a Alemanha, esta batalha é, antes de mais, uma batalha de «princípios», em que os defensores mais consequentes do internacionalismo proletário entram em contradição com a vontade de paz, que não podia deixar de reinar mesmo entre as mais aguerridas forças do proletariado russo, extenuado por três anos de guerra [2].

(1) L. Schapiro: *Les Bolchéviks et l'Opposition*. Ver bibliografia
(2) Idem.

Outra linha de demarcação entre a «esquerda» e a linha oficial, aliás fluída e frequentemente contraditória, diz mais directamente respeito às questões com que se vai enfrentar a Oposição Operária. É toda a questão da orientação da economia e do papel respectivo do partido e da classe operária na construção do socialismo. Este aspecto fundamental é já tratado por Rosa Luxemburgo na sua brochura sobre a Revolução Russa, escrita na prisão em meados de 1918, e a ideia principal em torno da qual gira a crítica é a de que «o socialismo não se constrói por decreto», que «o socialismo não é um presente de Natal oferecido pelos dirigentes esclarecidos à massa amorfa», e que «uma organização de revolucionários profissionais altamente disciplinada pode cumprir certas tarefas de *destruição* do poder da burguesia, mas que a *construção* de um novo modo de produção e de novas relações sociais não pode deixar de ser obra colectiva do proletariado». É indiscutível que estas ideias claramente expressas por Rosa não lhe saíram da cabeça por inspiração divina: uma corrente de informações circulava já entre a Rússia e os outros países europeus; nomeadamente a Alemanha, e Rosa não faz aqui mais do que explicitar ideias que Osinski, por exemplo, exprimira desde Novembro de 1917, ao escrever que «por este andar, vamos direitos ao capitalismo de estado, mas não ao comunismo».

Mais em pormenor, sobre a questão agrária, à qual Rosa Luxemburgo alude igualmente, desde Março ou Abril de 1917 que Bukharine se opusera a Lenine, mostrando o carácter absolutamente limitado e, a curto prazo, contraditório da famosa «aliança operário-camponesa». Adiante se verá como, efectivamente, sob a palavra de ordem «a terra para os que a trabalham», que o partido bolchevique caucionou a fim de fazer convergir o movimento espontâneo de revoltas camponesas e de apropriação das terras com a luta do proletariado urbano contra a exploração capitalista sob as suas formas sucessivamente autocrática (czar) e democrática (governo provisório), se constituiu a base social anti-operária sobre a qual se firma

a NEP e sobre a qual se reconstitui o poder «de facto» de elementos burgueses, como os directores de fábricas (frequentemente antigos patrões), os engenheiros, técnicos e outros especialistas, os empregados administrativos, os caciques provinciais, etc. Acresce que este poder «de facto» se transformou ràpidamente em poder «de direito» a partir do momento em que estes elementos aderem em massa ao Partido e aí, a coberto das «necessidades económicas», gozam de relativa autonomia; é assim que se verá Kollontai exigir uma depuração radical de todos os elementos não-operários que aderiram ao partido depois da Revolução. Tentar-se-á ver, adiante, as razões da derrota da Oposição Operária, sobre este ponto como sobre os outros. Por ora, convém ver como as críticas de esquerda a que se aludiu — Rosa, Osinski, Bukharine, etc. — são de certo modo «prematuras», isto é, em 1918 as coisas estavam longe de ter atingido, a nível de massa, a nível concreto, a clarificação necessária; não se trata, evidentemente, de adivinhação por parte destes elementos mais lúcidos, mas da complexidade da situação concreta e da consequente dificuldade em «antecipar» sobre a evolução das relações entre as diferentes forças em presença.

Acrescente-se, por outro lado, que até 1920 não tinham desaparecido ainda os outros grupos revolucionários organizados fora do partido bolchevique. Nomeadamente, os anarquistas de várias tendências, fortes entre o operariado de Petrogrado e o campesinato ucraniano, só serão inteiramente varridos após a vitória final sobre as tropas brancas de Dénikine. Só com a derrota de Dénikine e, portanto, com a possibilidade de dispensar a aliança com os grupos armados de camponeses ucranianos do movimento de Makhno, se abre igualmente a possibilidade de liquidar, fìsicamente, quando foi necessário, a presença anarco-sindicalista em certos sectores das próprias massas proletárias [1]. É pois natural que os «sobreviventes» das

[1] Ver bibliografia.

oposições anarquistas, bem como socialista-revolucionária de esquerda e mencheviques-internacionalistas (Martov, Dan), se tenham juntado, na base, ao movimento larvar contra a direcção bolchevique que a Oposição Operária vai exprimir durante o curto ano de 1920. O elemento anarco-sindicalista não está desligado, por certo, do papel que a Oposição Operária afecta aos sindicatos, e é presumível que a força relativa que a Oposição tinha nos sindicatos se explique, de certo modo, pela adesão de muitos militantes revolucionários não-bolcheviques ao sindicato, não só por opção teórica, mas por ser este o último lugar onde a classe se exprimia ainda fora do controlo absoluto que o Partido impusera, nomeadamente nos sovietes. É uma boa coisa lembrar aos ideólogos dos «conselhos operários»: a autonomia da classe não tem formas privilegiadas, e tanto se pode exprimir no soviete contra o sindicato como, aqui, no sindicato contra o soviete, que entretanto se institucionalizou e passou sob o controlo das fracções vanguardistas. O processo foi de resto semelhante durante a Revolução alemã de 1918-21.

Vimos, pois, como a Oposição Operária recolhe, de modo mais «empírico» do que «formalizado», as diferentes formas assumidas pela oposição à direcção bolchevique durante os primeiros tempos da Revolução. Como se dizia, o que distingue a Oposição do carácter «doutrinal» até então prevalecentemente assumido pela crítica *dentro* do partido bolchevique, é que agora, em 1920, com a guerra civil acabada, perante opções decisivas a tomar relativamente à orientação da economia, a crítica parte da base, o descontentamento ganha a classe operária, e é este descontentamento, ou melhor, esta afirmação autónoma do interesse operário — inimigo, simultâneamente, dos elementos burgueses e do campesinato proprietário, assim como do crescente aparelho administrativo —, que a Oposição vai tentar canalizar, sem no entanto atacar frontalmente a estrutura do poder já estabelecido. Reparar-se-á, por exemplo, que se os ataques de Kollontai contra Trotsky,

Zinoviev, Bukharine, são directos e violentos, já a atitude perante Lenine é muito mais maleável, e não se pode duvidar da sinceridade subjectiva das palavras finais da plataforma, quando diz: «Sossegado e com esperança, o operário da base não dirá em vão: Ilyitch (termo familiar para Lenine) reflectirá, ouvir-nos-á e decidirá orientar o Partido na linha da Oposição. De novo, Ilyitch estará connosco.»

Mas, assim como Lenine, sem ser surdo, não ouvirá a Oposição, também o operário da base não ficou sossegado. E é assim que, completamente à margem da Oposição Operária, mas radicando-se nas mesmas razões de descontentamento que esta exprime, a crise se agrava a passos largos. Directamente ligadas à falta de víveres e às dificuldades de aprovisionamento, causadas não só pela guerra mas também pela resistência camponesa a entregar os produtos agrícolas aos representantes do governo, rebentam em Petrogrado uma série de greves, que Zinoviev, presidente do soviete local, manda reprimir sem contemplações. Solidários dos grevistas de Petrogrado, os marinheiros e operários de Cronstadt rompem abertamente com o governo bolchevique, proclamam uma Comuna local, apelam para o proletariado russo e internacional e reclamam a eleição de novos sovietes fora do controlo exclusivo do bolcheviques. É sabido — ou devia sê-lo — como a Comuna de Cronstadt foi implacàvelmente reprimida pelo exército de Trotsky; quanto aos manejos imperialistas que, no dizer do próprio Lenine, estariam por detrás dos marinheiros, nunca ninguém acreditou muito nisso, o que não impede que este tipo de argumentos se viesse a desenvolver, com o êxito que se sabe, sempre que o governo teve necessidade de justificar a repressão, as depurações, as deportações maciças, etc. (1).

Poucos dias depois de estalar a revolta de Cronstadt e enquanto os combates duravam ainda, abre o X Congresso do

(1) Ver a bibliografia sobre Cronstadt.

PCR (b), cujo desenrolar espelha bem a determinação do grupo dirigente bolchevique em resolver definitivamente aquilo a que Radek chamou, na sua declaração de voto, «uma situação flutuante, pior que qualquer erro que possamos cometer». Enquanto os combatentes de Cronstadt se batiam por muitas das reivindicações que a Oposição inscrevera na sua plataforma — nomeadamente no que dizia respeito às condições de vida da classe operária e à necessidade de maior «democracia operária» — os porta-vozes da Oposição não só não se solidarizam com o movimento, como o condenam, jogando até ao fim a carta da «transformação por dentro». Pelo seu lado, ao mesmo tempo que pressiona o grupo da Oposição para apresentar candidatos ao comité central (Chliapnikov nomeadamente), Lenine chama a si a proposta de Bukharine sobre a «unidade no seio do Partido» e transforma-a em proibição de fracções organizadas, ferindo de morte as tentativas da Oposição para agir no quadro da legalidade bolchevique.

Simultâneamente, o X Congresso é o congresso da Nova Política Económica (NEP), que põe termo às ambiguidades e às hesitações da anterior orientação da economia num sentido totalmente oposto às reivindicações da Oposição, restabelecendo a liberdade do mercado (como os insurrectos de Cronstadt pediam...), entregando a direcção do sector nacionalizado aos especialistas, reforçando a autoridade dos dirigentes ao nível das fábricas, favorecendo a pequena e média produção agrícola, em suma, institucionalizando, como Lenine de resto nunca escondeu, o capitalismo de Estado. O X Congresso consuma a subordinação do interesse operário aos interesses do desenvolvimento das forças produtivas e da acumulação do capital (aquilo para que se inventou o eufemismo de «acumulação socialista primitiva»). O esmagamento de Cronstadt e a proibição da Oposição Operária mostram a vontade dos dirigentes em subordinar toda a sua acção à nova orientação económica, cuja execução passa evidentemente (e não o in-

verso) pelo reforço do aparelho de estado, com o qual o Partido tende cada vez mais a confundir-se.

Ao X Congresso e à promulgação da NEP (o dia do esmagamento definitivo da Comuna de Cronstadt é o dia da assinatura do acordo comercial anglo-soviético), segue-se, poucos meses depois, o III Congresso da Internacional Comunista (Comintern), conhecido pela sua orientação «direitista». Uma análise detalhada, aqui impossível, mostraria a conexão progressiva entre o esmagamento de Cronstadt, o amordaçar da Oposição Operária, a instauração da Nep, e a política exterior da URSS, que a partir do III Congresso do Comintern aparece cada vez mais claramente subordinada à situação interna e em particular às opções bolcheviques perante a construção económica. A linha saída do III Congresso do Comintern chocou imediatamente com as fracções esquerdistas dos diversos agrupamentos e partidos comunistas ocidentais, que se opunham, nomeadamente, às teses parlamentaristas (a linha dos «governos operários», coligação eleitoral e parlamentar com vistas governativas entre socialistas e comunistas, prefigura de perto a linha das «frentes populares» institucionalizada mais tarde), às teses sindicalistas (início da linha da «frente sindical única», coincidindo com os Sindicatos Vermelhos), às teses sobre a «questão nacional», etc. (¹). É desta viragem que data a ruptura da ultra-esquerda europeia com o bolchevismo institucionalizado; é igualmente desta época que datam os ataques de Lenine contra o «esquerdismo» e o processo de bolchevização dos partidos comunistas ocidentais, através da expedição de quadros do Comintern com plenos poderes sobre as organizações locais. A partir daqui, a história da III Internacional mais não é o do que a história da subordinação dos movimentos de luta que rebentam numa série de países, desde a Alemanha de 1918-1921, até à Espanha de 1936-1939, passando pela China

(¹) *Les 4 premiers Congrès de l'Internationale Communiste*, reedição Maspero, Paris.

de 1925-1927, à orientação interna da política bolchevique e à sua estratégia defensiva, de alianças diversas, no quadro do «socialismo num só país» (¹).

Se esta trajectória — que inclui as farsas macabras dos processos de Moscovo, de 1936 a 1938 — não é melhor conhecida do movimento operário actual e dos seus militantes mais jovens, muito se deve ao silêncio activamente cúmplice das várias fracções burguesas que se sucederam no poder nos países ocidentais, a quem não competia efectivamente denunciar (antes pelo contrário) o generoso presente que Estaline lhes fez ao degradar definitivamente a ideia do socialismo aos olhos das grandes massas operárias dos países mais desenvolvidos. Durante décadas, pequenos núcleos de partidários irredutíveis da revolução proletária mundial bateram-se ideològicamente contra esta «imagem» que Estaline oferecia do socialismo: stakhanovismo, colectivizações forçadas, deportações maciças, depurações sangrentas, e, simultâneamente, aliança por toda a parte com fracções da pequena-burguesia proprietária, mistificando o terreno da luta de classes... Tal luta — da qual a versão trotskista, por ser a mais divulgada, nem por isso é a mais coerente — foi, e não podia ter deixado de ser, vã, impotente. Só hoje, na medida em que a classe operária tende a impor o seu interesse histórico anti-capitalista, através da auto-organização da sua luta quotidiana contra a exploração e contra o controlo de todo o espaço social pelo Estado, é que a crítica do sistema soviético pode ultrapassar os limites estreitos da crítica doutrinária, se não puramente ideológica, para o bater na prática da luta.

Mas voltemos a 1920. É pois no quadro desta fractura aberta no Comintern por ocasião do III Congresso que a plataforma da Oposição Operária chega aos países ocidentais nas malas de um delegado do KAPD (Kommunistische Arbeiter Partei

(¹) Cf. Arthur Rosenberg: *Histoire du Bolchévisme*, ed. Grasset, Paris, 1967.

Deutschlands, organização formada em 1919 pela fracção de esquerda do KPD e contra a qual Lenine dirige os principais ataques do seu livro famoso contra o «Esquerdismo»). Vimos pois, em grandes linhas, em que condições surge e é ràpidamente abafada a Oposição Operária. Tentemos agora analisá-la «por dentro» um pouco mais detidamente.

Fundamentalmente, a plataforma de Kollontai aceita não só o quadro institucional estabelecido pelos bolcheviques como a sua análise da situação sócio-económica, partilhando com todas as fracções do Partido a ideia central de que todo o esforço prático-teórico deve convergir para a «construção económica», mais exactamente, para o desenvolvimento das forças produtivas. O problema, para a Oposição, é *como* será feita essa construção e sobretudo *quem* assumirá a sua direcção. Por isso ela vai insistir em dois temas principais, que tendem de resto a reduzir-se ao segundo: crítica da direcção individual das unidades de produção, por um lado, e função dos sindicatos, «como órgãos da classe», na direcção da economia, por outro.

Para a Oposição, bater-se contra a direcção individual não é uma simples questão moral, a simples defesa de um princípio anti-hierárquico, mas um momento complexo da luta contra a preponderância tomada pelos especialistas burgueses na direcção da economia em geral e das fábricas em particular, e, simultâneamente, da luta pela defesa das condições materiais de vida dos operários e do «direito destes a gerir o seu próprio trabalho». Às teses oficiais, que impõem a direcção individual em nome da sua maior eficácia, a Oposição tenta opor-se pretextando que «nunca os operários trabalharão com tanto ânimo e engenho como quando assumirem colectivamente a gestão das fábricas» e que «não é a técnica dos especialistas burgueses que permitirá construir um novo modo de produção, mas sim a criatividade dos operários livres e conscientes». É fácil ver em certas destas afirmações da

Oposição rebentos anarco-sindicalistas e auto-gestionários que, efectivamente, nunca fizeram parte do programa bolchevique. Em contrapartida, têm razão aqueles que lembram, como os anarquistas, que a Revolução de Outubro foi feita em termos de «as fábricas aos operários» e a «terra aos camponeses»; têm igualmente razão aqueles que, como a Oposição, lembram as palavras de ordem bolcheviques sobre o «controlo operário» antes da tomada do poder e mesmo durante os primeiros tempos da consolidação. É com efeito aqui que reside a contradição irresolúvel da Oposição. Na prática, o que ela reclama é uma auto-gestão mediada pelos sindicatos, ao mesmo tempo que reconhece que a etapa diante da qual a sociedade russa de então se encontrava era a do desenvolvimento acelerado das forças produtivas, da acumulação e da industrialização. Em suma, o que ela pede, sem talvez se dar plenamente conta disso (mas não esqueçamos que estamos em 1920, com a classe operária batendo-se à escala europeia de armas na mão contra os patrões e o estado, com a perspectiva da revolução mundial ainda aberta no espírito de todos os militantes e de todos os operários em luta) é uma *gestão do capital por parte dos operários.* Ela pede pois o impossível — disso nos damos conta ao ver a Oposição bater-se corajosamente pelo melhoramento imediato das condições materiais da classe operária — e tenta superar a dificuldade através da mediação sindical.

É assim que, embora sublinhando o facto de a problemática em causa ultrapassar em muito o debate então em curso no Partido sobre a questão dos sindicatos, a Oposição Operária surge em certa medida como uma das fracções então formadas. Não vamos resumir aqui o que Kollontai explica longamente. Fundamentalmente, para a Oposição, trata-se de garantir aos sindicatos, como «órgãos naturais da classe» (tese que os bolcheviques não podiam deixar de atribuir à influência anarco-sindicalista, sendo-lhes até fácil servir-se de citações de Marx para o provar), uma autonomia indiscutível face ao Estado (sovietes), mais até do que pròpriamente face ao Partido.

Esta autonomia dos sindicatos não corresponde apenas, porém, à vontade de conservar para a classe um lugar onde exprimir o seu interesse próprio sempre que o Estado (como lugar do «equilíbrio». dos vários interesses divergentes em função de um «interesse geral») tenda a promover o «equilíbrio» em seu desfavor. Com efeito, a Oposição vai mais longe: os sindicatos seriam, através da função de orientadores da economia que lhes é afectada, o instrumento da classe operária para impôr o seu interesse contra todos os outros interesses que se enfrentam na sociedade soviética em 1920 — elementos da antiga burguesia proprietária, médios e pequenos proprietários rurais, a própria camada de funcionários do estado e do Partido. A derrota da Oposição na questão dos sindicatos é, pois, muito mais larga e importante do que saber se os sindicatos podem ou não dirigir a economia, se podem ou devem opor-se ao estado socialista. Ela é a derrota da classe operária, a subordinação dos interesses desta aos das outras classes em presença, os quais convergem, através do estado-partido, no «interesse geral» do desenvolvimento económico, ao qual corresponde numa primeira e longa fase, o pioramento absoluto das condições de vida do proletariado industrial e a progressiva proletarização do campesinato pobre como consequência da reforma agrária e da penetração crescente do capitalismo nos campos, sob a NEP.

Mas não se trata de atirar com a plataforma da Oposição para o museu das velharias, de a arrumar na prateleira das nobres, mas estéreis, ilusões autogestionárias. E não só porque a autogestão generalizada da produção de toda a vida material e intelectual permanece o «objectivo final» do movimento de emancipação dos trabalhadores, inscrito desde a irrupção do interesse proletário na cena da luta de classes, mas porque ela constitui, no seu tempo, uma expressão clara, ainda que nem sempre firme, deste interesse e, mais do que isso, porque a plataforma se não estabelece a partir de vagos princípios doutrinários, mas através de um caderno reivindicativo preciso

e concreto cujas implicações políticas não são iludidas. É neste sentido que a Oposição se inscreve integralmente na situação da classe operária russa da época e *eleva os interesses desta ao nível de linha geral de orientação revolucionária*, apenas hesitando — e como evitá-lo em 1920? — perante o dogma da hegemonia política do Partido. É neste sentido ainda que esta plataforma constitui a primeira crítica radical da evolução da revolução russa após a tomada do poder ao fazer saltar à vista de todos a contradição insanável do regime soviético — estado operário em que os interesses materiais da classe operária são subordinados aos interesses do desenvolvimento das forças produtivas sob a forma do salário e da lei do valor. Contradição que Trotsky, por exemplo, nunca enfrentou, desviando-a para o campo institucional, para o terreno da superestrutura política, perdendo-se (e com ele toda a fracção de esquerda que o seguiu nesta linha) na crítica dos dirigentes, fundamentada na teoria puramente idealista e subjectiva da «degenerescência burocrática». E a prova de que o interesse proletário se exprime da maneira que pode, tendo lùcidamente em conta a situação objectiva, é que enquanto Trotsky se opôs irredutìvelmente à Oposição sobre a questão dos sindicatos, hoje são os trotskistas que defendem o sindicato contra aqueles que, reivindicando-se da tradição da Oposição Operária e da esquerda comunista dos anos 20, mostram à sociedade como o interesse proletário não só não pode exprimir-se através do sindicato como também este último se lhe opõe aberta e repressivamente!

Em compensação, há que ver que só por absurdo a experiência da Oposição poderia hoje fundamentar uma ilusão auto-gestionária. Porque se esta experiência prova alguma coisa é que, mesmo no quadro de uma perspectiva aberta de transformação radical da sociedade, a ideia de fazer gerir o capital pela classe operária é uma ilusão que se paga caro, como a Oposição o pagou. É neste sentido que a plataforma de Kollontai e toda a evolução da luta de classes na Rússia soviética dos anos 20

mostram ainda que o comunismo não é um modo de gestão, mas efectivamente um modo de produção (a criar). Não é talvez despropositado abrir aqui um rápido parêntesis sobre o Socialismo. Se em vez de discutir *ad infinitum* sobre o bom e o mau socialismo, sobre o socialismo autoritário e o socialismo-de-rosto-humano, sobre o verdadeiro e o falso socialismo, tudo coisas da maior subjectividade e abstracção do ponto de vista da classe operária, que mede de outro modo o «progressismo» de cada regime político, nos decidirmos a analisar com lucidez e com os instrumentos teóricos que estão ao nosso alcance as experiências socialistas e socializantes *que existem* (e não as que podiam, ou que deviam, existir), então poder-se-á talvez concluir que *o socialismo, sim, é um modo de gestão do capital.*

Só a partir daqui é possível compreender a diferença que existe, para além das semelhanças que são evidentes, entre os regimes actualmente em vigor numa larga parte do mundo e o regime capitalista privado. É impossível ir aqui mais longe nesta análise — que terá inevitàvelmente de passar pela análise da própria socialização de importantes economias capitalistas privadas e do papel do estado na fase actual do desenvolvimento do capitalismo — mas pode-se fincar pé na conclusão acima para superar, simultâneamente, a crítica moralizante (do tipo daquela que fazem os admiradores de Dubcek) e a crítica ideológica (do tipo daquela que fazem os admiradores de Mao). O socialismo é um modo de gestão do capital que corresponde a um nível dado de desenvolvimento das forças produtivas numa determinada formação social. Não é sequer um modelo monolítico, pois contém larga parte de elementos que o capitalismo privado pode integrar e instrumentalizar; a propriedade privada tradicional pode constituir, e tem constituído em certas fases do desenvolvimento de certas economias nacionais, numa conjuntura dada do mercado mundial, um obstáculo ao próprio desenvolvimento do capital; a sua realização total ou parcial não é o fruto de decisões científicas de tecno-burocratas,

mas uma solução possível do capital perante a manifestação espontânea do interesse operário. É neste sentido que, mal o socialismo passa da teoria à prática, a classe operária se ergue contra ele com quantas forças tem: que essas forças sejam frequentemente poucas, isso só adia a confrontação entre ela e os novos funcionários do capital. É esta, de resto, a única maneira de ler as revoltas operárias de Berlim em 1953, Poznam, na Polónia, em 1956, e a famosa «contra-revolução» de Budapeste, igualmente em 1956. E mais recentemente temos um exemplo claro dessa luta: a Polónia de Dezembro de 1970 a Janeiro de 1971. O caso da Checoslováquia em 1968 é mais complexo e não cabe aqui. A realização do socialismo põe assim termo, cabalmente, não só à ideia de que revolução = = tomada do poder mas igualmente à própria noção de estado operário. Restabelece-se assim a matriz inicial, segundo a qual aquilo de que se trata é do desaparecimento da classe operária, do proletariado. A missão histórica da classe permanece a luta contra a acumulação de capital (= trabalho vivo), até romper o ciclo da acumulação; tal ruptura não se verificou até hoje, e o capital relançou sempre o seu ciclo, para além, ou melhor, através mesmo da gestão socialista (1).

Voltemos porém, e para concluir, à plataforma de Kollontai. É pena não haver aqui espaço, e até capacidade e informação, para tratar o amplo conjunto de questões abordadas na Oposição Operária, onde vemos desfilar pràticamente todos os temas da reflexão (e então prática) política revolucionária: limitemo-nos a chamar a atenção para o tema da Educação a que Kollontai alude explìcitamente em várias ocasiões e cuja perfeita leitura haverá de ser feita analisando o processo paralelo seguido pelas instituições educativas na Rússia de 1917 até ao fim da década de 20, desde as modernas teorias de um Blonski ou as aplicações práticas da teoria psicanalítica por Vera Schmitt, até à hegemonia final das doutrinas

(1) Cf. Mario Tronti, *Il Socialismo realizzato.*

ultra-reaccionárias, militaro-castrantes, do porta voz do estalinismo na escola, Makarenko. A questão «estética» não é abordada por Kollontai senão indirectamente, através do tema da criatividade colectiva da classe operária; não seria porém impossível reconstruir hoje os passos essenciais de um processo igualmente paralelo que levou a «revolução estética» realizada na Rússia de 17 das experiências avançadíssimas do Proletkult (Bubnov, Bogdanov, etc.) e de mil outros agrupamentos mais ou menos autónomos (com pintores - escultores - arquitectos - costureiros como Tatline e escritores como Klebnikov) às maravilhas do realismo socialista dos profissionais da arte, subvencionados (largamente) pela Academia socialista! Se bem que Kollontai não trate disso, é igualmente possível acrescentar imediatamente, com os meios actualmente disponíveis, a questão da família, do casamento e das crianças, partindo das leis de 1918 (as mais avançadas que jamais algum país do mundo teve: casamento tácito, legitimação automática de todas as crianças, aborto livre, etc.) até à sua revogação progressiva a partir de 1926, data que coincide com a primeira direcção colegial estável pós-leninista, mas que não deve ser ligada à morte de Lenine mas sim à estabilização de uma relação de forças global cuja linha mestra é dada pela NEP (¹).

Um esforço de síntese de todos os aspectos da vida social deixaria efectivamente entrever como na Rússia de 1917 e nos anos a seguir teve lugar um profundíssimo movimento de transformação social, impossível de assimilar às «teorias» segundo as quais Outubro de 1917 não seria mais do que um «golpe de estado» e uma substituição de chefes. Durante todo um largo lapso de tempo cuja periodização começa hoje a ser possível e cujo termo pode ser fixado, no que diz respeito

(¹) Cf. *Partisans* n.º 32/33: *Sexualité et Repression; Partisans* n.º 39: *Education ou mise-en-condition?* Cf. igualmente Anatole Kopp: *Architecture et urbanismè soviétique des année 20,* ed. Anthropos, Paris.

ao movimento político da classe operária pròpriamente dito, em 1921, desenrola-se uma intensíssima luta de classes e um confronto ao nível de todo o tecido social urbano, com uma fase em que a classe operária tende efectivamente a impor o seu interesse ao da sociedade inteira, ganhando posições de que só seria desalojada muito mais tarde e através de uma repressão que não se podia limitar à repressão física e policial. De Fevereiro de 1917 até ao desencadear da guerra civil, em 1918, como tenta mostrar Maurice Brinton no seu trabalho sobre *Os bolcheviques e o controlo operário*, a classe operária colocou na prática a totalidade das suas reivindicações enquanto classe, pondo desse modo, na medida em que em certas situações de classe precisas a exigência era imediata e gerida a nível de massa pelos próprios operários nos comités de fábrica (muitíssimo mais do que nos sovietes, órgãos cuja heterogeneidade devia suscitar mais dúvidas aos ultra-esquerdistas que hoje tanto insistem neles, sem sombra de análise histórica das condições concretas em que nasceram e agiram os «conselhos operários»), a própria questão da sua abolição enquanto classe e, para já, a questão da igualdade salarial e do controlo sobre o modo de produção (¹).

O problema que se vai pôr, portanto, à direcção bolchevique e às diferentes fracções do partido, entre as quais a Oposição Operária, e que oferece o interesse extraordinário de exprimir concretamente toda esta problemática de um ponto de vista estreitamente ligado às condições materiais dos operários de fábrica das grandes concentrações urbanas, é o problema do *modo como* desenvolver rápida e extensamente as forças produtivas, conservando bem entendido as rédeas do poder nas mãos do partido bolchevique. O período do «comunismo de guerra» impusera, porém, uma relativa igualdade na miséria

(¹) Cf. além do livro de Brinton, citado na bibliografia, Anna Pankratova: *Les comités d'usine en Russie*, in *Autogestion* n.º 3/4, Dez. 1967, éd. Anthropos, Paris.

e se todos os dirigentes do partido estavam de acordo em superar essa miséria, nem todos consideravam o período como totalmente negativo, insistindo na conquista que representava para a classe operária aquele «igualitarismo». É neste sentido que nos parece ter razão o economista Bobrowski quando lembra as dificuldades encontradas por Lenine para arrastar o partido na nova direcção. Bobrowski acrescenta mesmo uma ideia que constitui evidentemente um escândalo para aqueles que ainda hoje fazem de Cronstadt a «prova da traição bolchevique». Diz ele, textualmente: «Não é certo que sem a providencial revolta de Cronstadt, que demonstrava aos mais obstinados como o caos económico se arriscava a transformar-se em caos político, Lenine tivesse conseguido impor a NEP logo no X Congresso»! E o que não é menos «escandaloso» é que Lenine tenha justamente tomado na sua conta as reivindicações «económicas» de Cronstadt, esmagando muito embora a sua autonomia «política»; essas reivindicações não exigem senão o regresso ao livre funcionamento das leis do mercado. De resto o programa de Cronstadt, exprimindo muito bem a situação real de classe na Rússia do momento, não tem nada de comunista e não faz mais do que pedir o regresso a 1917, à fase social-democrática e soviética da Revolução!

Em 1921, quando a Nova Política foi promulgada, a classe operária russa era numèricamente inferior a 1917, não só por causa da guerra (que, como Trotsky insiste sempre, dizimou, de facto, uma quantidade enorme de quadros operários) mas também pelo regresso à terra de operários desempregados devido à estagnação da actividade produtiva industrial. Em 1921, os camponeses revoltam-se cada vez mais abertamente contra as requisições governamentais e praticam um mercado negro de dimensões gigantescas. A NEP visa pois, simultâneamente, atenuar o exacerbamento das contradições sociais, sacrificando deliberadamente a classe operária e sobretudo os assalariados agrícolas e o pequeníssimo campesinato em favor dos proprietários rurais e dotar o *país* (aqui já não se trata

de «revoluções mundiais») do quadro institucional necessário a uma fase de *acumulação primitiva* tão curta quanto possível, mas reconhecida como indispensável por quase todos os que se pronunciaram sobre a questão e nomeadamente o esquerdista Preobrajenski ([1]). Esta fase seria levada a termo, com uma estagnação relativa dos efectivos industriais e um reforço paralelo da média agricultura e do comércio (nepman — homens da NEP), pelas sucessivas direcções colegiais «centristas» (Estaline — Zinoviev — Kamenev, Estaline — Bukharine), até à colectivização forçada das terras e à promulgação do 1.° Plano em 1929 (as cifras seguintes bastam para dar a medida deste processo: enquanto de 1925 a 1929 o investimento total foi de 7.227 milhões de rublos, em 1930 atingiu 9.115!)

A única conclusão a tirar deste debate, em que a plataforma de Kollontai surge como um documento central no período de «normalização» da vida social (fim da guerra civil e do «comunismo de guerra») é, pois, a de que *se ela exprime sem dúvida alguma uma parte substancial dos interesses dessa classe social minoritária que eram os operários de fábrica, as suas reivindicações já não tinham a mais pequena chance de ganhar a si a maioria dos dirigentes bolcheviques*, preocupados com a estabilização do poder de estado e, por consequência, com a satisfação, pelo menos relativa e momentânea, da maioria da população que era rural; por outro lado, na medida em que tampouco a Oposição Operária se propunha contestar a ditadura do Partido, as formas organizativas (direcção da *economia* pelo sindicato procedendo a uma ingénua «divisão de poderes») que ela propunha para assegurar a gestão do interesse operário, através da fase de acumulação primitiva, não tinham a mais pequena possibilidade de ganhar a si a massa dos operários (como o demonstra, de resto, o episódio de Cronstadt, e como o mostra a relativa indiferença em que

([1]) Ievgueni Preobrajensky: *Novaia Ekonomika*, trad. francesa, ed. EDI, Paris.

ràpidamente sucumbiu perante a repressão o Grupo Operário, animado por um dos membros da Oposição, o operário metalúrgico Miasnikov, durante o ano de 1921).

Em resumo, a publicação da plataforma da Oposição Operária não deve ser entendida nem como uma «adesão» às suas teses, o que significaria pura e simplesmente imobilismo histórico, nem como um debate histórico académico. A presente introdução procura, para além de fornecer os dados mínimos sem os quais não há reflexão possível, dar algumas indicações para uma análise global da Revolução Russa e, através dela, do problema fundamental posto pela gestão do interesse proletário através do processo de desenvolvimento das forças produtivas enquanto desenvolvimento das relações de produção capitalistas. O nosso intuito com a publicação deste conjunto de textos, é pois o de promover uma discussão política geral integrada na tarefa fundamental de análise e intervenção na actual situação da luta de classes a nível internacional.

«A VELHA TOUPEIRA»

NOTA SOBRE O TEXTO

O texto [que se segue] foi publicado na Rússia durante as primeiras semanas de 1921. Imediatamente traduzido em inglês foi publicado em *Workers Dreadnought*, dirigido por Sylvia Pankhurst (comunista «de esquerda» inglesa), entre 22 de Abril e 19 de Agosto do mesmo ano. Essa tradução foi reimpressa em 1962 pelo grupo inglês *Solidarity* que lhe juntaram abundantes e preciosas notas históricas, que nesta edição são igualmente reproduzidas. Estas *Notas Históricas* merecem uma atenção especial da parte do leitor, na medida em que contêm material revelador e largamente inédito entre nós.

A presente tradução foi feita a partir do texto francês publicado em *Socialisme ou Barbarie*, n.° 35, Jan./Março de 1964, que por sua vez foi vertido da edição inglesa de *Solidarity*. Enquanto que o texto original parece não ser acessível actualmente, não podemos lamentàvelmente utilizar directamente o texto inglês de *Solidarity* para esta edição. Resta referir que é muito provável que já a tradução inglesa não fosse excelente.

O texto original não era visìvelmente um modelo literário, sendo a expressão negligenciada e as repetições abundantes. Deve ser abordado como um escrito ràpidamente redigido, em plena luta política, e no qual a autora retoma várias vezes as ideias que lhe parecem ser — e são efectivamente — fundamentais, para se assegurar de que elas se tornam claras para o leitor. E não era, com efeito, supérfluo repetir constantemente na Rússia em 1921 que a opção fundamental se fazia entre a gestão pela burocracia e a actividade autónoma das massas.

Nas *Notas Históricas*, as referências a Lenine remetem para a edição inglesa, dos *Selected Works* em 12 vol. (Lawrence and Wishart ed.) e também para a edição russa das *Obras* (Sochi-

nenya), em 30 vol. publicada pelo Instituto Marx-Engels-Lenine de Moscovo. As referências a Congressos do Partido reportam-se aos relatórios oficiais publicados pelo mesmo Instituto, entre 1923 e 1936. Quanto às referências aos Congressos dos Sindicatos, a origem são os relatórios oficiais publicados em Moscovo pelas Edições Centrais dos Sindicatos, entre 1919 e 1927. A sigla *V. K. P. (b)* corresponde aos dois volumes publicados pelas edições do partido, em Moscovo, em 1931 e 1932, conténdo as «Resoluções e decisões dos Congressos, Conferências e Reuniões Plenárias da Comissão Central do Partido». *Izvestia T. S. K.* («As notícias da Comissão Central») é um jornal da organização do Partido publicado em Moscovo de 1920 a 1929.

A OPOSIÇÃO OPERÁRIA

1. AS RAÍZES DA OPOSIÇÃO OPERÁRIA

Antes de esclarecer as razões da crescente ruptura entre a Oposição Operária e o ponto de vista oficial dos nossos dirigentes, é necessário chamar a atenção para dois factos:

1) A Oposição Operária brotou do proletariado industrial da Rússia soviética. Não nasceu apenas das condições insuportáveis de vida e de trabalho em que se encontram 7 milhões de operários, mas é também um produto das viragens, das incoerências e mesmo dos desvios que a nossa política soviética apresenta relativamente aos princípios de classe inicialmente expressos no programa comunista.

2) A Oposição não teve origem num centro determinado, não foi produto de querelas ou antagonismos pessoais, mas, pelo contrário, estende-se a toda a Rússia soviética, encontrando uma franca audiência.

Actualmente, prevalece a opinião de que toda a controvérsia nascida entre a Oposição Operária e as numerosas tendências que se podem notar entre os dirigentes consiste exclusivamente na diferença de opiniões quanto aos problemas que os sindicatos enfrentam. Isto, porém, não é verdade. A ruptura é muito mais profunda. Os representantes da Oposição Operária nem sempre são capazes de a exprimir e definir claramente. Visto que toca numa questão vital para a construção da nossa República, imediatamente surgem controvérsias sobre toda uma série de problemas essenciais, económicos e políticos.

Pela primeira vez, os dois pontos de vista, tais como são expressos pelos dirigentes do nosso Partido e os represen-

tantes dos operários organizados, reflectem-se no 9.º Congresso do nosso Partido (1), quando nele se discute a questão da «direcção colectiva ou direcção individual na indústria».

Nessa altura, não havia oposição alguma por parte de um grupo organizado, mas é muito significativo que a direcção colectiva tenha sido defendida por todos os representantes sindicais, enquanto que todos os dirigentes do partido se opuseram a ela, habituados como estão a apreciar todos os problemas do ponto de vista institucional. Tais dirigentes devem ser suficientemente astutos e hábeis para agradar a grupos sociais tão heterogéneos e a aspirações políticas tão contraditórias como as do proletariado, dos pequenos proprietários, dos camponeses e da burguesia, representada por especialistas ou pseudo-especialistas de toda a espécie.

Por que razão foram então os sindicatos os únicos que defenderam com tenacidade o princípio da direcção colectiva, mesmo se não souberam apresentar argumentos científicos em seu favor? E por que razão, na mesma altura, os adeptos dos especialistas defenderam a «direcção de um só homem»? (2)

A razão é que, nesta controvérsia, embora ambas as partes negassem da maneira mais enfática que estivesse a ser posta uma questão de princípio, dois pontos de vista històricamente inconciliáveis se opunham. O princípio da «direcção de um só homem» é um produto da concepção individualista da classe burguesa. A «direcção de um só homem» corresponde, como princípio, à vontade livre, ilimitada e isolada, de um só homem desligado da colectividade.

Esta concepção reflecte-se em todos os aspectos da actividade humana, começando pela nomeação dum soberano à cabeça do Estado e acabando no director «todo-poderoso» da fábrica. Eis a suprema sabedoria do pensamento burguês. A burguesia não acredita no poder de um órgão colectivo. Para ela, as

massas não são mais do que um rebanho fácil de chicotear e de encaminhar para onde ela quer.

A classe operária e os seus porta-vozes, pelo contrário, têm consciência de que as novas aspirações comunistas só podem ser realizadas pelo esforço colectivo dos próprios trabalhadores. Quanto mais as massas desenvolverem a capacidade de exprimir uma vontade colectiva e um pensamento comum, mais rápida e mais completa será a realização das aspirações da classe operária: porque então será criada uma nova indústria comunista, homogénea, unificada e bem preparada. Só os que estão ligados à produção podem introduzir nela inovações que a animem.

A recusa de um princípio — o princípio da direcção colectiva na indústria — foi um compromisso táctico na actividade do nosso Partido, um acto de adaptação; foi, além disso, um desvio da política de luta de classes que temos desenvolvido e defendido de maneira encarniçada, durante esta primeira fase da revolução.

Como foi possível que isso acontecesse? Como foi possível que o nosso Partido, amadurecido e temperado na luta revolucionária, se afastasse da linha recta para se lançar no caminho tortuoso dos compromissos, que outrora havia severamente condenado como «oportunismo»? A resposta a esta questão será dada mais adiante. Para já devemos perguntar como se formou e desenvolveu a Oposição Operária.

*

O 9.º Congresso do Partido Comunista Russo desenrolou-se na Primavera. No Verão, a Oposição Operária não se tinha manifestado. O mesmo aconteceu durante os debates tempestuosos do 2.º Congresso da Internacional Comunista. Mas, profundamente, a experiência e o pensamento crítico iam-se acumulando.

Encontra-se uma primeira expressão deste processo, ainda incompleta, na conferência do Partido de Setembro de 1920 (3). Durante certo tempo, trata-se apenas de críticas e de negociações. A Oposição não tinha formulado quaisquer proposições próprias. Mas era óbvio que o Partido entrava num novo período da sua vida. Nas suas fileiras, os elementos da base pediam liberdade de crítica, proclamavam alto e bom som que a burocracia os estrangulava, não lhes deixando liberdade de acção nem a de manifestar a sua iniciativa.

Os dirigentes do Partido tiveram consciência desta corrente subterrânea e o camarada Zinoviev fez várias promessas verbais sobre a liberdade de crítica, o alargamento do domínio da actividade autónoma das massas, a condenação dos dirigentes que se afastavam dos princípios da democracia, etc.. Muito foi dito e bem dito; mas das palavras aos actos há uma distância considerável. Nem a Conferência de Setembro, nem as inúmeras promessas do discurso de Zinoviev mudaram o que quer que fosse no Partido ou na vida das massas. As raízes donde brotou a Oposição não estão destruídas. A base estava agitada por uma insatisfação inarticulada, um espírito de crítica e de independência.

Esta fermentação desordenada foi notada pelos próprios dirigentes do Partido, entre os quais provocou — de uma maneira completamente inesperada — discussões muito vivas. É significativo, mas no fundo natural, que estas controvérsias se tenham levantado relativamente ao papel que devem desempenhar os sindicatos. Actualmente, este motivo de controvérsia entre a Oposição Operária e os dirigentes do Partido representa o problema essencial da nossa política interna.

Muito antes da Oposição Operária ter aparecido com as suas teses e ter formulado as bases segundo as quais, na sua opinião, a ditadura do proletariado se deve apoiar na esfera da reconstrução industrial, os dirigentes do partido encontravam-

-se já em viva polémica entre eles, quanto ao papel a desempenhar pelas organizações da classe operária na reconstrução da indústria numa base comunista. O Comité Central do Partido estava dividido em vários grupos. O camarada Lenine opunha-se a Trotsky, enquanto Bukharine tomava uma posição intermédia (4).

Só no 8.º Congresso e imediatamente a seguir se torna óbvio que um grupo se formara, no interior do próprio Partido, unido por teses e princípios comuns relativamente à questão dos sindicatos (5). Este grupo, a Oposição, não tinha grandes teóricos e, apesar da resistência decidida dos chefes mais populares do Partido, crescia ràpidamente e estendia-se a toda a massa trabalhadora da Rússia. Não se tratava, de maneira alguma, apenas de Leninegrado e de Moscovo. Até da bacia mineira do Donetz, das montanhas do Ural, da Sibéria, de inúmeros outros centros industriais chegaram relatórios ao Comité Central, indicando que a Oposição Operária se formava e agia. É certo que a Oposição não estava, por toda a parte, em acordo com os operários de Moscovo. Por vezes, as fórmulas, os motivos e as reivindicações da Oposição Operária eram bastante vagos, mesquinhos e até absurdos; por vezes, mesmo, existiam diferenças em pontos essenciais. Contudo, uma mesma questão se põe por todo o lado: quem desenvolverá as potencialidades criadoras que poderão servir à reconstrução da economia? Serão os órgãos de classe unidos à indústria por laços vitais — isto é, os sindicatos de indústria — ou o aparelho dos Sovietes, que está separado da actividade industrial e cuja composição social é heterogénea? Eis a raiz da divergência. A Oposição Operária defende o primeiro princípio; os dirigentes do Partido, quaisquer que sejam as suas divergências sobre os pontos secundários, estão completamente de acordo sobre o essencial e defendem o segundo princípio.

O que significa tudo isto?

Significa que o nosso Partido atravessa a primeira crise séria do período revolucionário. Não se poderá rejeitar imediatamente a existência da Oposição chamando-lhe simplesmente «sindicalista». Todos os camaradas devem considerar o problema com a maior seriedade. Quem tem razão: os dirigentes ou as massas operárias e o seu são instinto de classe?

*

Antes de considerar os pontos básicos da controvérsia entre os dirigentes do Partido e a Oposição Operária é necessário procurar uma resposta para a seguinte pergunta: como foi possível que o nosso Partido, outrora poderoso, forte e invencível, devido à sua clarividente e firme política de classe, tenha começado a desviar-se do seu programa?

Quanto mais caro nos é o Partido Comunista, precisamente porque ele realizou um passo decisivo para libertar os trabalhadores do jugo do capital, tanto menos direito temos de fechar os olhos sobre os erros dos núcleos dirigentes (*).

O poder do Partido deve residir na capacidade dos nossos órgãos dirigentes para detectar os problemas e as tarefas com que se enfrentam os operários e para escolher a tendência

(*) Esta formulação particular de Alexandra Kollontai mostra que não se tratava, para a Oposição Operária, nesse momento (princípio de 1921), de uma oposição aberta contra o Partido... apesar das afirmações insinuadas pelos bolcheviques mais destacados. A fidelidade organizacional ao Partido Bolchevique continuaria até aos acontecimentos de Cronstadt (Março de 1921). Chliapnikov e alguns membros da Oposição Operária, de facto, apoiaram mesmo o Partido nessa ocasião. Mas nem por isso a burocracia lhes ficou reconhecida. Pouco depois da interdição das fracções no 10.º Congresso, a Oposição Operária foi declarada ilegal.

Alguns anos mais tarde, em 1926, Trotsky, por sua vez, proclamava a sua fidelidade organizacional ao aparelho estalinista — que, entretanto, esperava o momento mais oportuno para destruir a «Oposição de esquerda...»

que permita às massas conquistarem um estado histórico mais avançado. Assim fazia o Partido no passado; o mesmo não acontece hoje. O nosso Partido não só está em perda de velocidade, como frequentemente olha para trás «prudentemente» e pergunta: «Não teremos nós ido demasiado longe? Não seria mais razoável ser prudente, evitando-se experiências jamais vistas na história?»

Quais as razões desta «razoável prudência» (expressa em particular na desconfiança dos órgãos dirigentes do partido relativamente às capacidades de gestão económica e industrial dos sindicatos) que ùltimamente submergiu todos os órgãos? Qual é a sua causa?

Se nos esforçarmos por compreender por que razão tal controvérsia se desenvolveu no nosso Partido, torna-se-nos claro que são três as causas fundamentais da crise que o Partido atravessa.

A primeira, principal e fundamental, é o meio ambiente devastado no qual o nosso partido tem de trabalhar e agir.

O Partido Comunista russo tem de construir o comunismo e realizar o seu programa na prática:

1) Em condições de destruição completa e de descalabro da estrutura económica.

2) Face à pressão brutal e incessante dos estados imperialistas e dos Guardas Brancos.

3) À classe operária russa foi atribuída a tarefa de construir o comunismo, criar novas formas comunistas de economia num país econòmicamente atrasado, com uma população de maioria camponesa, onde faltam as condições necessárias para a socialização da produção e da distribuição, e onde o capi-

talismo ainda não foi capaz de levar a cabo o ciclo do seu desenvolvimento (do primeiro estádio de luta da livre concorrência à sua froma mais avançada — a regulação da produção pelos sindicatos capitalistas e os trusts).

É perfeitamente natural que todos estes factores impeçam a realização do nosso programa (especialmente no seu ponto essencial: a reconstrução das indústrias numa nova base) e introduzam na nossa política económica influências diversas e falta de uniformidade.

Da primeira razão resultam duas outras. Antes de mais, o atraso económico da Rússia e a predominância do campesinato criam esta diversidade e levam inevitàvelmente ao desvio da política efectiva do nosso partido de uma orientação de classe coerente com a sua teoria e os seus princípios.

Qualquer que seja o partido colocado à cabeça de um Estado soviético heterogéneo, ele é obrigado a tomar em conta as aspirações dos camponeses, as suas tendências pequeno-burguesas e hostilidade ao comunismo; é obrigado também a ouvir os inúmeros elementos pequeno-burgueses, restos do antigo capitalismo russo e toda a espécie de comerciantes, intermediários, pequenos funcionários, etc. Estas categorias adaptaram-se ràpidamente às instituições soviéticas e ocupam lugares de responsabilidade nas organizações, aparecendo na qualidade de agentes de diversos comissariados, etc. Não admira que Tsiurupa, Comissário do Povo para o abastecimento, tenha notado durante o 8.° Congresso que no seu comissariado havia 17 % de operários, 13 % de camponeses, menos de 20 % de especialistas, enquanto o restante, mais de metade, se compunha de comerciantes, caixeiros-viajantes, e gente desse género, na sua maioria até «analfabetos» (segundo as próprias palavras de Tsiurupa). No espírito de Tsiurupa isto era uma prova de que os comissariados se constituíam democràticamente, embora não tivessem nada em comum com as classes proletárias, com os produtores de toda a riqueza, com os trabalhadores das fábricas.

Eis os elementos — os elementos da pequena-burguesia, largamente espalhados pelas instituições soviéticas, os elementos da classe média com a sua hostilidade ao comunismo, a sua predilecção pelos costumes imutáveis do passado, o seu ódio, o seu medo dos actos revolucionários — que introduzem a degenerescência nas instituições soviéticas e criam nelas uma atmosfera *extremamente repugnante para a classe operária.* São dois mundos diferentes e hostis. E, todavia, na Rússia soviética, somos obrigados a persuadir a classe operária, e a persuadir-nos, de que a pequena burguesia e as classes médias (sem falar nos camponeses abastados) podem coexistir fàcilmente sob a mesma palavra de ordem: «Todo o poder aos sovietes». Esquecendo assim que, na prática quotidiana, os interesses dos operários e os das classes médias e do campesinato imbuídos da mentalidade pequeno-burguesa colidem inevitàvelmente, tornando incoerente a política soviética e deformando os seus claros princípios de classe.

Além dos pequenos proprietários rurais e dos elementos burgueses urbanos, a política do nosso Partido tem que contar com a influência exercida pelos representantes da burguesia rica que fazem agora a sua aparição na pessoa de especialistas, técnicos, engenheiros e antigos directores de empresas industriais e financeiras, ligados pela sua experiência passada ao sistema capitalista de produção. Aliás, eles não podem imaginar outro sistema de produção senão o que se situe dentro dos *limites tradicionais da economia capitalista.*

*

Quanto mais a Rússia Soviética se encontra na necessidade de procurar especialistas, no campo da técnica e da gestão da produção, tanto mais forte se torna a influência destes elemen-

tos, estranhos à classe operária, no desenvolvimento da nossa economia. Tendo sido postos de lado durante o primeiro período da revolução e tendo sido então obrigados a tomar uma atitude de expectativa ou, por vezes mesmo, de aberta hostilidade às autoridades soviéticas, em especial durante os meses mais difíceis (a sabotagem histórica dos intelectuais), este grupo social de cérebros utilizados pela produção capitalista, servos obedientes, alugados, bem pagos pelo capital, adquire uma influência e uma importância crescentes na política.

São precisos nomes? Todos os camaradas operários que seguem atentamente a nossa política interna e externa se lembrarão certamente de mais de um destes nomes.

Enquanto o centro da nossa vida residia nas frentes de guerra, a influência destes cavalheiros que dirigem a nossa política soviética, sobretudo no domínio da reconstrução industrial, era relativamente negligenciável.

Os especialistas, vestígios do passado, por sua natureza íntima e inalteràvelmente ligados ao sistema burguês que queremos destruir, começam pouco a pouco a penetrar no nosso Exército Vermelho, introduzindo a atmosfera do passado (subordinação cega, obediência servil, condecorações, postos hierárquicos, substituição da vontade arbitrária do superior à disciplina de classe, etc.), mas a sua influência não se estendia ainda à actividade política geral da República Soviética.

O proletariado não punha em causa a sua superior capacidade nos assuntos estritamente militares, compreendendo perfeitamente por um são instinto de classe, que, no domínio militar, a classe operária, enquanto classe, não pode exprimir ideias novas e é incapaz de introduzir alterações substanciais no sistema militar — de o reconstruir sobre uma nova base de classe. O profissionalismo militar — herança dos séculos passados — o militarismo, as guerras, não terão lugar na socie-

dade comunista. A luta seguirá outras vias, tomará formas nitidamente diferentes, inconcebíveis para a nossa imaginação. O militarismo vive os seus últimos dias durante a fase transitória de ditadura do proletariado; não é portanto de estranhar que os operários enquanto classe não tenham podido introduzir nele nada de novo para o desenvolvimento futuro da sociedade. Todavia, mesmo no Exército Vermelho, a classe operária trouxe modificações; mas a natureza do militarismo manteve-se e a direcção dos assuntos militares por antigos oficiais e generais do velho exército não fez desviar a política soviética no domínio militar a ponto de os trabalhadores poderem sofrer prejuízos, eles próprios ou os seus interesses de classe.

No domínio económico, porém, as coisas são totalmente diferentes. A produção, a sua organização, constituem o essencial do comunismo. Excluir os trabalhadores da organização da produção, privá-los (eles ou as suas organizações próprias) da possibilidade de criar novas formas de produção na indústria através dos seus sindicatos, recusar estas expressões da organização de classe do proletariado, ao mesmo tempo que se põe toda a confiança na aptidão de especialistas formados e ensinados a gerir a produção sob um sistema de produção diferente, é sair dos carris do pensamento do marxismo científico. É isto exactamente, porém, o que estão fazendo hoje os dirigentes do nosso Partido.

Tomando em linha de conta o descalabro total das nosssas indústrias, e ainda apegados ao modo de produção capitalista (remuneração do trabalho em dinheiro, diferenças de salário de acordo com o trabalho feito), os dirigentes do nosso Partido, cheios de desconfiança nas capacidades criadoras das colectividades operárias, procuravam a salvação para este caos industrial. Onde? Nas mãos dos discípulos de antigos homens de negócios, técnicos e burgueses capitalistas cujas capacidades criadoras na esfera da produção estão sujeitas à rotina, aos hábitos e aos métodos do sistema industrial e económico capi-

talista. São eles que introduzem a crença, ridìculamente ingénua, de que é possível chegar ao comunismo por meios burocráticos. São eles que «decretam» onde é hoje necessário criar e desenvolver a investigação.

À medida que a frente militar vai perdendo importância relativamente à frente económica, mais agudas se tornam as nossas necessidades e mais pronunciada se torna a influência deste grupo, que não só é intrìnsecamente estranho ao comunismo, como, além disso, absolutamente incapaz de desenvolver as capacidades necessárias para a introdução de novas formas de organização do trabalho, novas motivações para aumentar a produção e *novas maneiras de encarar a produção e a distribuição.* Todos estes técnicos e homens práticos e experimentados nos negócios, que estão actualmente a surgir à superfície da vida soviética, são forças de pressão sobre os dirigentes do nosso Partido, no interior das instituições soviéticas, devido à influência que exercem sobre a política económica.

*

O Partido encontra-se, assim, em situação difícil e embaraçosa relativamente ao controlo sobre o estado soviético. É obrigado a prestar ouvidos e a adaptar-se aos três grupos econòmicamente hostis da população, cada um com a sua diferente estrutura social.

Os trabalhadores reclamam uma política clara e sem compromissos, um avanço rápido, uma marcha forçada na direcção do comunismo; os camponeses, dadas as suas tendências e simpatias pequeno-burguesas, pedem as mais variadas espécies de «liberdade», incluindo a liberdade de comércio e a não ingerência nos seus negócios. Estes últimos, nos seus pedidos, são acompanhados pela classe burguesa, na pessoa de funcionários

soviéticos, comissários do exército, etc., que se adaptaram já ao regime soviético e empurram a nossa política para linhas pequeno-burguesas.

Na capital, a influência destes elementos pequeno-burgueses é negligênciável, mas na província e nos sovietes locais ela é importante e nociva. Finalmente, há um outro grupo de homens: o dos antigos gerentes e directores das indústrias capitalistas. Estes não são os magnates do capital, como Riabushinsky ou Rublikoff, dos quais a República Soviética se desembaraçou durante a primeira fase da revolução, mas os servidores mais talentosos do sistema capitalista de produção, o «cérebro e o génio» do capitalismo, os seus verdadeiros criadores e promotores. Apoiando calorosamente as tendências centralistas do governo soviético no domínio económico, compreendendo bem os benefícios de uma monopolização e regulamentação da economia (o que, diga-se de passagem, está em vias de ser feito pelo capital em todos os países industriais avançados), esforçam-se por obter uma coisa apenas: que esta regulação seja feita, não pelas organizações operárias (os sindicatos da indústria), mas por eles próprios, actuando a coberto das instituições económicas soviéticas: comités industriais centrais, órgãos industriais do Conselho Superior da Economia Nacional, onde já estão fortemente enraizados. A influência destes cavalheiros sobre a «sóbria» política dos nossos dirigentes é grande, bem maior do que seria de desejar. Esta influência reflecte-se na política que defende e cultiva o burocratismo (não para o mudar inteiramente mas sòmente para o melhorar). Esta política é particularmente evidente na esfera do nosso comércio externo com os estados capitalistas, que começa agora a despertar: *as relações comerciais são estabelecidas por cima da cabeça dos operários organizados, tanto dos operários russos como dos operários dos outros países.* Ela exprime-se, também, através de toda uma série de medidas que visam a redução da actividade autónoma das massas e dar a iniciativa aos seus émulos do mundo capitalista.

Entre estas diversas camadas da população, o nosso partido, tentando encontrar um meio termo, é obrigado a tomar uma orientação que não comprometa a unidade dos interesses do Estado. A clara política do Partido de se identificar com as instituições do Estado soviético transforma-se pouco a pouco na política de uma classe superior, que não é mais, na sua essência, do que uma adaptação dos nossos centros dirigentes aos interesses divergentes e inconciliáveis de uma população socialmente heterogénea. Esta adaptação conduz a inevitáveis vacilações, flutuações, desvios e erros. Basta mencionar o caminho em zig-zag percorrido pela nossa política em relação aos camponeses: passou-se do «apoio ao agricultor pobre» ao apoio aos «proprietários laboriosos». Admitamos que esta política seja uma prova do «realismo» e da «sabedoria de estadistas» dos nossos centros dirigentes. Mas o historiador do futuro, analisando sem preconceitos as etapas do nosso poder, descobrirá que tal política constitui um perigoso desvio da linha de classe a favor da «adaptação», desvio cheio de perspectivas e de resultados nocivos.

Examinemos ainda a questão do comércio externo. Existe na nossa política uma duplicidade evidente, comprovada pela fricção permanente entre o Comissariado do Comércio Externo e o Comissariado dos Negócios Estrangeiros. Esta fricção não é sòmente de natureza administrativa. A sua causa é mais profunda. E se o trabalho secreto dos centros dirigentes fosse exposto aos elementos da base, quem sabe onde conduziria a controvérsia entre o Comissariado dos Negócios Estrangeiros e os nossos representantes comerciais no estrangeiro? Esta fricção, administrativa na aparência, constitui de facto um sério e profundo problema social, ignorado pela base do Partido, e torna absolutamente necessária a adaptação da política soviética às três camadas heterogéneas da população (operários, camponeses e antiga burguesia). *Este problema constitui um outro motivo de crise no nosso Partido.* Não podemos ignorar a sua causa. Ela é demasiado sintomática, demasiado prenhe

de consequências futuras. É portanto dever do Partido, para salvaguarda da sua unidade e actividade futura, reflectir sobre as causas da insatisfação geral que tal problema provoca nos militantes de base.

*

Enquanto a classe operária, durante a primeira fase da revolução, sentia que levava em si própria o comunismo, existiu sempre uma unanimidade perfeita no Partido. Nos dias que se seguiram imediatamente à Revolução de Outubro, ninguém podia imaginar que existisse gente «do topo» e gente «da base», pois os operários mais avançados estavam febrilmente empenhados na realização, ponto por ponto, do nosso programa comunista de classe. O camponês que tinha recebido a terra não se afirmava então como cidadão de pleno direito da República Soviética. Os intelectuais, os especialistas, os homens de negócios em ascensão (toda a pequena-burguesia e os pseudo-especialistas agora instalados na sociedade soviética, disfarçados de «especialistas») mantinham-se à parte, numa expectativa vigilante, deixando às massas operárias avançadas toda a liberdade de desenvolverem todas as suas capacidades criadoras.

Hoje passa-se justamente o contrário. O operário sente, vê e compreende, a cada instante, que os especialistas e, o que é mais grave, os pseudo-especialistas ignorantes, o põem à margem, ocupando todos os altos postos administrativos das instituições industriais e económicas. E, em lugar de travar esta tendência proveniente de elementos completamente estranhos à classe operária e ao comunismo, o Partido encoraja-a e procura sair do caos industrial apoiando-se não nos operários, mas precisamente nesses elementos. O Partido não deposita a sua confiança nos operários e nas suas organizações sindicais, mas nesses indivíduos. As massas operárias sentem-no e em lugar da unidade e unanimidade dentro do Partido, surge a ruptura.

As massas não são cegas. Quaisquer que sejam as palavras que os chefes mais populares utilizem para esconder o seu desvio de uma clara política de classe, os compromissos estabelecidos com os camponeses e o mundo capitalista, e a confiança com que os chefes gratificam os discípulos do sistema de produção capitalista, as massas operárias sentem onde começa o desvio.

Os operários podem alimentar um ardente afecto e amor por uma personalidade como a de Lenine. Podem ser fascinados pela incomparável eloquência de Trotsky e pelas suas capacidades de organização. Podem respeitar um certo número de dirigentes enquanto dirigentes. Mas quando sentem que já não há confiança neles, é natural que digam: «Não, alto! Recusamo-nos a servir-vos cegamente. Examinemos a situação. A vossa política, que escolhe o caminho intermédio entre três grupos sociais opostos, é na verdade hábil, mas não esconde a adaptação e o oportunismo que já bem conhecemos. Hoje podemos, talvez, ganhar qualquer coisa com a vossa política «realista», mas tomemos atenção para não nos encontrarmos afinal num caminho errado, cujas curvas e zig-zags nos reconduzirão do futuro às ruínas do passado».

A desconfiança dos dirigentes em relação aos operários tem vindo a aumentar constantemente. E quanto mais «realistas» se tornam os chefes, tanto mais se transformam em eminentes homens de estado, deslizando sobre a afiada lâmina da navalha que separa o comunismo do compromisso com o passado burguês. E quanto mais se aprofunda o fosso entre «os de cima» e «os de baixo», menos compreensão existe e mais penosa e inevitável se torna a crise no interior do próprio Partido.

•

A terceira razão da crise do Partido é que, de facto, durante estes três anos de revolução, a situação económica da classe

operária, daqueles que trabalham nas fábricas, não só não melhorou, como se tornou ainda mais intolerável. Isto, ninguém o ousa negar. A insatisfação reprimida mas espalhada entre os operários *(operários,* entenda-se bem) é realmente justificada.

Só os camponeses ganharam directamente com a revolução. Na medida em que iam sendo atingidas, as classes médias adaptaram-se muito inteligentemente às novas condições, assim como os representantes da alta burguesia, que ocuparam todos os postos dirigentes e de responsabilidade dentro das instituições soviéticas (sobretudo no domínio da direcção da economia do Estado, nas organizações industriais e no restabelecimento das relações comerciais com o estrangeiro). Só a classe fundamental da República Soviética, que suportou enquanto massa todos os fardos da ditadura, sofre uma existência escandalosamente lastimável.

A República dos operários controlada pelos comunistas, pela vanguarda da classe operária — que, para citar as próprias palavras de Lenine, «absorveu toda a energia revolucionária da classe» — não teve tempo suficiente para reflectir sobre a condição de todos os operários e melhorá-la; não se trata da condição dos operários das indústrias ditas «de choque», que retiveram a atenção do Conselho dos Comissários do Povo, mas da de todos os operários, para fazer elevar a um nível humano as suas condições de vida.

O Comissariado do Trabalho é, de todos os comissariados, o mais fossilizado. Em toda a política soviética há uma questão que nunca foi levantada e discutida sèriamente à escala nacional: face ao descalabro completo da indústria e a uma situação interior muito desfavorável, que se deverá, e que se poderá fazer, para melhorar a condição dos operários, para preservar a sua saúde com vista ao trabalho produtivo ulterior e melhorar a sua sorte na fábrica?

Até há pouco tempo, a política soviética não tinha ainda elaborado qualquer espécie de plano para melhorar a sorte dos operários e as suas condições de vida. Tudo o que foi feito neste campo, foi-o acidentalmente, por acaso, pelas autoridades locais e sob a pressão das próprias massas. Durante três anos de guerra civil o proletariado depositou, heròicamente, inúmeros sacrifícos no altar da revolução. Esperou pacientemente. Mas agora, o centro da vida da República volta a ser a frente económica e o operário da base considera desnecessário «sofrer e esperar». Porquê? Não é ele o criador da vida numa base comunista? Deixem-nos tomar conta, nós próprios, da reconstrução, porque sabemos melhor do que esses cavalheiros onde é que mais nos dói.

O operário observa. Vê que, até agora, os problemas de higiene, de saúde, de melhoramento das condições de trabalho na fábrica — por outras palavras, a melhoria do destino dos operários — têm ocupado o último lugar na nossa política. A nossa solução para o problema da habitação não foi mais longe do que alojar as famílias operárias em casas burguesas mal adaptadas. E, o que é pior, ainda nem começamos a equacionar o problema concreto do alojamento dos operários. Para nossa vergonha, no coração da República, na própria cidade de Moscovo, a população operária vive ainda em bairros sujos, super-povoados e sem higiene; ao visitá-los, é-se levado a pensar que não houve revolução de qualquer espécie. Todos nós sabemos que o problema da habitação não pode ser resolvido em poucos meses, nem mesmo em poucos anos; que, dada a nossa penúria, a sua solução encontra numerosas dificuldades. Mas a desigualdade crescente entre os grupos privilegiados da população da Rússia Soviética e os operários da base, o «esqueleto da ditadura», mantém e alimenta o descontentamento.

O operário vê como os funcionários soviéticos e os «arrivistas» vivem e vê como ele próprio vive — ele, em quem se

baseia a ditadura do proletariado. O que ele vê é que durante a Revolução a vida e a saúde dos operários nas fábricas não despertavam a mínima atenção; onde, antes da Revolução, as condições eram mais ou menos toleráveis, a situação é mantida pelos conselhos de oficina; mas onde elas não existiam, onde a humidade, o ar viciado e os gases envenenavam e destruíam a saúde dos operários, essas condições mantêm-se imutáveis. «Nós não nos podíamos preocupar com isso; desculpem-nos mas havia a frente militar». E apesar disso, quando se tratava de fazer reparações nos edifícios ocupados pelas instituições soviéticas, encontravam-se os materiais e a mão-de-obra necessários. Que aconteceria se nos metêssemos a alojar os nossos especialistas e «técnicos» das relações comerciais com o estrangeiro nessas barracas onde ainda vivem e trabalham as massas operárias? Dariam tais gritos que seria necessário mobilizar todo o departamento da habitação para melhorar as «condições caóticas» que entravavam a produtividade dos nossos especialistas.

*

O serviço prestado pela Oposição Operária consiste no facto de ter incluído o problema do melhoramento das condições de vida dos operários (e outras reivindicações operárias secundárias) na política económica geral. A produtividade do trabalho não pode ser aumentada sem que a vida dos operários seja organizada numa nova base comunista.

Quanto menos se trata deste assunto, tanto mais a incompreensão, o afastamento e a desconfiança mútua entre dirigentes e operários se tornam profundos. Não existe unidade, nem sentido da identificação das suas necessidades, reivindicações e aspirações. «Os dirigentes são uma coisa e nós outra, completamente diferente. É possível que eles saibam dirigir melhor o país, mas falham na compreensão das nossas necessidades, da

nossa vida nas fábricas com as suas exigências e necessidades imediatas; não compreendem e não sabem». A este raciocínio segue-se o movimento instintivo em direcção aos sindicatos e o consequente abandono do Partido. «É verdade que os dirigentes saem de nós, mas logo que entram nas direcções, abandonam-nos; se nós sofremos, que lhes importa isso? As nossas preocupações já não são as deles».

Quanto mais o Partido priva os nossos sindicatos e as nossas organizações de fábrica dos seus melhores elementos, enviando-os para a frente ou chamando-os às instituições soviéticas, mais fraca se torna a ligação entre os operários da base e os centros dirigentes do Partido. Cava-se um fosso. Presentemente, esta divisão manifesta-se até nas fileiras do próprio Partido. Os trabalhadores, através da sua Oposição Operária, perguntam: «Quem somos nós? Seremos verdadeiramente o ferro de lança da ditadura de classe? Ou seremos apenas um rebanho obediente que serve de suporte àqueles que, tendo cortado todos os laços com as massas, executam a sua própria política e constroem a indústria, a coberto do nome do Partido, sem qualquer preocupação pelas nossas opiniões e capacidades criadoras?»

•

Quaisquer que sejam as medidas tomadas pelos dirigentes do Partido para repelir a Oposição Operária, ela permanecerá sempre naquela saudável força de classe destinada a injetcar uma energia revitalizadora na reconstrução da vida económica e no Partido, que começa a perder as suas características e a definhar.

Vimos que são três as causas que provocam a crise no seio do nosso Partido. Primeiro que tudo, as condições objectivas dominantes sob as quais é aplicado e se realiza o comu-

nismo na Rússia (a guerra civil, o atraso económico do país, o seu completo descalabro industrial, motivado pelos longos anos de guerra). A segunda causa é a composição heterogénea da nossa população (7 milhões de operários, os agricultores, a classe média e, por último, a antiga burguesia, homens de negócios de todas as profissões que influenciam a política das instituições soviéticas e se introduzem no Partido). A terceira causa é a inércia do Partido no campo das melhorias imediatas da vida dos operários, aliada à fraqueza e à incapacidade das instituições soviéticas correspondentes para tratarem e resolverem estes problemas.

O que pretende a Oposição Operária? Qual a sua utilidade?

A sua utilidade consiste em mostrar ao Partido todos os assuntos perturbadores e dar forma à agitação difusa das massas e que cada vez mais separa do Partido os operários não militantes. Proclama claramente e sem medo aos dirigentes: «Alto: olhai e reflecti! Onde é que nos conduzis? Não nos estaremos a desviar do caminho correcto? Será muito grave para o Partido separar-se daqueles que constituem o fundamento da ditadura, ficando o Partido de um lado e a classe operária do outro. Eis o maior perigo que a revolução corre».

A tarefa do Partido, nesta crise actual, é enfrentar sem medo os seus próprios erros e escutar o apelo de classe das massas operárias. Graças ao poder criador da classe ascendente incarnando pelos sindicatos da indústria, avançaremos direitos à reconstrução e ao desenvolvimento das forças criadoras do país, no sentido da depuração no interior do Partido dos elementos estranhos à classe, no sentido da correcção da actividade do Partido por meio dum retorno à democracia, à liberdade de opinião e de crítica dentro do Partido.

2. OS SINDICATOS: SUA FUNÇÃO E SEUS PROBLEMAS

Já expusemos, ainda que brevemente, as causas da crise que reina no interior do nosso Partido. Vamos agora esclarecer os pontos mais importantes da controvérsia que se estabelece entre os dirigentes do Partido e a Oposição Operária.

Existem dois pontos principais. Primeiramente, a função e os problemas dos sindicatos durante o período de reconstrução da economia nacional, em ligação com a organização da produção numa base comunista. Em segundo lugar, a questão da acção autónoma das massas, questão ligada à burocracia no Partido e nos Sovietes.

Respondamos à primeira das questões, na medida em que a segunda resposta é consequência desta. O período de «redacção de teses» no Partido está terminado. Temos à nossa frente seis plataformas diferentes, seis tendências do Partido. Nunca o Partido conheceu uma tal diversidade de tendências, uma tão subtil variedade de opções entre essas tendências. Nunca o pensamento do Partido foi tão rico em fórmulas respeitantes a uma só questão. É portanto óbvio que esta questão é fundamental. E é-o de facto. Toda a controvérsia se reduz a uma só questão de base: quem construirá a economia comunista e como deverá ela ser construída? Esta questão define, além disso, a essência do nosso programa: o seu âmago. É tão importante como a questão da conquista do poder político pelo proletariado. Só o grupo de Boubnov, o chamado «centralismo político», é suficientemente míope para subestimar a sua importância e declarar: «a questão sindical não tem actualmente importância e não apresenta qualquer diifculdade teórica» (6).

É pois natural que esta questão agite sèriamente o Partido. A questão reside essencialmente no seguinte: em que direcção vamos fazer girar a roda da história? Rodá-la-emos para a frente ou para a rectaguarda? É evidente que não pode existir um só comunista no Partido que possa ficar neutro na discussão deste problema. O resultado disso é que temos seis tendências diferentes.

Se começarmos, no entanto, a analisar pormenorizadamente todas as teses destes grupos tão subtilmente diferenciáveis, verificaremos que sobre a questão fundamental — quem construirá a economia comunista e quem organizará a produção numa nova base? — não existem senão dois pontos de vista. Um é o que é expresso e formulado na declaração de princípios da Oposição Operária. O outro é o ponto de vista que une todos os demais grupos, que diferem entre si nos pormenores mas são idênticos no fundo.

O que é que a plataforma da Oposição Operária defende e qual a função que atribui aos sindicatos ou, mais exactamente, aos sindicatos industriais, no momento presente? «Pensamos que a questão da reconstrução e do desenvolvimento das forças produtivas do país só poderá ser resolvido através duma modificação completa do sistema de controlo da economia» (do relatório de Chliapnikov, Dez., 1920). Notem bem, camaradas, uma modificação completa do sistema de controlo. Que significa isto? «A base da controvérsia — prossegue o relatório — gira em torno da questão seguinte: por que meios pode o Partido realizar a sua política económica neste período de transformação? Por intermédio dos operários organizados nos seus sindicatos? Ou por cima das suas cabeças, utilizando os meios burocráticos, através de funcionários canonizados do Estado?» A base da controvérsia é portanto esta: realizaremos nós o comunismo com os operários, ou, por cima das suas cabeças, com os funcionários dos Sovietes?

Raciocinemos, camaradas, e vejemos se é possível construir uma economia comunista utilizando os meios e as capacidades criadoras dos filhos de outra classe, impregnados da rotina do passado. Se raciocinarmos como marxistas, como homens de ciência, responderemos categòrica e explìcitamente: «Não!».

*

A raíz da controvérsia e a causa da crise encontra-se na suposição de que os «homens realistas», técnicos, especialistas e organizadores da produção capitalista, podem libertar-se repentinamente das suas concepções tradicionais sobre a maneira de gerir o trabalho (concepções neles profundamente impregnadas pelos anos passados ao serviço do capitál) e adquirir a capacidade de criar novas formas de produção, de organização do trabalho e de motivação dos trabalhadores. Supor que isto é possível, é esquecer que um sistema de produção não pode ser mudado por alguns indivíduos geniais, mas sòmente pelas necessidades duma classe.

Imaginemos, por um momento, que durante o período de transição do sistema feudal (fundado no trabalho dos servos) para o sistema capitalista de produção (com o aluguer, dito livre, do trabalho), a classe burguesa, faltando-lhe então a necessária experiência da organização da produção capitalista, convidava os dirigentes hábeis, inteligentes e experimentados das propriedades feudais, habituados a trabalhar com servos, e lhes confiava o encargo de organizar a produção numa nová base capitalista. Que teria acontecido? Teriam estes especialistas, habituados ao uso do chicote para aumentar a produtividade, conseguido dirigir um «proletário livre», se bem que esfomeado, que se tinha libertado do jugo do trabálho forçado para se tornar num soldado ou num trabalhador à jorna? Não teriam esses especialistas destruído completamente a produção capitalista nas-

cente? Individualmente, os cães-de-fila dos escravos acorrentados, os antigos proprietários de terras e os seus administradores, foram capazes de se adaptar às novas formas de produção. Mas não foi nas suas fileiras que se recrutaram os verdadeiros criadores e os construtores da economia capitalista burguesa.

O instinto de classe segredava aos primeiros proprietários de explorações capitalistas que mais valia caminhar com prudência e bom senso, na falta de uma experiência que só viria mais tarde, procurando estabelecer relações entre o capital e o trabalho, do que utilizar os antigos e inúteis métodos de exploração do trabalho do velho e ultrapassado sistema.

Um correcto instinto de classe ensinou aos primeiros capitalistas que em vez do chicote e do cão-de-fila deviam usar um outro incentivo — a rivalidade, a ambição pessoal dos operários, face ao desemprego e à miséria. Tendo compreendido o efeito deste novo estimulante do trabalho, os capitalistas foram suficientemente inteligentes para se servir dele a fim de promover o desenvolvimento das formas burguesas capitalistas de produção, pelo aumento da produtividade do trabalho «livremente» alugado, até a um nível muito elevado.

Há cinco séculos atrás, a burguesia agia de maneira cautelosa, escutando atentamente os seus instintos de classe. Apoiava-se mais no bom senso do que na experiência dos especialistas experimentados no campo da organização feudal da produção. A burguesia tinha perfeitamente razão, como a história no-lo mostrou.

Nós possuímos uma grande arma que pode ajudar-nos a encontrar o caminho mais curto para a vitória da classe operária, para lhe diminuir os sofrimentos ao longo desse caminho e levar-nos mais ràpidamente a um novo sistema de produção, o comunismo. Esta arma é a concepção materialista

da história. Ora, em vez de nos servirmos dela, alargando a nossa experiência e corrigindo as nossas investigações em conformidade com a História, temos estado prontos a rejeitar essa arma e a seguir pela estrada atravancada e aleatória de uma experimentação cega.

Qualquer que seja a nossa miséria económica, não temos o direito de ir tão longe no desespero. Só os governos capitalistas, que se encontram encostados à parede, podem sentir desespero; depois de terem esgotado as possibilidades criadoras da produção capitalista, não encontram mais soluções para os seus problemas.

No que respeita à Rússia operária, não há razão para desespero. A Revolução de Outubro abriu uma perspectiva nova, desconhecida, de criação económica, de desenvolvimento de formas de produção novas, com um aumento enorme da produtividade do trabalho. Não só é preciso não ficar agarrado ao passado, como, pelo contrário, é necessário dar completa liberdade aos poderes criadores do futuro. É este o programa da Oposição Operária. Quem poderá construir e criar a economia comunista? A classe — e não os génios individuais do passado —, porque é ela que está ligada orgânicamente às novas formas de produção, mais eficazes e mais perfeitas, que vão agora nascendo com dificuldade. Qual o órgão que pode formular e resolver os problemas da organização da nova economia e da produção? Os sindicatos industriais puramente operários, ou as *heterogéneas instituições económicas soviéticas?* A Oposição Operária considera que só as colectividades operárias o podem fazer e não as colectividades de funcionários, burocráticas, socialmente heterogéneas, com uma forte mistura de antigos elementos capitalistas, cujo espírito está impregnado pela velha rotina.

«Os sindicatos devem passar da actual posição de resistência passiva às instituições económicas à participação activa na

direcção de toda a estrutura económica do país» (*Teses da Oposição Operária).* Procurar, encontrar e criar novas e mais aperfeiçoadas formas económicas, encontrar novos incentivos para a produtividade do trabalho — tudo isso só pode ser conseguido pelas colectividades operárias, estreitamente ligadas às novas formas de produção. Só estas colectividades, pela sua experiência quotidiana, são capazes de chegar a algumas conclusões sobre a forma de gerir o trabalho num estado operário, onde a miséria, a pobreza, o desemprego e a competição no mercado da mão-de-obra, deixam de ser os incentivos do trabalho. À primeira vista, tais conclusões parecem ser apenas de ordem prática, mas elas contêm, no entanto, elementos teóricos preciosos. Encontrar um estímulo, um incentivo para o trabalho — essa é a maior tarefa da classe operária colocada no limiar do comunismo. Ninguém, no entanto, senão a própria classe operária, através das suas organizações de classe, é capaz de resolver este importante problema.

A sua solução, tal como foi proposta pelos sindicatos da indústria, consiste em dar a mais completa liberdade aos operários, para que possam experimentar, adaptar e descobrir novas formas de produção, organizar a formação profissional numa base de classe, exprimir e desenvolver as suas capacidades criadoras. É assim que a Oposição Operária encara a solução para este difícil problema, e daí o ponto essencial das suas teses: «A organização do controlo da economia social é uma prerrogativa do Congresso Pan-Russo dos Produtores — formado pelos sindicatos do comércio e da indústria — os quais elegem o corpo central dirigente de toda a vida económica da República» *(Teses da Oposição Operária).* Esta proposta assegura a liberdade de manifestação das capacidades criadoras da classe, sem que elas sejam restringidas e mutiladas pela máquina burocrática, saturada pelo espírito de rotina do sistema burguês capitalista

de produção e de controlo. A Oposição Operária tem confiança no poder criador da sua própria classe: os operários. O resto do programa assenta nesta premissa.

*

É precisamente aqui que começam as diferenças entre a Oposição Operária e a linha seguida pelos chefes do Partido. A desconfiança perante a classe operária (não na esfera política, mas no domínio das capacidades criadoras na economia) é a essência das teses adoptadas pelos chefes do nosso Partido. Eles não acreditam que as mãos calejadas dos operários, tècnicamente inexperientes, possam criar as bases de formas económicas que, no decorrer do tempo, se deverão desenvolver num sistema harmonioso de produção comunista.

Para todos eles — Lenine, Trotsky, Zinoviev e Bukharine — a produção apresenta-se como uma coisa «extremamente delicada» que é impossível pôr em marcha sem a assistência de «directores». Primeiro que tudo, dever-se-á educar os operários, «ensiná-los», e só quando eles tiverem crescido se lhes poderá retirar todos os professores do Conselho Superior da Economia Nacional e permitir que os sindicatos tomem o controlo da produção. É significativo que todas as teses redigidas pelos chefes do Partido coincidam num ponto essencial: presentemente, não se deve dar o controlo da produção aos sindicatos; «é preciso esperar». É indubitàvelmente certo que Trotsky, Lenine, Zinoviev e Bukharine diferem entre si nas razões que apresentam para justificar que os operários não devem participar na direcção da indústria, como acontecera até aqui. Mas estão todos de acordo em que, neste momento, a direcção da produção deve fazer-se por cima das cabeças dos operários, através de um sistema burocrático herdado do passado.

Neste ponto, todos os chefes do nosso Partido se encontram em completo acordo. «O centro de gravidade do trabalho dos sindicatos no momento presente — declaram os Dez nas suas Teses (7) — deve ser deslocado para o domínio económico industrial. Os sindicatos, como organizações de classe dos operários constituídos em conformidade com as suas funções industriais, devem encarregar-se do *trabalho principal* de organização da produção». «Trabalho principal» é uma expressão demasiado vaga. Permite várias interpretações. E, apesar de tudo, parecia que a plataforma dos «Dez» deixaria maior liberdade aos sindicatos na gestão industrial do que o centralismo de Trotsky (8,9). Mas, mais adiante, as teses dos «Dez» explicam o que eles entendem por «trabalho principal» dos sindicatos: «A mais enérgica participação nos centros que regulam a produção, e o controlo, registo e distribuição da força de trabalho, a organização das trocas entre as cidades e as aldeias, a luta contra a sabotagem, e a aplicação dos diferentes decretos sobre o trabalho obrigatório, etc.». É tudo. Nada de novo. E nada mais do que aquilo que os sindicatos sempre têm feito. Não é isto que poderá salvar a nossa produção nem ajudar a resolver a questão essencial — aumentar e desenvolver as forças produtivas do nosso país.

Para tornar mais claro o facto de que o programa dos «Dez» não dá aos sindicatos função alguma de direcção, atribuindo-lhes apenas um papel auxiliar na gestão da produção, os autores dizem: «Num estádio desenvolvido (não actualmente, mas num «estádio desenvolvido»), os sindicatos, no seu processo de transformação social, devem tornar-se órgãos da autoridade social. Devem funcionar, como tal, subordinados às outras organizações, e fazer aplicar os novos princípios de organização da vida económica». Com isto, querem eles dizer que os sindicatos devem trabalhar subordinados ao Conselho Superior da Economia Nacional e aos seus departamentos.

*

Qual é então a diferença entre o que atrás se disse e a «unificação pelo desenvolvimento» (9), proposta por Trotsky? A diferença está apenas no método. As teses dos «Dez» dão um ênfase especial à função educadora dos sindicatos. Na sua fromulação da problemática sindical (sobretudo no domínio da organização, indústria e educação), os chefes do nosso Partido, como políticos inteligentes que são, convertem-se repentinamente em «professores»!

Esta característica controvérsia não gira em torno do sistema de gestão na indústria, mas principalmente do sistema de educação das massas. De facto, quem quer que seja que comece a folhear as minutas estenografadas dos discursos dos nossos dirigentes mais destacados, não deixará de ficar atónito com a inesperada manifestação das suas tendências pedagógicas. Todos os autores das teses propõem os mais perfeitos processos de educação das massas. Mas todos esses sistemas de «educação» recusam a liberdade de experimentação, de treino e de expressão das suas capacidades criadoras, àqueles que se pretende ensinar. Também a este respeito os nossos pedagogos se encontram atrasados.

O problema é que Lenine, Trotsky, Bukharine e outros encaram as funções dos sindicatos não do ponto de vista do controlo da produção ou da gestão das indústrias, mas simplesmente como escola de educação das massas. Durante a discussão, pareceu a alguns camaradas que Trotsky era por uma gradual «absorção dos sindicatos pelo Estado» — não repentinamente, mas de uma forma gradual —, e que lhes queria reservar o direito de um controlo final sobre a produção, como está expresso no nosso programa. Este ponto parecia colocar inicialmente Trotsky no mesmo terreno que a Oposição, numa altura em que o grupo representado por Lenine e Zinoviev, opondo-se à «absorção pelo Estado», via

o objecto da actividade sindical e dos seus problemas, como uma «preparação para o comunismo». «Os sindicatos, segundo Lenine e Zinoviev, são necessários para o trabalho penoso» (p. 22 do relatório de 30 de Dezembro). Quanto a Trotsky, parecia que compreendia as tarefas de maneira algo diferente. Na sua opinião, o trabalho mais importante dos sindicatos consiste na organização da produção. Nisto, tem perfeitamente razão e está certo quando diz: «Na medida em que os sindicatos são escolas do comunismo, eles são-no não na difusão da propaganda comum (no que desempenhariam então o papel de «clubes»), não na mobilização dos seus membros para o trabalho militar ou recolha do imposto sobre os produtos, mas ao fornecer uma educação geral a todos os seus membros, na base da sua participação na produção» (relatório de Trotsky de 30 de Dezembro). Tudo isto é verdade, mas existe uma grave omissão: *os sindicatos não são apenas escolas para o comunismo, mas igualmente os seus criadores.*

Trotsky perde de vista a criatividade da classe operária. Substitui-a pela iniciativa dos «verdadeiros organizadores da produção», os comunistas dentro dos sindicatos (do relatório de Trotsky de 30 de Dezembro). Quais comunistas? Segundo Trotsky, os comunistas nomeados pelo Partido para os postos administrativos de responsabilidade no interior dos sindicatos (por razões que quase nunca têm que ver com os problemas de ordem industrial e económica dos sindicatos). Trotsky é franco. Não acredita que os operários estejam prontos a criar o comunismo e que sejam capazes de, através de sacrifícios, sofrimentos e erros cometidos, esforçar-se por criar novas formas de produção. Trotsky exprimiu a sua opinião clara e francamente. Tem realizado o seu sistema de «educação das massas pelos clubes», preparando-as para as funções «dirigentes» no Órgão Administrativo Central dos Caminhos de Ferro (10), adoptando todos os métodos de educação das massas que eram praticados pelos

companheiros das corporações de outrora em relação aos seus aprendizes. É certo que martelando a cabeça de um aprendiz se pode fazer dele um «companheiro», mas não um «mestre»; e, no entanto, enquanto a ameaça do mestre--patrão pende sobre a sua cabeça, o aprendiz trabalha e produz.

É esta, na opinião de Trotsky, a maneira de deslocar o centro de gravidade «dos problemas políticos para os industriais». Aumentar, ainda que temporàriamente, a produtividade por todos os meios possíveis é o fulcro dessa tarefa. A verdadeira educação nos sindicatos, segundo Trotsky, deve ser orientada para este fim.

*

Os camaradas Lenine e Zinoviev não estão, no entanto, de acordo com Trotsky. São os educadores de «uma forma moderna de pensar». Foi já dito mais de uma vez que os sindicatos são as escolas do comunismo. O que quer isto dizer?

Se tomarmos a sério esta definição, isso significará que nas «escolas do comunismo» é necessário em primeiro lugar ensinar e educar, mas não comandar (esta alusão à opinião de Trotsky suscita aplausos). Mais adiante, Zinoviev acrescenta: os sindicatos desempenham uma grande tarefa tanto para o proletariado como para a causa comunista. É esse o papel fundamental que os sindicatos desempenham. Neste momento, porém, parecemos esquecer isso e pensamos poder tratar o problema dos sindicatos de forma demasiado imprudente, brutal e severa.

É necessário lembrar que estas organizações têm as suas tarefas particulares — não tarefas de comando, supervisão ou direcção —, mas tarefas várias que se podem resumir numa: atrair

as massas operárias para o movimento do proletariado organizado. Assim, o professor Trotsky foi longe demais no seu sistema de educação das massas. Mas o que propõe o próprio camarada Zinoviev? Dar, no interior dos sindicatos, as primeiras lições de comunismo: «ensinar-lhes (às massas) os elementos básicos do movimento proletário». Como? Através da experiência e da criação práticas de novas formas de produção, como a Oposição o reclama? Nada disso. O grupo Lenine--Zinoviev propõe um sistema de educação feito de leituras, lições de moral e de bons exemplos, cuidadosamente escolhidos. Nós temos 500 000 comunistas (entre os quais, lastimamos dizê-lo, não poucos «estrangeiros» — restos de outro mundo) face a 7 milhões de operários.

Segundo o camarada Lenine, o Partido tem chamado a si a «vanguarda do proletariado». Os melhores comunistas, em cooperação com os especialistas das instituições económicas soviéticas, estão investigando àrduamente nos seus laboratórios com vista às novas formas de produção comunista. Estes comunistas, trabalhando agora sob os olhos de «bons professores», no Conselho Superior da Economia Nacional ou noutros centros, estes «homens comuns», são os seus melhores alunos — isto é verdade. Mas as massas operárias, nos sindicatos, devem olhar para esses exemplares «homens comuns» e aprender alguma coisa deles sem tocar com as suas próprias mãos nas rédeas do controlo; para isso é ainda demasiado cedo, ainda não aprenderam o suficiente.

Na opinião de Lenine, os sindicatos, isto é, as organizações da classe operária, não são os criadores das formas comunistas da economia do povo, e servem apenas como elemento de ligação entre a vanguarda e as massas: «os sindicatos, no seu trabalho diário, persuadem as massas dessa classe que... etc.».

Não é o sistema de Trotsky, equiparável a um sistema medieval de educação. É o sistema alemão de Froebel-Pestalozzi, fundado

no estudo de exemplos. Os sindicatos não devem fazer nada de importante na indústria. Devem sim persuadir as massas. Devem levar as massas ao contacto com as vanguardas, com o Partido que (lembremo-nos!) não deve organizar a produção como uma colectividade, mas apenas criar instituições económicas soviéticas heterogéneas, para as quais nomeará elementos comunistas.

Qual dos sistemas é melhor? É essa a questão. O sistema de Trotsky, qualquer que possa ser a sua posição noutros assuntos, é mais claro e, portanto, mais realista. Lendo livros e estudando os exemplos de bem intencionados «homens comuns» não se poderá levar muito longe a educação. Deve-se ter isto sempre na memória.

O grupo de Bukharine situa-se a meio termo. Ou antes, tenta conjugar os dois sistemas de educação. Convém notar, no entanto, que tão pouco reconhece o princípio de uma criatividade independente dos sindicatos na indústria. Na opinião do grupo de Bukharine, os sindicatos desempenham um duplo papel (o que é dito nas suas teses). Por um lado desempenham a função de «escolas do comunismo», e por outro, as funções de um intermediário entre o Partido e as massas (concordando com a opinião do grupo de Lenine). Por outras palavras, o sindicato desempenha o papel de uma máquina, lançando as massas proletárias para a vida activa (notem camaradas — «para a vida activa» — não para a criação de uma nova forma de economia ou para a procura de novas formas de produção). Além disso, os sindicatos devem aceder progressivamente a um estádio de integração simultânea na máquina económica e no poder do Estado. É a isto que Trotsky chama a «absorção progressiva».

Uma vez mais, a controvérsia não gira em torno do problema dos sindicatos, mas dos métodos de educação das massas por meio dos sindicatos. Trotsky é, ou melhor, era, por um sistema

que, com a ajuda daquele que foi introduzido para os operários dos caminhos de ferro, martela na cabeça dos operários organizados a justeza da construção comunista. E que, por meio de nomeações verticais, remodelações e toda a sorte de miraculosas medidas promulgadas em conformidade com o «sistema de choque», possa remodelar os sindicatos de forma a que este se integrem nas instituições económicas soviéticas e se tornem instrumentos obedientes da realização de planos preparados pelo Conselho Superior da Economia Nacional.

Zinoviev e Lenine não estão apressados em juntar os sindicatos à máquina económica soviética. Os sindicatos, dizem eles, devem permanecer sindicatos. Quanto à produção, ela será posta em marcha e controlada por homens que *nós* escolheremos. Logo que os sindicatos tiverem fabricado obedientes e laboriosos «homens comuns», então «injectá-los-emos» nas instituições económicas soviéticas. Só então, gradualmente, os sindicatos desaparecerão, dissolver-se-ão.

A criação das novas formas da economia nacional, confiam-na eles às instituições burocráticas soviéticas. Aos sindicatos, afectam-lhes o papel de «escolas». «Educação, educação e mais educação». Tal é a palavra de ordem de Lenine-Zinoviev. Bukharine, por seu lado, pretende no entanto jogar no radicalismo a respeito do sistema de educação e merece por certo os gracejos de Lenine e a alcunha de «Smidikomist» (*). Bukharine e o seu grupo, embora acentuando a função educativa que pode ser desempenhada pelos sindicatos na situação política presente, são partidários da mais completa democracia operária no interior dos sindicatos, pela atribuição de amplos poderes efectivos aos sindicatos — não apenas pelos princípios efectivos geralmente aplicados, mas pela eleição incondicional dos

(*) Sindicalista.

delagados nomeados pelos sindicatos. Quanta democracia! Isto aconselhar-se-ia à própria Oposição Operária, se não fosse uma diferença: a Oposição Operária vê nos sindicatos os organizadores e os criadores da economia comunista enquanto Bukharine, como Lenine e Trotsky, lhes atribuem o papel de «escolas para o comunismo» e nada mais. Porque haveria Bukharine de se entreter com o princípio electivo que, como toda a gente sabe, não afectará em nada a gestão industrial? Portanto, o controlo da indústria continuará, de facto, fora dos sindicatos, para além da sua acção, nas mãos das instituições soviéticas. Bukharine faz-nos lembrar aqueles professores que educam, segundo o antigo sistema, por meio de «livros»: «Devem aprender até aí e não mais além», enquanto por outro lado encorajam a «actividade autónoma» dos alunos se se trata de organizar bailes, distracções, etc..

Assim, os dois sistemas (11) podem perfeitamente coexistir e coabitar. Mas saber qual será a saída de tudo isto e que funções serão capazes de desempenhar os alunos destes professores de ecletismos — isso será uma outra questão. Se o camarada Lunatcharsky desaprovasse as «heresias ecléticas» de reuniões pedagógicas como esta, a posição do Comissariado do Povo para a Educação tornar-se-ia, na verdade, bem precária.

*

É preciso, no entanto, não subestimar os métodos educativos dos nossos camaradas dirigentes em relação aos sindicatos. Todos eles, Trotsky inclusivé, compreendem que em matéria de educação, a «actividade autónoma das massas» não é um factor de somenos importância. Andam assim à procura de um sistema em que os sindicatos, sem pertubar o sistema burocrático existente de gestão da indústria, possam desenvolver a sua iniciativa e as suas capacidades criadoras no domínio da economia.

O domínio menos prejudicial em que as massas podem manifestar a sua actividade própria, bem como a sua «participação na vida activa» (segundo Bukharine), é a do melhoramento da sorte dos operários. A Oposição Operária presta uma grande atenção a esta questão e, contudo, sabe que o campo fundamental da criação de classe é o da criação de novas formas económicas industriais, de que o melhoramento das condições de vida dos operários não constitui senão um aspecto.

Na opinião de Trotsky e de Zinoviev, toda a produção deve ser adaptada às instituições soviéticas, e os sindicatos devem conformar-se com a função restrita, ainda que útil, de melhoramento das condições de vida dos operários. O camarada Zinoviev, por exemplo, vê na distribuição de vestuário o «papel económico» dos sindicatos, e explica: «Não existe problema mais importante do que o problema da economia; reparar um estabelecimento de banhos em Petrogrado é, neste momento, dez vezes mais importante do que cinco boas conferências».

O que é que isto quer dizer? Uma ingénua e errada opinião? Ou uma substituição consciente das tarefas criativas da organização na esfera da produção e do desenvolvimento das capacidades criadoras, pelas tarefas restritas da economia caseira, dos problemas domésticos, etc.? Numa linguagem um pouco diferente Trotsky exprime a mesma ideia. Propõe muito generosamente que os sindicatos desenvolvam a maior iniciativa possível no campo da economia. Mas em que campo é que essa iniciativa se deve exprimir? «Substituindo os vidros» da oficina ou «cobrindo um charco de água diante da fábrica» (discurso de Trotsky no Congresso dos Mineiros). Camarada Trotsky, tenha piedade de nós! Com isto continuamos a não sair da economia caseira. Se quer reduzir a criatividade dos sindicatos a isso, então eles não se transformarão em escolas para o comunismo, mas em centros de formação para porteiras. É verdade que o camarada Trotsky procura alargar o campo

da «actividade autónoma das massas» deixando-as participar, não numa tarefa autónoma de melhoramento da sorte dos operários no seu próprio trabalho (só a «loucura» da Oposição Operária vai tão longe), mas pela assistência às aulas dadas pelo Conselho Superior da Economia Nacional sobre este assunto.

Sempre que uma questão respeitante aos operários deve ser decidida, como por exemplo a distribuição de alimentos ou da força de trabalho, é necesário que os sindicatos possam conhecer exactamente — não que participem eles próprios na resolução da questão, mas tão sòmente que saibam — não em linhas gerais como qualquer cidadão, mas em pormenor, todo o trabalho corrente que está a ser feito pelo Conselho Superior da Economia Nacional (discurso de Dezembro de 1920). Os professores deste organismo não só forçam os sindicatos a «aplicar» os seus planos, como também «explicam os seus decretos aos alunos». Isto é já um passo em frente em comparação com o sistema que funciona presentetemente nos caminhos de ferro.

No entanto, é claro que substituir os vidros, por mais útil que seja, não tem nada a ver com a gestão industrial; as forças produtivas e o seu desenvolvimento não se exprimem através deste trabalho. As questões realmente importantes continuam a ser: como desenvolver as forças produtivas? Como construir uma economia em que a nova vida corresponda à produção, e como eliminar ao máximo o trabalho improdutivo? Um partido pode formar um soldado vermelho, um operário politizado, ou um quadro capaz de executar os planos já preparados, mas não pode desenvolver um criador da economia comunista, porque só um sindicato oferece possibilidades de desenvolvimento das capacidades criadoras sobre novas bases.

Mais ainda, não é esta a tarefa do Partido. A tarefa deste é criar as condições — isto é, dar a liberdade às massas operárias

unidas por objectivos económico-industriais comuns — para que os operários possam tornar-se operários-criadores, encontrar novos incentivos para o trabalho, elaborar um novo sistema de utilização da força de trabalho e descobrir como distribuir a mão-de-obra com vista à reconstrução da sociedade, criando assim uma nova ordem económica, assente sobre bases comunistas. Só os operários podem conceber na sua mente novos métodos de organização do trabalho, bem como de gestão industrial.

*

Trata-se de uma banal verdade marxista e, no entanto, os dirigentes do nosso Partido já não estão de acordo connosco. Porquê? Porque têm mais confiança nos técnicos burocráticos, herdeiros do passado, do que na sã criatividade de classe das massas operárias. Em qualquer outro domínio — educação, desenvolvimento da ciência, organização do exército, saúde pública — é possível hesitar quanto a saber quem deve controlar: a colectividade operária ou os especialistas burocráticos; há um domínio, porém, que é o da economia, no qual a questão de quem deve controlar é simples e clara, para qualquer pessoa que não tenha esquecido a história.

É bem sabido, para qualquer marxista, que a reconstrução da indústria e o desenvolvimento das forças criadoras de um país dependem de dois factores: do desenvolvimento da técnica e da organização eficiente do trabalho através do aumento da produtividade e da descoberta de novos incentivos para o trabalho. Isto tem sido verdade para cada período de transformação de um baixo para um alto estádio de desenvolvimento económico, através da história da humanidade.

Numa república operária, o desenvolvimento das forças produtivas através da técnica desempenha um papel secundário em comparação com o segundo factor, o da eficiente orga-

nização do trabalho e a criação de um novo sistema de economia. Mesmo que a Rússia Soviética consiga executar completamente o seu projecto de electrificação geral, sem introduzir nenhuma mudança essencial no sistema de controlo e de organização da economia e produção, ela não faria mais do que pôr-se a par dos países capitalistas mais avançados em matéria de desenvolvimento.

E, no entanto, para a utilização eficiente da força de trabalho e para a construção de um novo sistema de produção, os trabalhadores russos encontram-se em circunstâncias especialmente favoráveis. Estas permitem-lhes deixar bem longe todos os países capitalistas burgueses em matéria de desenvolvimento das forças produtivas. O desemprego, considerado como estimulante para o trabalho, foi já eliminado. Novas possibilidades se abrem à classe operária, liberta do jugo do capital: a possibilidade de exprimir a sua própria palavra criadora, através da procura de novos incentivos para o trabalho e da criação de novas formas de produção, qualquer coisa sem precedentes em toda a história da humanidade.

Mas quem é que pode desenvolver a necessária criatividade e invenção nesta matéria? Serão os elementos burocráticos, os cérebros das instituições soviéticas, ou os sindicatos industriais, cujos membros, pela sua experiência de organização dos operários na fábrica, conhecem os métodos criadores, práticos, eficientes, que podem ser aplicados no processo da completa reorganização do sistema económico? A Oposição Operária pensa que a administração da economia é uma função dos sindicatos e, ao afirmá-lo, é mais marxista do que os dirigentes, bem formados teòricamente.

A Oposição Operária não é tão ignorante que subestime o grande valor do progresso técnico ou a utilidade dos elementos tècnicamente bem preparados. Ela não pensa, portanto, que depois de ter eleito o seu próprio órgão de controlo da

indústria, lhe seja possível demitir tranquilamente o Conselho Superior da Economia Nacional, o Comité Central Industrial, os centros económicos, etc. Nada disso. A Oposição Operária pensa que deve assegurar o seu próprio controlo sobre estes centros administrativos, tècnicamente importantes, entregar-lhes tarefas teóricas e utilizar os seus serviços, como faziam os capitalistas quando contratavam os técnicos para executar os seus próprios projectos. Os especialistas podem fazer um trabalho importante no desenvolvimento da indústria e podem facilitar o trabalho manual; são necessários, indispensáveis, como a ciência é indispensável a qualquer classe ascendente e em desenvolvimento. Mas os especialistas burgueses, ainda que se lhes coloque a etiqueta de comunistas, são fìsicamente incapazes e mentalmente fracos para desenvolverem as forças produtivas num estado não capitalista, para encontrar novos métodos de organização de trabalho e avançar novos incentivos para a intensificação do trabalho. Nisto, a última palavra pertence à classe operária — aos sindicatos de indústria.

Quando, depois de ter transposto os limites da idade medieval, entrando na moderna, a classe burguesa nascente encetou a batalha económica contra a classe decadente dos senhores feudais, ela não possuía qualquer vantagem técnica sobre esta última. O mercador — o primeiro capitalista — foi obrigado a comprar as mercadorias ao artesão e companheiro, que, com as limas manuais, lâminas e fusos primitivos, tanto as produziam para o «mestre», para o senhor feudal, como para os comerciantes exteriores, com quem iniciavam uma relação comercial «livre». A economia feudal, tendo atingido o ponto culminante da sua organização, deixou de conseguir novos lucros e começou a verificar-se um declínio do crescimento das forças produtivas. A humanidade encontrou-se perante a escolha entre o declínio económico ou a descoberta de novos incentivos para o trabalho e, consequentemente, a criação de um novo sistema económico que aumentasse

a produtividade, alargasse o campo da produção e abrisse novas possibilidades para o desenvolvimento das forças produtivas.

Quem poderia descobrir e desenvolver os novos métodos da reorganização industrial? Ninguém senão os representantes dessa classe que não estava ligada à rotina do passado, que compreendia que o fuso e as tesouras produzem incomparàvelmente menos nas mãos do escravo agrilhoado do que nas mãos do operário «livremente contratado» espicaçado pelo estimulante da necessidade económica.

Assim, esta classe nascente, tendo encontrado um estímulo fundamental para o trabalho, constrói sobre ele um sistema complexo, grandioso à sua maneira: o sistema de produção capitalista. Os técnicos só vieram muito mais tarde. A base foi o novo sistema de organização do trabalho e as novas relações estabelecidas entre o capital e o trabalho.

O mesmo se pode dizer para o presente. Nenhum especialista, nenhum técnico imbuído da rotina do sistema capitalista de produção, pode introduzir qualquer motivação criadora ou qualquer inovação vitalizadora no campo da organização do trabalho, da criação e do ajustamento da economia comunista. Essa função pertence à classe operária. O grande mérito da Oposição Operária é o de ter posto, aberta e francamente, esta questão de extrema importância.

O camarada Lenine considera que se pode executar um plano económico comunista por meio do Partido. Será assim? Primeiro que tudo, deixem-nos ver como funciona o Partido. Segundo o camarada Lenine, «ele chama a si a vanguarda dos operários», dispersando-a em seguida pelas várias instituições soviéticas (só uma parte da vanguarda volta para os sindicatos, onde, no entanto, os membros comunistas se encontram privados de qualquer oportunidade de direcção

e de construção da economia). Estes comunistas-economistas, bem preparados, fiéis e talvez talentosos, definham e decompõem-se nas instituições económicas. Numa tal atmosfera, a influência deles diminui, enfraquece, ou perde-se inteiramente.

Que diferença com os sindicatos! Aqui a atmosfera de classe é mais densa, a composição das forças mais homogénea, as tarefas que se apresentam à colectividade mais próximas das necessidades imediatas do trabalho e da vida dos próprios produtores, dos membros dos comités das fábricas e armazéns, das direcções fabris e dos centros sindicais. A criatividade e a procura de novas formas de produção, de novos incentivos para o trabalho, com o fim de aumentar a produtividade, só pode ser conseguida no seio dessa colectividade natural de classe. Só a vanguarda da classe pode fazer a revolução, mas só a totalidade da classe, através da sua experiência diária e do trabalho prático das suas organizações de base, pode criar.

Quem não acredita no espírito duma colectividade de classe — e esta colectividade é representada pelos sindicatos melhor do que ninguém — pode traçar um risco sobre a reestruturação comunista da sociedade. Não são Krestinsky ou Preobrajensky, Lenine ou Trotsky, que podem trazer infalìvelmente para a primeira linha, por meio da máquina do Partido, aqueles operários que são capazes de descobrir e de pôr em execução novas ideias para o novo sistema de produção. Tais operários só podem ser atraídos para a frente pela sua própria experiência da vida, destacando-se das fileiras daqueles que efectivamente produzem e, ao mesmo tempo, organizam a produção.

Esta ideia que parece tão simples e clara para qualquer trabalhador, foi perdida de vista pelos dirigentes do nosso Partido. É impossível decretar o comunismo. O comunismo só

pode ser construído através de um processo de procura prática, com erros provàvelmente, mas a partir das capacidades criadoras da própria classe operária.

*

O principal ponto de controvérsia que se estabelece entre os dirigentes do Partido e a Oposição Operária é o seguinte: a quem entregará o nosso Partido a construção da economia comunista — ao Conselho Superior da Economia Nacional e aos seus organismos burocráticos, ou aos sindicatos da indústria? O camarada Trotsky pretende «ligar» os sindicatos ao Conselho Superior da Economia Nacional, de forma a que, com a ajuda deste último, seja possível a absorção dos primeiros. Por outro lado, os camaradas Lenine e Zinoviev querem «educar» as massas e elevá-las a um nível de compreensão tal do comunismo que possam ser fàcilmente integradas nas instituições soviéticas. Bukharine e os restantes outros exprimem essencialmente a mesma opinião. As variantes existentes dizem apenas respeito à maneira de o realizar; a essência é a mesma. Só a Oposição Operária exprime uma teoria inteiramente diferente, defendendo o ponto de vista da classe proletária no processo de criação e de realização das suas tarefas.

O órgão de administração económica da República operária, durante o actual período transitório, deve ser um órgão directamente eleito pelos próprios produtores. Todas as outras instituições soviéticas de administração económica devem funcionar apenas como centros executivos da política económica do órgão económico supremo da República operária. Tudo o resto não passa de escapatórias que revelam a desconfiança nas capacidades criadoras dos operários, desconfiança que não é compatível com os ideais apregoados pelo nosso Partido, cuja força reside no espírito de criatividade permanente do proletariado.

Nada haverá de surpreendente se, ao aproximar-se o Congresso do Partido, os promotores das diferentes reformas económicas, com excepção apenas da Oposição Operária, se ponham de acordo sobre uma base comum graças a compromissos e concessões mútuas, pois não existem divergências essenciais entre eles.

Só a Oposição Operária não pode nem deve entrar em compromissos. Isto não significa, no entanto, que ela «provoque uma cisão». Nada disso. O seu papel é inteiramente diferente. Mesmo em caso de derrota no Congresso, ela deve permanecer no Partido e defender ponto por ponto a sua opinião, salvar o Partido e clarificar a sua linha de classe.

Em resumo: qual é o programa da Oposição Operária?

1) Constituir um órgão dos operários — os próprios produtores — para a administração da economia.

2) Para tanto, isto é, para que os sindicatos se transformem, deixem de ser assistentes passivos dos organismos económicos, participem activamente e manifestem a sua actividade criadora, a Oposição Operária propõe uma série de medidas preliminares com vista a uma realização ordenada e gradual daquele objectivo.

3) A transferência das funções administrativas da indústria para as mãos dos sindicatos não deve ter lugar antes de o Comité Central Executivo Pan-Russo dos Sindicatos ter considerado que os sindicatos são capazes e estão suficientemente preparados para assumir essa tarefa.

4) Todas as nomeações para os postos administrativos da economia devem ser feitas com o consentimento dos sindicatos. Todos os candidatos nomeados por estes são irrevo-

gáveis. Todos os responsáveis nomeados pelos sindicatos são responsáveis perante eles e podem ser revogados por eles.

5) Para pôr em execução todas estas proposições é necessário reforçar os núcleos de base dos sindicatos e preparar os comités de fábrica e de oficina para gerir a produção.

6) Pela concentração num só órgão de toda a administração da economia pública (suprimindo a actual dualidade entre o Conselho Superior da Economia Nacional e o Comité Executivo Pan-Russo dos Sindicatos) deve ser criada uma vontade única que facilitará a execução do plano e fará nascer o sistema comunista da produção.

É isto o sindicalismo? Não será, pelo contrário, aquilo que está inscrito no programa do nosso Partido? E não serão antes os princípios subscritos pelo resto dos camaradas que se desviam do programa?

3. SOBRE A BUROCRACIA E A ACTIVIDADE AUTÓNOMA DAS MASSAS

Burocracia ou actividade autónoma das massas? Este é o segundo ponto da controvérsia entre os dirigentes do nosso Partido e a Oposição Operária. A questão da burocracia foi levantada, mas só superficialmente discutida, no 8.° Congresso dos Sovietes. Tal como a questão do papel a ser desempenhado pelos sindicatos e problemas correlativos, também a discussão sobre a burocracia foi orientada de forma errada. A controvérsia sobre este assunto é mais importante do que pode parecer.

O essencial reside no seguinte: na República operária, durante o período de criação das bases económicas para o comunismo, qual é o sistema de administração que assegura maior liberdade às capacidades criadoras da classe? Um sistema burocrático de estado ou um sistema assente numa larga autonomia prática das massas operárias? O problema diz respeito ao sistema de administração e a controvérsia abre-se entre dois princípios diametralmente opostos: burocracia ou actividade autónoma. E, contudo, há quem tente reduzi-la ao problema único das maneiras de «animar as instituições soviéticas».

Observamos de novo aqui a mesma substituição dos assuntos discutidos, já verificada nos debates sobre os sindicatos. É necessário declarar definitiva e claramente que meias-medidas, alterações nas relações entre organismos centrais e organizações económicas locais, e outras pequenas inovações não essenciais (como a colocação de membros do Partido nas instituições soviéticas, onde estes comunistas estão sujeitos às más influências do sistema burocrático prevalecente e se desintegram entre os elementos da antiga classe burguesa), tudo isto, não dará vida ou «democracia» às instituições soviéticas.

A questão não reside porém aí. Na Rússia Soviética, qualquer criança sabe que o problema vital é o de preparar largas massas operárias, camponesas e outras, para a reconstrução da economia no estado proletário e modificar as condições de vida em conformidade com essa reconstrução. A tarefa é clara: despertar a iniciativa e a actividade autónoma das massas. Mas o que é que se faz para encorajar e desenvolver esta iniciativa? Absolutamente nada. Pelo contrário. Em todas as reuniões incitam-se os operários, homens e mulheres, a «criar uma nova vida, a construir e a ajudar as autoridades soviéticas». Mas, logo que as massas ou grupos de operários isolados tomam esta incitação a sério e ten-

tam aplicá-la na vida real, surgem certas instituições burocráticas que, sentindo-se ignoradas, se apressam a cortar pela raíz os esforços destes iniciadores demasiado zelosos.

Todos os camaradas se podem fàcilmente recordar das vezes sem conta que os operários se lançaram na organização de refeitórios, creches, transportes de madeira, etc.. Sistemàticamente, o interesse vivo e imediato despertado por estas iniciativas ia morrer na rotina do deixa-andar, nas intermináveis negociações com múltiplas instituições e discussões que não levam a parte alguma ou que davam lugar a recursos, novas requisições, etc.. Em toda a parte onde houve oportunidade de equipar um refeitório, constituir um depósito de madeiras ou organizar uma creche, sempre sob a pressão das próprias massas — das massas usando os seus próprios meios — as recusas seguiram-se às recusas por parte das instituições centrais. Explicando-se sempre que não havia equipamento para o refeitório, que faltavam os cavalos para o transporte da madeira, ou os edifícios adequados para as creches. Quanta desilusão entre os operários e operárias, quando eles viam e sabiam que, se lhes tivessem dado o direito e a possibilidade de agir, teriam podido realizar, eles próprios, o projecto. Quanto é penoso ver recusados os materiais necessários, quando os próprios operários já os tinham encontrado e fornecido. Se isto é assim, diz o povo, «que os funcionários se ocupem então de nós». Como resultado, tem-se gerado uma divisão extremamente nociva: *nós*, os que trabalham, e *eles*, os funcionários soviéticos, de quem tudo depende. Daqui todos os problemas.

•

Entretanto, que fazem os dirigentes do nosso Partido? Procuram eles encontrar a causa do mal? Admitem eles abertamente que o próprio sistema criado através dos Sovietes paralisa as massas até à esclerose, embora a sua função

fosse encorajar a iniciativa das massas? Não, os dirigentes do nosso Partido não fazem nada disto. Pelo contrário. Em vez de encontrarem meios para encorajar a iniciativa das massas, que poderiam integrar-se perfeitamente em instituições soviéticas flexíveis, os chefes do Partido assumem de repente o papel de defensores e cavaleiros da burocracia. Quantos camaradas seguem o exemplo de Trotsky e repetem que «nós sofremos, não por termos adoptado o lado mau da burocracia, mas por não termos ainda aprendido o seu lado bom». (*Para um plano comum*, de Trotsky) (12).

A burocracia é a negação directa da actividade autónoma das massas. Quem aceitar o princípio da participação activa das massas como base do novo sistema da República operária, não pode olhar para os lados bons ou maus da burocracia. Só tem que rejeitar aberta e resolutamente este sistema inútil. A burocracia não é um produto da nossa miséria, como pretende o camarada Zinoviev, nem tão pouco o reflexo da «subordinação cega» aos superiores gerado pelo militarismo, como dizem outros. Este fenómeno tem uma causa mais profunda. É um sub-produto da mesma causa que determina a nossa política dúbia em relação aos sindicatos, nomeadamente, a influência crescente, no seio das instituições soviéticas, de elementos hostis não apenas ao comunismo mas até às aspirações elementares das massas operárias. A burocracia é uma peste que penetra até ao coração do Partido e das instituições soviéticas. O facto não é apenas realçado pela Oposição Operária. É também reconhecido por muitos camaradas que não pertencem a este grupo.

Restrições à iniciativa são impostas não só à actividade das massas sem-partido (o que seria lógico e razoável, numa atmosfera de guerra civil), mas aos próprios membros do Partido. Toda a tentativa independente, todas as ideias novas que passam pela censura dos organismos centrais, são tratadas como heresias, como violações da disciplina do Par-

tido, como tentativas de pôr em causa as prerrogativas dos organismos encarregados de «prever» tudo e tudo decretar. Se alguma coisa ainda não foi decretada, é preciso esperar que chegue a altura em que eles, com vagar, estatuam. Só então, e dentro de estreitos limites, cada um poderá exprimir a sua «iniciativa». Que aconteceria se alguns membros do Partido Comunista Russo — por exemplo aqueles que têm a paixão dos pássaros — decidissem formar uma associação para a protecção desses animais? A ideia, em si, parece realizável. Não parace, tampouco, prejudicar qualquer «projecto do Estado». Mas é sòmente aparência. Logo surgiriam certas instituições burocráticas reclamando o direito de dirigir esta iniciativa particular. E quereriam imediatamente «incorporar» esta associação no aparelho soviético, matando assim a iniciativa directa. E, em vez desta iniciativa directa, teríamos uma montanha de decretos e regulamentos, sobrecarregando de trabalho centenas de outros funcionários, os correios e os transportes.

O mal da burocracia não reside apenas na papelada, como certos camaradas pretendem fazer-nos acreditar, desviando o fundo da controvérsia para a «animação das instituições soviéticas». O mal reside em que a solução de todos os problemas não é procurada através da livre troca de opiniões ou através da intervenção de todos os que são directamente interessados, mas através de decisões formais tomadas pelas instituições centrais. Estas decisões são transmitidas já inteiramente elaboradas, à base, por pessoas ou colectivos extremamente restritos, enquanto os interessados ficam quase sempre totalmente de fora. *Há sempre uma terceira pessoa que decide o vosso destino: tal é a essência da burocracia.*

Face ao sofrimento crescente da classe operária, devido à confusão do presente período transitório, a burocracia encontra-se particularmente fraca e impotente. Só a iniciativa dinâmica dos próprios operários interessados pode operar prodígios

de entusiasmo na estimulação das forças produtivas e no melhoramento das condições de trabalho, desde que não sejam restringidos e reprimidos a cada passo pela hierarquização das «autorizações» e dos «decretos».

Os marxistas, e em particular os bolcheviques, devem a sua força ao facto de nunca terem seguido a política do sucesso imediato do movimento (esta é a linha seguida invariàvelmente pelos oportunistas). Os marxistas têm procurado sempre colocar os operários em condições de poderem temperar a sua vontade revolucionária e desenvolver as suas capacidades criadoras. A iniciativa dos operários é-nos indispensável e, no entanto, não lhes damos a possibilidade de a desenvolverem. O medo da crítica e da liberdade de pensamento, misturado com a burocracia, produz quase sempre resultados ridículos.

Não pode haver actividade autónoma sem liberdade de pensamento e de opinião, pois aquela manifesta-se não só na iniciativa, acção e trabalho, mas também no pensamento independente. Nós não damos qualquer liberdade à actividade de classe, temos medo da crítica e deixámos de nos apoiar nas massas: é por isso que temos a burocracia entre nós. Eis a razão por que a Oposição Operária considera a burocracia como o nosso inimigo, a nossa peste e como o maior perigo para a existência do próprio Partido Comunista.

*

Para escorraçar a burocracia que encontrou abrigo nas instituições soviéticas, devemos em primeiro lugar desembaraçarmo-nos dela no interior do próprio Partido. É aí que se trava a luta imediata. Logo que o Partido reconheça a actividade autónoma das massas como base do nosso Estado — não em teoria, mas na prática — as instituições soviéticas tornar-se-ão então, automàticamente, instituições com vida,

destinadas a pôr em execução o programa comunista. Deixarão de ser as instituições das papeladas, os laboratórios de decretos nados-mortos, em que tão ràpidamente degeneraram.

Que devemos então fazer para destruir a burocracia no Partido e substituí-la pela democracia operária? Primeiro que tudo é necessário compreender que os nossos dirigentes estão errados quando dizem: «Neste momento, estamos de acordo em folgar um pouco as rédeas», dado que não existe perigo imediato na frente militar, mas, desde que se pressinta novamente esse perigo, devemos voltar ao «sistema militar» no interior do Partido. Convém relembrar que foi o heroísmo que salvou Petrogrado, que mais de uma vez defendeu Lugansk e outras cidades e regiões inteiras. Foi o Exército Vermelho que organizou sòzinho a defesa? Não. Existia também a iniciativa heróica e a actividade autónoma das próprias massas. Qualquer camarada se lembrará que nos momentos de maior perigo, o Partido fez sempre apelo a esta actividade autónoma, porque viu nela a bóia de salvação. É certo que nos momentos de mais grave perigo, a disciplina do Partido e da classe devem ser mais rigorosas; que devem ser maiores os sacrifícios voluntários, o cumprimento estrito dos deveres, etc.. Mas entre estas manifestações de espírito de classe e a «subordinação cega» recentemente desenvolvida pelo Partido, vai uma grande diferença.

Em nome da regeneração do Partido e da eliminação da burocracia nas instituições soviéticas, a Oposição Operária, juntamente com um grupo de responsáveis operários de Moscovo, pedem a realização completa de todos os princípios democráticos, não só no actual período de trégua mas também nos momentos de tensão interna e externa. Esta é a condição primeira e básica para a regeneração do Partido, para o regresso aos princípios do seu programa, de que, na prática, se tem afastado cada vez mais, sob a pressão de elementos que lhe são estranhos.

A segunda condição, na qual a Oposição Operária insiste enèrgicamente, é a expulsão do Partido de todos os elementos não proletários. Quanto mais a autoridade soviética se fortalece, tanto maior é o número de elementos da classe média e, às vezes, mesmo indivíduos abertamente hostis que ingressam no Partido. A eliminação destes elementos deve ser escrupulosa e total. E aqueles que se encarregarem disso deverão ter presente que os elementos mais revolucionários de origem não proletária se juntaram ao Partido durante o primeiro período da Revolução de Outubro. O Partido deve voltar a ser um partido operário. Só então terá força suficiente para repelir todas as influências que agora se fazem sentir sobre ele por parte de elementos da pequena burguesia, dos camponeses, ou desses fiéis servidores do capital — os especialistas.

A Oposição Operária propõe o registo de todos os membros não operários que aderiram ao Partido desde 1919 e propõe também que lhes seja dado o direito de apelo, num prazo de três meses, contra as decisões tomadas, de modo a que possam voltar ao Partido.

Simultâneamente, é necessário estabelecer um «estatuto de trabalhador» para todos os elementos não operários que tentarão voltar para o Partido, estipulando-se que, para aderir ao Partido, é necessário ter-se trabalhado durante um certo tempo num trabalho manual, nas condições usuais.

O terceiro passo decisivo no sentido da democratização do Partido é a eliminação de todos os elementos não operários dos postos administrativos; ou seja, os comités centrais provinciais e locais do Partido devem ter uma composição tal que os operários estreitamente ligados às massas trabalhadoras tenham a maioria absoluta. De acordo com este ponto, a Oposição Operária reclama que os órgãos do Partido, desde o Comité Central Executivo até aos comités pro-

vinciais, deixem de ser instituições encarregadas de um trabalho quotidiano de rotina para se tornarem instituições que controlem a política soviética.

Já notámos que a crise do Partido é produto directo da oposição que se estabelece entre três correntes, correspondendo às três diferentes camadas sociais: a classe operária, o campesinato e a classe média e os elementos da antiga burguesia (especialistas, técnicos e homens de negócios).

As questões com importância nacional forçam as instituições soviéticas locais e centrais, e até mesmo o Conselho dos Comissários do Povo e o Comité Executivo Central Pan-Russo, a ouvir e a conformar-se com as três diferentes tendências correspondendo aos grupos que formam a população russa; daí resulta ser a política de classe baralhada e a estabilidade necessária perdida. Os interesses do Estado começam a pesar mais do que o interesse dos trabalhadores.

Para que o Comité Central e os demais comités do Partido não abandonem uma linha de classe firme e chamem à ordem as instituições soviéticas sempre que uma questão decisiva para a política soviética apareça (como, por exemplo, a questão dos sindicatos), é necessário dissociar o poder dos funcionários que têm simultâneamente postos de responsabilidade no Partido e nas instituições soviéticas.

Devemo-nos lembrar que a Rússia Soviética ainda não é socialmente homogénea; antes pelo contrário, é um conglomerado social heterogéneo, e, por consequência, a autoridade estatal vê-se obrigada a reconciliar todos estes interesses, por vezes hostis, escolhendo uma linha intermédia.

Para que o Comité Central do Partido se transforme no centro supremo da nossa política de classe e de controlo da política concreta dos sovietes, e a personificação espiritual do nosso

programa fundamental, é necessário que, sobretudo no Comité Central, se reduza ao máximo a ocupação simultânea de vários postos por pessoas que, embora continuando no Comité Central, ocupam lugares de responsabilidade nas instituições soviéticas. Com este fim, a Oposição Operária propõe a formação de centros do Partido que serviriam realmente como órgãos de controlo ideológico das instituições soviéticas e orientariam as suas acções segundo uma linha de classe clara. Além disso, para aumentar a actividade do Partido é necessário aplicar por toda a parte a seguinte medida: pelo menos um terço dos membros efectivos do Partido pertencendo aos centros dirigentes devem ser proibidos de agir simultâneamente como membros do Partido e funcionários soviéticos.

*

A quarta reivindicação da Oposição Operária é a seguinte: o Partido deve voltar de novo ao princípio da elegibilidade dos responsáveis.

As nomeações só podem ser toleradas a título excepcional; recentemente começaram a tornar-se a regra geral. A nomeação de responsáveis constitui uma das características da burocracia; no entanto, actualmente, tal prática é geral, legal, quotidiana e reconhecida. O processo de nomeação cria uma atmosfera doentia no Partido e destrói a relação de igualdade entre os seus membros, pela recompensa dos amigos e o castigo dos inimigos, assim como por outras práticas não menos prejudiciais na vida do Partido e dos Sovietes. O princípio da nomeação diminui o sentido do dever e a responsabilidade diante das massas. Os que são nomeados não são responsáveis diante das massas, o que agrava a divisão entre dirigentes e militantes de base.

Na realidade, qualquer pessoa nomeada está acima de qualquer controlo, porque os dirigentes não podem controlar em por-

menor a sua actividade e as massas não lhe podem pedir contas, nem o podem substituir se fôr preciso. Regra geral, qualquer responsável nomeado envolve-se de uma atmosfera de oficialidade, de servidão, de subordinação cega que infecta todos os subordinados e desacredita o Partido. A prática das nomeações opõe-se totalmente ao princípio do trabalho colectivo; alimenta a irresponsabilidade. É preciso portanto acabar com as nomeações feitas pelos dirigentes e voltar ao princípio da elegibilidade a todos os níveis do Partido. Só as conferências e os Congressos devem eleger candidatos podendo ocupar postos administrativos de responsabilidade.

Por fim, para eliminar a burocracia e sanear o Partido é preciso voltar à fase em que todas as questões importantes dizendo respeito à actividade do Partido e à política soviética são submetidas aos militantes de base e só são supervisadas pelos dirigentes mais tarde. Era o que se passava quando o Partido trabalhava na clandestinidade, e ainda mesmo na altura da assinatura do tratado de Brest-Litovsk.

Actualmente, as coisas passam-se de outro modo. Apesar das promessas feitas pela Conferência Pan-Russa do Partido em Setembro e amplamente apregoadas, uma questão da importância das concessões foi decidida sem consultar as massas. Foi ùnicamente graças à controvérsia levantada nos Centros do Partido, que a questão dos sindicatos se tornou debate aberto.

•

Larga circulação de informação, liberdade de opinião e de discussão, direito de crítica no interior do Partido e entre os membros dos sindicatos, tais são os passos decisivos que podem acabar com o sistema burocrático dominante. Liberdade de crítica, direito para as diferentes fracções de exprimirem livremente o seu ponto de vista nas reuniões do Partido, liberdade de discussão, todas estas reivindicações já

não são exclusivo da Oposição Operária. Sob a pressão crescente das massas, toda uma série de medidas reclamadas pelos militantes de base, muito antes do Congresso de Setembro, é agora reconhecida e promulgada oficialmente. Ao ler as propostas do Comité de Moscovo quanto à estrutura do Partido, pode-se ficar orgulhoso com a nossa influência sobre os centros do Partido.

Sem a Oposição Operária, o Comité de Moscovo nunca teria «virado à esquerda». É no entanto necessário não exagerar este «esquerdismo»; trata-se ùnicamente de uma declaração de princípios com vista ao Congresso. Como já aconteceu muitas vezes com as decisões dos nossos dirigentes durante estes últimos anos, pode acontecer que estas declarações radicais sejam esquecidas. Porque, em geral, os centros do Partido aceitam tais propostas quando a pressão das massas é forte; mas logo que tudo volta à normalidade, as decisões são esquecidas.

Não foi o que aconteceu com a decisão do 8.º Congresso de expulsar do Partido todos os elementos que adiram por motivos egoístas, de passar ao crivo os elementos não operários antes de os admitir? Que destino teve a decisão tomada pela Conferência do Partido em 1920, de substituir a prática das nomeações pela das recomendações? A desigualdade existe ainda no Partido, apesar das múltiplas resoluções tomadas sobre este assunto. No que toca à perseguição de que são vítimas os camaradas que ousam opôr-se aos decretos adoptados «no topo», tudo continua na mesma. Se as decisões não são aplicadas, então é necessário eliminar a causa da sua não aplicação, ou seja, expulsar do Partido os que têm medo da difusão da informação, da responsabilidade absoluta perante a base e da liberdade de crítica.

Os membros não operários do Partido e os que, entre os operários, caíram sob a sua influência, têm medo de tudo isto.

Não basta depurar o Partido registando todos os membros não proletários, aumentando o controlo no momento da admissão, etc., é preciso simplificar a admissão dos operários, fornecer-lhes ocasião para aderirem, criar uma atmosfera mais amigável no Partido, de modo a que os operários se sintam em sua casa, que não continuem a olhar para os funcionários responsáveis do Partido como para superiores, mas os considerem, sim, como camaradas mais experimentados, prontos a partilhar o seu saber, a sua experiência, a sua habilidade e que encaram sèriamente as necessidades e os interesses dos operários. Quantos camaradas, sobretudo jovens operários, se afastam do Partido simplesmente porque nos mostramos impacientes com eles, superiores e severos em vez de os ensinar, de os educar no esprito do Comunismo?

Além do espírito burocrático, uma atmosfera pomposa pesa sobre o nosso Partido. Se ainda existe camaradagem no Partido, ela só existe na base.

O Congresso do Partido deve admitir esta realidade desagradável e reflectir sobre a seguinte questão: por que é que a Oposição Operária insiste em introduzir a igualdade, em eliminar todos os privilégios no interior do Partido, em colocar os funcionários administrativos sob a estrita responsabilidade das massas que os elegeram?

*

Na luta para estabelecer a democracia no Partido e eliminar toda e qualquer burocracia, a Oposição Operária avança três princípios fundmentais:

a) Retorno ao princípio da eleição a todos os níveis e eliminação da burocracia, tornando todos os funcionários responsáveis perante as massas;

b) Larga difusão de informações no Partido, tanto relativas às questões gerais como às questões de indivíduos; uma maior atenção à voz dos militantes de base (larga discussão de todas as questões pela base e conclusão pelos dirigentes; admissão de qualquer membro às reuniões dos centros do Partido, salvo quando os problemas discutidos exigirem segredo); estabelecimento da liberdade de opinião e de expressão (não só pelo direito de criticar livremente durante as discussões, mas pela possibilidade de utilizar os fundos do Partido para publicar a literatura das diferentes fracções do Partido);

c) Fazer do Partido um partido mais operário; limitar o número dos que ocupam lugares de responsabilidade simultâneamente no Partido e nas instituições soviéticas.

Esta última exigência é particularmente importante; com efeito, o nosso Partido não só deve construir o comunismo como também educar e preparar as massas para um longo período de combate contra o capitalismo mundial, que pode revestir formas novas e inesperadas. Seria pueril acreditar que, depois de vencer a invasão dos guardas brancos e do imperialismo em todas as frentes militares, estamos agora ao abrigo de um novo ataque do imperialismo mundial; este tenta apoderar-se da Rússia soviética por meios subtis; tenta penetrar na nossa existência e utilizar a República Soviética para os seus próprios fins. Eis o grande perigo contra o qual devemos estar em guarda e o problema que o Partido enfrenta: como fazer frente a este inimigo bem preparado, como reunir as forças proletárias em torno dos problemas de classe (os outros grupos da população girarão sempre em volta do capitalismo). Preparar-se para esta nova página da nossa história revolucionária, eis o dever dos nossos dirigentes.

Só será possível encontrar a solução correcta para estes problemas, quando conseguirmos restabelecer, de cima a baixo, a

coesão do Partido; não só com as instituições soviéticas mas também com os sindicatos. No caso destes, o preenchimento de postos no Partido e nos sindicatos pelos mesmos indivíduos, não sòmente não constitui um desvio de uma clara linha de classe, como também imuniza o Partido contra a influência do mundo capitalista no período que começa agora, influência que se exerce por meio de contratos e acordos comerciais. Tornar o Comité Central num Comité Central operário, é torná-lo um Comité em que representantes das camadas inferiores, ligados às massas, não tenham o lugar de «generais em parada» ou de convidados a um «copo de água», mas estejam em contacto estreito com largas massas, os sem-partido dos sindicatos, conservando assim a possibilidade de formular palavras de ordem da época, de exprimir as necessidades e as aspirações dos operários, e de dirigir a política do Partido segundo uma linha de classe.

São estas as propostas da Oposição Operária. É essa a sua tarefa histórica. E ainda que os dirigentes do nosso Partido pretendam ridicularizar-nos, a Oposição Operária é hoje a única força vital que o Partido é obrigado a ter em conta, e à qual deverá prestar atenção.

Resta a pergunta: será a Oposição necessária? Será de aplaudir a sua formação, do ponto de vista da libertação mundial do jugo do capital? Ou será apenas um movimento indesejável, nocivo à energia combativa do Partido, servindo para desorganizar as suas fileiras?

Qualquer camarada sem preconceitos contra a Oposição e que queira abordar a questão com um espírito aberto e analisá-la sem se preocupar com o que lhe dizem as autoridadas oficiais, verá a partir desta exposição que a Oposição é útil e necessária. É necessária, em primeiro lugar, porque despertou o pensamento adormecido do Partido. Durante estes anos de revolução estivemos tão preocupados com as tarefas imediatas

que deixámos de julgar as nossas acções do ponto de vista dos princípios e da teoria. Esquecemo-nos que o proletariado pode cometer erros graves e cair nos pântanos do oportunismo, não só no período de combate para a conquista do poder, mas também na fase de ditadura. Tais erros são possíveis sobretudo quando, por todos os lados, somos rodeados pela tempestade imperialista e que a República Soviética é obrigada a agir num «meio» capitalista. Em tais momentos os nossos dirigentes não podem ser ùnicamente políticos sábios — «homens de Estado» — devem também dirigir o Partido, e toda a classe operária, a partir de uma linha baseada na unificação e criatividade de classe, e prepará-los para um combate longo contra as novas formas sob as quais as influências burguesas do capitalismo mundial tendem a invadir a República Soviética. «Estejamos prontos, sejamos claros, não nos afastando de uma linha de classe»: tal deve ser a palavra de ordem do nosso Partido, agora mais do que nunca.

A Oposição Operária pôs todas estas questões na ordem do dia, incumbindo-se assim de uma tarefa histórica. O pensamento começa de novo a mexer-se; os membros do Partido começam a analisar o que já foi feito. E onde há crítica e análise, onde o pensamento se move e trabalha, há vida, progresso e caminho para o futuro. Nada é mais terrível e nocivo do que pensamento esclerosado e rotineiro. Instalámo-nos na rotina; podíamos até nem nos termos apercebido disso, irmo-nos afastando da linha de classe que leva ao comunismo, se a Oposição Operária não interviesse no momento em que os nossos inimigos mais esperavam vencer. Agora é impossível. O Congresso, e portanto também o Partido, terão de ter em conta o ponto de vista expresso pela Oposição Operária, e, sob a sua influência e pressão, chegar a um acordo ou fazer concessões essenciais.

A segunda tarefa preenchida pela Oposição Operária foi o de ter posto a questão de quem ficará encarregado afinal de

criar as novas formas de economia. Serão os técnicos, os homens de negócios, ligados psicològicamente ao passado, e os funcionários soviéticos, com alguns comunistas dispersos entre eles, ou a colectividade operária representada pelos sindicatos?

A Oposição Operária não faz mais do que repetir o que Marx e Engels escreveram no *Manifesto Comunista:* «A criação do comunismo será a obra das próprias massas operárias. A criação do comunismo não pertence senão aos operários».

Por último, a Oposição Operária levantou-se contra a burocracia e ousou dizer que a burocracia é um freio à actividade autónoma e à criatividade da classe operária, que paralisa o pensamento, impede a iniciativa e a experimentação de novos métodos de produção — impede, numa palavra, o desenvolvimento de novas formas de produção e de vida.

Em vez de um sistema burocrático, propõe um sistema de actividade autónoma das massas. A este respeito, os dirigentes do Partido estão fazendo concessões e «reconhecendo» que estes desvios são nocivos ao comunismo e aos interesses da classe operária (rejeição do centralismo). O 10.° Congresso, pensamos, fará uma nova série de concessões à Oposição Operária. Assim, se bem que a Oposição Operária só tenha aparecido como simples grupo no seio do Partido há alguns meses apenas, já executou a sua missão e obrigou a direcção do Partido a ouvir a opinião sã dos operários. Agora, qualquer que seja a cólera contra a Oposição Operária, ela tem já o futuro histórico do seu lado (13).

Justamente porque acreditamos nas forças vitais do nosso Partido, sabemos que, depois de algumas hesitações, resistências e manobras políticas, o nosso Partido seguirá de novo pela estrada que as forças elementares do proletariado organizado abrirem. Não haverá cisão. Se alguns grupos deixam o

Partido, tal não acontecerá com aqueles que formam a Oposição Operária. Só partirão os que quiserem erigir como princípio os desvios temporários do programa comunista que a guerra civil impôs ao Partido, e que os considerem como a essência da nossa linha política.

Toda a camada do Partido que está habituada a exprimir o ponto de vista de classe do proletariado crescente, absorverá tudo o que a Oposição Operária disse de justo, prático e são. Sossegado e com esperança, o operário da base não dirá em vão: Ilyitch (Lenine) reflectirá, ouvir-nos-á e decidirá orientar o Partido na linha da Oposição. De novo, Ilyitch estará connosco».

Quanto mais cedo os dirigentes do Partido tomarem em consideração o trabalho da Oposição e seguirem o caminho traçado pelos militantes de base, mais depressa atravessaremos a crise do Partido num momento tão difícil, e mais cedo caminharemos para o tempo em que a humanidade, tendo-se libertado das leis económicas objectivas, servindo-se dos tesouros do saber da colectividade operária, começará a criar conscientemente a história humana da época comunista.

NOTAS HISTÓRICAS

NOTA 1

O 9.º Congresso do Partido Comunista Russo realizou-se entre 29 de Março e 4 de Abril de 1920. Os assuntos mais controversos relacionavam-se com a «militarização do proletariado» e com o «comando por um só homem» na indústria.

Em 16 de Dezembro de 1919 Trotsky tinha submetido ao Comité Central do Partido as suas famosas «Teses sobre a transição entre a guerra e a paz». A sua proposta mais importante foi a do pedido de «militarização do proletariado».

Trotsky não pensava que as suas propostas seriam divulgadas fora do Comité Central (1). Parecia evidente para os dirigentes do Partido que as decisões mais importantes relativas às condições materiais de vida e de trabalho de centenas de milhar de operários russos só podiam ser tomadas a portas fechadas pelo Comité Central.

Mas, «por engano», Bukharine publicou esse texto na *Pravda* de 17 de Dezembro de 1919. «Esta indiscrição ia dar lugar a uma controvérsia pública extremamente tensa» (2) e que durou mais de um ano. Assim, a classe operária teve, *por acaso*, a possibilidade de discutir os seus próprios problemas mais importantes. Trotsky defendeu pùblicamente as suas posições no 9.º Congresso: «As massas trabalhadoras, dizia, não podem vaguear através da Rússia. Devem ser enviadas para aqui e ali, nomeadas, comandadas exactamente como soldados». «O trabalho obrigatório deve atingir a sua maior intensidade

(1) I. Deutscher, *O Profeta Armado*, p. 487, ed. inglesa.
(2) Ibid. p. 487.

durante a transição do capitalismo para o socialismo». «É preciso formar contingentes punitivos e pôr em campos de concentração os que desertam do trabalho» (¹).Trotsky era também adepto de «salários estimulantes para os operários mais produtivos», da «emulação socialista», e falava da «necessidade de adoptar a essência progressista do Taylorismo», que era, nessa época, a forma mais aperfeiçoada de exploração inventada pelo capitalismo. Relembremos que o estalinismo pôs, mais tarde, em prática todas as propostas de Trotsky.

No 9.º Congresso, Lutovinov e outros dirigentes sindicais, que desempenhariam mais tarde um papel importante na Oposiçãc Operária, opuseram-se a Trotsky. Chliapnikov, presidente do sindicato dos metalúrgicos, membro do Comité Central dos Sindicatos, e que seria mais tarde uma das figuras principais da Oposição Operária, não assistiu ao Congresso. Já no começo de 1919 se tinha pronunciado francamente contra a política industrial do Partido e tinha sido enviado para a Noruega com uma missão de longo termo. Os «centralistas democráticos» (Osinsky, Sapronov e Preobrajensky), de que falaremos mais longe, também se opunham a Trotsky.

O 9.º Congresso votou uma resolução apelando à luta contra «a vulgar presunção... dos elementos demagógicos... que acreditam a classe operária pode resolver os seus problemas sem recorrer a especialistas burgueses para os lugares de maior responsabilidade». Votou também, em grande parte por iniciativa de Lenine, uma resolução chamando os sindicatos a «assumir a tarefa de explicação a toda a classe operária da necessidade da reconstrução de um aparelho administrativo industrial...». «O que só pode ser realizado — dizia a resolução — por uma transição em vista de reduzir o mais possível a administração

(¹) Trotsky, *Sochinenya*, vol. XV, p. 126. Cf., igualmente, o seu Relatório ao 3.º Congresso Pan-Russo dos Sindicatos (6-15 de Abril de 1919) incluído em *Terrorismo e Comunismo*, ed. francesa, 10:18 (1963).

colectiva e pela introdução gradual da gestão individual nas unidades que tratam directamente da produção» (¹) O «comando por um só homem» devia aplicar-se a todas as instituições, desde os trusts do Estado até às fábricas individuais. Esta política foi seguida rigorosamente. Mais tarde, no mesmo ano de 1920, Kritzmann (²) conta que em 2 000 empresas importantes sobre as quais havia informações, 1 720 estavam já sob o «comando de um só homem».

O 9.º Congresso deu finalmente ao Orgburo — que tinha sido criado um ano antes e que era formado por 5 membros do Comité Central — o direito de nomear e de transferir membros do Partido ocupando lugares de responsabilidade, sem passar pelo Politburo. As únicas excepções relacionam-se com as nomeações para o próprio aparelho central. Tal como viria a acontecer frequentemente nos anos seguintes, já nesta altura as mudanças na política industrial foram acompanhadas de mudanças profundas na estrutura interna do Partido.

NOTA 2

A controvérsia sobre a «gestão individual» das empresas industriais começa na Primavera de 1918. A política prosseguida consciente e deliberadamente, desde o princípio de 1918, pelos dirigentes do Partido Bolchevique (gestão individual da indústria) estava em contradição tão flagrante com as promessas dos bolcheviques sobre o controlo operário, que levou ràpidamente os sectores mais avançados do proletariado russo à desmoralização, ao cinismo e ao cansaço. Entre ambiente, por sua vez, contribuiu fortemente para a degenerescência burocrática. O artigo de Lenine sobre «As tarefas imediatas do governo soviético» exprime, pela primeira vez após a tomada

(¹) Resolução do 9.º Congresso, «Sobre a questão dos sindicatos e sua organização», *Résolutions, I*, p. 439.
(²) Kritzmann, L., *O período heróico da Revolução Russa*, Moscovo, 1926.

do poder e sem ambiguidade alguma, a opinião da maioria dos dirigentes russos àcerca das questões essenciais.

«*Nós*, o Partido Bolchevique, escrevia Lenine, convencemos a Rússia. *Nós* tomámos a Rússia aos ricos para a darmos aos pobres. Agora, *nós* devemos administrar a Rússia». Lenine não deixava dúvidas sobre a forma que essa administração devia tomar. Embora louvando por palavras a iniciativa e o controlo pela base, insistia na realidade — e na sua prática constante — na disciplina, na obediência e na necessidade de uma gestão individual em vez de colectiva.

«Uma condição para a renovação económica, escrevia Lenine, é o reforço da disciplina dos trabalhadores, das suas capacidades técnicas, o aumento da intensidade do trabalho, a melhoria da sua organização... A vanguarda consciente do proletariado russo já se impôs a tarefa de reforçar a disciplina no trabalho. Por exemplo, o Comité Central do Sindicato dos Metalúrgicos e o Conselho Central dos Sindicatos já começaram a redigir as medidas e os decretos necessários. Este trabalho deve ser apoiado e posto em marcha ràpidamente».

As «medidas e os decretos» que deviam impor «a disciplina operária» tomam um rumo trágico à luz dos acontecimentos que se seguiram. Começa-se por deplorar «a ausência de qualquer disciplina industrial». Prescrevem-se em seguida medidas para melhorar a disciplina operária, tais como a introdução do sistema de fichas para o registo da produtividade de cada trabalhador, a introdução de regulamentos para cada fábrica, o estabelecimento de gabinetes de nível de produção para fixar a produção de cada operário e o pagamento de gratificações por uma produtividade maior (1).

(1) São as medidas indicadas nas «Regras sobre a disciplina do trabalho» editadas pelo Comité Central Pan-Russo dos Sindicatos na mesma época. V. Lenine, *Selected Works*, vol. VII, p. 504.

Mas Lenine foi muito mais longe. Já em 1918 se pronuncia explìcitamente a favor da gestão individual das empresas industriais. «A luta que se desenvolve em torno dos recentes decretos sobre a gestão dos caminhos de ferro — *decretos que dão aos dirigentes individuais poderes ditatoriais* (ou «poderes ilimitados») — é característica», escrevia ele. Só «os representantes conscientes do deixa-andar pequeno-burguês podem ver nesses poderes ilimitados dados a certos indivíduos, um abandono do princípio colegial, um abandono da democracia e dos outros princípios do governo soviético». «Uma indústria altamente mecanizada — prossegue — que é a base produtiva material e o fundamento do socialismo, necessita de uma unidade absoluta e rigorosa da vontade... Como se pode assegurar uma tal unidade rigorosa da vontade? Pela subordinação da vontade de milhares de pessoas à vontade de um só homem» (1).

E a discussão, a iniciativa, ao nível da oficina? Lenine rejeita ràpidamente essa ideia. «A revolução — escreve — exige, no interesse do socialismo, que as massas obedeçam *incondicionalmente* à vontade única dos dirigentes da organização do trabalho». Acabaram-se as brincadeiras tais como a gestão operária da produção, as decisões colectivas, o governo a partir da base. Também não havia dúvida alguma sobre quem seriam esses «dirigentes da organização do trabalho». Deveria haver, segundo Lenine, «uma obediência incondicional às ordens dos representantes individuais do governo soviético durante as horas de trabalho». «Uma disciplina de ferro no trabalho, com uma obediência incondicional à vontade de um só homem, o dirigente soviético».

Estas opiniões sobre a disciplina do trabalho, que Lenine afirmou repetidamente, não deixaram de encontrar oposição. A oposição desenvolveu-se no próprio seio do Partido. No começo

(1) *Selected Works*, vol. VIII, p. 342.

de 1918 o Comité do Distrito de Leninegrado publicava o pri- 96
meiro número do jornal comunista «de esquerda» *Kommunist*. Era editado por Bukharine, Radek e Osínsky (Obolensky e Smirnov viriam também, mais tarde, a fazer parte da redacção). Este jornal publicou um aviso profético: «A introdução da disciplina do trabalho ligada com a restauração da gestão capitalista na indústria não pode aumentar verdadeiramente a produtividade dos trabalhadores, mas diminuirá a iniciativa de classe, a actividade e a capacidade de organização do proletariado. Ameaça subjugar a classe operária. Tal medida levantará o descontentamento tanto por parte dos elementos atrasados como por parte da vanguarda do proletariado. Para introduzir tal sistema, frente ao ódio dos «sabotadores capitalistas» que reina actualmente no proletariado, o Partido Comunista seria obrigado a apoiar-se nos pequeno-burgueses contra os operários e desse modo destruir-se-ia ele próprio como Partido do proletariado» (¹).

Lenine reage violentamente. Qualifica estas opiniões de «vergonhosas», «equivalendo na prática a uma renúncia total ao comunismo», «uma deserção completa para o campo dos pequeno-burgueses» (²). A esquerda «caía na provocação dos mencheviques e outros judas do capitalismo». Misturou os dirigentes da «esquerda» e os inimigos confessos da Revolução, introduzindo assim a técnica da amálgama política que seria utilizada mais tarde com tanto sucesso por Estaline. Em Leninegrado, a campanha tomou tais proporções que *Kommunist* se viu obrigado a transferir a publicação para Moscovo, onde o jornal reapareceu em Abril de 1918, primeiro sob os auspícios da organização regional do Partido e mais tarde como porta-voz «não-oficial» de um grupo de camaradas.

(¹) *Kommunist*, n.º 1, p. 8.
(²) Lenine, «*Infantilismo de esquerda e mentalidade pequeno-burguesa*», *Selected Works*, vol. VII, p. 374.

97 Durante todo o ano de 1918, várias vezes o *Kommunist* denuncia a substituição do controlo operário pela «disciplina do trabalho», a tendência cada vez maior para dar a gestão da indústria a «especialistas» não comunistas e a assinatura de inúmeros acordos oficiosos com antigos proprietários «para assegurar a sua cooperação». Indica que «o resultado lógico de uma gestão de centralização burocrática seria equivalente à instituição de uma política do trabalho tendo por objectivo enquadrar de novo os operários, sob a capa da disciplina voluntária. A forma do poder evoluiria então para a centralização burocrática, o reino de toda a espécie de comissários, a perda da independência dos sovietes regionais e, pràticamente, seria abandono do governo pela base». «Era bom dizer, como Lenine em *O Estado e a Revolução*, que cada cozinheiro devia aprender a gerir o estado. Mas que aconteceria se se nomeasse um comissário para mandar em cada cozinheiro?» — faz notar Bukharine.

O conflito entre os leninistas e os comunistas «de esquerda» rebenta em Maio-Junho de 1918 no 1.º Congresso dos Conselhos Económicos. Lenine pronuncia-se abertamente a favor de uma «disciplina no trabalho», da «gestão por um só homem» e da necessidade de empregar especialistas burgueses. Osinsky, Smirnov e Obolensky, apoiados por numerosos delegados de província, exigiam «uma administração operária feita não só por cima mas também pela base» (¹). Insistiam para que dois terços dos representantes dos conselhos de administração das empresas industriais fossem eleitos entre os operários (²). Conseguiram que tal resolução fosse aceite por uma sub-comissão do Congresso. Estas «decisão estúpida» enfureceu Lenine. Sob a sua direcção, uma sessão plenária do Congresso «corrigiu»

(¹) *Leninsky Sbornik* (Colecção Lenine). Notas, manuscritos e fragmentos de Lenine. Moscovo de 1924-1940. Nesta série, ver em particular, «O primeiro Congresso dos Conselhos Económicos», p. 5.
(²) Id., p. 65.

a resolução, decidindo que, no máximo, um terço do pessoal dirigente seria designado por eleição, estabelecendo também uma estrutura hierárquica complicada, no topo da qual o Conselho Superior da Economia Nacional detinha direito de veto.

Houve então uma cisão entre os comunistas «de esquerda»: Radek encontrava-se pronto a entender-se com os leninistas. Estava pronto a aceitar o princípio da «gestão por um só homem», em troca dos decretos de nacionalização de 1918, que inauguravam o período do Comunismo de Guerra e que, na sua opinião, garantiam a base proletária do regime. Bukharine também abandonou Osinsky. As ideias dos comunistas «de esquerda» não deixaram no entanto de encontrar eco, apesar da deserção da maior parte dos que as tinham proclamado em primeiro lugar. Osinsky e os seus partidários formaram um novo grupo de oposição, os «democratas centralistas». As suas ideias sobre a gestão operária da produção (e as do grupo inicial de comunistas «de esquerda») viriam a ter um papel importante no desevolvimento, dois anos mais tarde, da Oposição Operária.

Em 1919 e durante os primeiros meses de 1920, a oposição aos conceitos de Lenine sobre a «gestão individual» na indústria começou a estender-se aos sindicatos. A 12 de Janeiro de 1920, Lenine e Trotsky, juntos, pediram com insistência aos membros do Partido que haviam assistido ao Conselho Central dos Sindicatos que aceitassem a militarização do trabalho. Sòmente dois dos sessenta delegados bolcheviques os apoiaram. «Nunca anteriormente, escreve Isaac Deutscher, Trotsky e Lenine tinham deparado com tamanha recusa» (1).

A oposição continuava igualmente forte. No fim de Janeiro de 1920, o 3.º Congresso Pan-Russo dos Conselhos Económicos votou uma resolução a favor da gestão colectiva. Conferências

(1) Deutscher, I., *O Profeta Armado*, p. 493.

regionais do Partido em Moscovo e Kharkov pronunciaram-se contra a «gestão de um só homem». Tomsky, dirigente sindical conhecido e membro do Comité Central do Partido, apresentou teses criticando a posição de Lenine. Os «democratas centralistas» também o fizeram. Mas a influência de Lenine — e a burocratização do Partido — eram tão grandes que o 9.º Congresso (Março de 1920) deu uma larga maioria aos leninistas. Decidiu que «nenhum grupo sindical deve interferir directamente na gestão industrial» e que «os comités de fábrica devem dedicar-se aos problemas de disciplina no trabalho, de propaganda e educação dos operários». Os sindicatos deviam comportar-se como «uma parte do aparelho de Estado soviético» (1). Tudo isto estava já flagrantemente em contradição com o programa do Partido de 1919. (Ver nota 4).

No 3.º Congresso Pan-Russo dos Sindicatos, pouco depois do 9.º Congresso do Partido, Lenine mostrou claramente que, nesse domínio, a sua política tinha sido constante e coerente. «Tomemos o ano de 1918 por exemplo, diz ele; nesse momento não se discutia sobre tal assunto (2) e eu fazia notar a necessidade de reconhecer a autoridade ditatorial de pessoas individuais para pôr em prática a ideologia soviética» (3).

Em 1921, Lenine escrevia: «É essencial que toda a autoridade nas fábricas esteja concentrada nas mãos da direcção... Nestas condições, toda a intervenção directa dos sindicatos na gestão das empresas deve ser considerada como absolutamente nociva e inaceitável» (4).

(1) Ver *V. K. P. (b)*, (1898-1938) — Moscovo, 1932, pp. 398-402.
(2) O que não é exacto: basta considerar os números de *Kommunist*.
(3) *Trade Unions in Soviet Russia*. Labour Research Department and ILP Information Commitee. Novembro 1920. British Museum, Press Mark 0824-bb-41.
(4) *O papel dos sindicatos durante a NEP*. Resolução adoptada pelo 11.º Congresso do Partido. Cf. *Resoluções* I, pp. 607, 610-612.

Não havia portanto nada de original, mais uma vez, na afirmação que Estaline, em 1929, fazia: «os comunistas devem contribuir para estabelecer a ordem e a disciplina na fábrica... os representantes dos sindicatos receberam ordem para não intervir nos problemas de direcção» (¹).

NOTA 3

A conferência do Partido de 22-25 de Setembro de 1920 realizou-se durante um período crítico, mais ou menos a meio caminho entre o 9.° e o 10.° Congresso do Partido.

As divergências que se tinham exprimido no 9.° Congresso do Partido tinham sido temporàriamente encobertas, em grande parte graças à intervenção pessoal de Lenine. No entanto essa unidade enganadora não durou todo o Verão de 1920; as diferenças de opinião sobre assuntos tais como a burocracia no Partido e as relações dos sindicatos com o Estado agravaram-se. (Encontraremos nas notas 4 e 13 indicações sobre a atitude dos diferentes dirigentes bolcheviques tanto relativamente aos sindicatos como sobre a criação do Tsektran, o Comité Central dos Transportes).

Na conferência de Setembro de 1920, Zinoviev aparece como representante oficial do Partido. Os «democratas centralistas» tinham uma representação importante na conferência e Sapronov apresentou um relatório pela minoria. Loubianov falou em nome da Oposição Operária. Pediu a adopção imediata de amplas medidas de democracia proletária, o repúdio total do sistema de nomeações para lugares definidos feitas pelos órgãos cimeiros, a expulsão dos burocratas de carreira do Partido. Pediu igualmente que o Comité Central acabasse com

(¹) *Freiheit*, jornal em alemão publicado pelo P. C. americano — 9 de Setembro de *1929.*

as constantes e excessivas intervenções na vida dos sindicatos e dos sovietes.

Os dirigentes tiveram que retroceder. Zinoviev evitou responder às queixas apresentadas. Preobrajensky e Krestinsky eram favoráveis a um compromisso. Foi adoptada uma resolução que sublinhava a necessidade da «igualdade completa no partido» e denunciava «o domínio dos burocratas privilegiados sobre os militantes de base»; o direito à livre discussão seria aumentado consideràvelmente.

A resolução deu instruções ao Comité Central para agir «por recomendações» e não por nomeações pelo topo. Reconhecia no entanto que em «circunstâncias excepcionais» poder-se-ia nomear alguém para um lugar normalmente de eleição. As mutações de responsáveis do Partido nunca deviam ser utilizadas como sanções para divergências políticas impostas a camaradas em função (¹).

Apesar destas concessões verbais, os dirigentes, através do seu porta-voz Zinoviev, conseguiram que fosse aceite pela conferência de Setembro a criação de comissões de controlo, centrais e regionais. Estas viriam a ter um papel importante na posterior burocratização do Partido. Deviam ser compostas pelos «camaradas mais imparciais». A sua função era estabelecer relatórios sobre as queixas e os desacordos entre membros do Partido. Djerzinsky, Preobrajensky e Mouranov foram os três membros da primeira Comissão Central.

NOTA 4

Mais adiante, Kollontai analisa a posição das diferentes tendências no interior do Partido relativamente aos sindicatos. É inte-

(¹) *V. K. P. (b)*, id. pp. 411-416, e *Izvestia* Ts.K, n.° 24, 12 Out. 1920.

ressante lembrar como estas posições evoluíram e trazer algumas provas escritas em apoio do que diz Kollontai. No período que vai de Março a Novembro de 1917 assistiu-se a um crescimento extraordinário dos comités de fábrica e de oficina *(fabrichno-zavodnye komitety)*. Em Abril de 1917, uma conferência dos comités de fábrica em Petrogrado declarava: «todas as decisões, tanto sobre a gestão da fábrica, como a duração do dia de trabalho, os salários, a admissão e o despedimento de operários e empregados, as férias, etc..., devem partir do comité de fábrica» (1). Uma outra conferência de comités de fábrica teve lugar em Petrogrado em Junho de 1917, dominada, desta vez, por bolcheviques. Esta pediu a «organização de um controlo completo dos trabalhadores sobre a produção e a distribuição» e «uma maioria de proletários em todas as instituições detendo poderes executivos».

Era o período em que Lenine escrevia *O Estado e a Revolução* no qual diz que a Revolução deve ser seguida por «mudanças imediatas tais como *toda a gente* realizar funções de direcção e de controlo, *todos* se tornarem (burocratas) por algum tempo e portanto *ninguém* poder ser (burocrata)».

Logo depois da Revolução de Outubro, estes comités assumiram funções de gestão em muitas regiões do país, muitas vezes com a ajuda dos sovietes locais. Infelizmente dispõe-se de poucas informações precisas sobre esta fase da Revolução russa. As poucas informações que existem provêm de fontes ora burguesas ora burocráticas, fundamentalmente hostis à ideia de gestão operária e ùnicamente preocupadas em provar a sua «ineficácia», a sua «impossibilidade», etc.

Nessa altura, o movimento ascendente da classe operária era tão poderoso que a nova situação teve de ser inscrita na lei.

(1) Citado por Meller e Pankratova, *O Movimento Operário em 1917*, Moscovo e Leninegrado, 1926 p. 74-75.

A 14 de Novembro de 1917, o Conselho dos Comissários do Povo «reconhece a autoridade do controlo operário sobre toda a economia» (1). Não há dúvida sobre o que os operários queriam. O número de Janeiro de 1918 de *Vestnik Metallista* (A voz dos operários metalúrgicos) continha um artigo de um certo N. Filippov, operário metalúrgico. «A classe operária — dizia — por sua natureza deve ocupar o lugar central na produção e especialmente na sua organização... No futuro, toda a produção deve reflectir o espírito e a vontade proletários». O primeiro Congresso dos Sindicatos (Janeiro de 1918) decidiu que «os órgãos sindicais, como organizadores de classe do proletariado constituidos com uma base industrial, devem assumir a tarefa central de organização da produção» (2).

No decorrer do ano de 1918 os sindicatos desempenharam um papel muito importante na gestão da economia (3). Esse papel iria provocar dissenções importantes nas fileiras do Partido Bolchevique. Discussões que eram mascaradas por outras, em particular a assinatura do tratado de Brest-Litovsk, e que, depois da assinatura deste, viriam a exprimir-se especìficamente.

Osinsky e os outros comunistas «de esquerda» eram pela extensão da gestão operária a outros sectores da economia, pelo reconhecimento do poder dos comités de fábrica e pela formação de uma autoridade económica nacional composta por delegados dos Conselhos Operários (4). Lenine e outros bolcheviques tinham uma ideia completamente diferente do controlo operário. Para eles era um meio para evitar a sabotagem capitalista — um processo de urgência a utilizar até

(1) Lenine, *Sochinenva*, vol. XII, pp. 25-26.
(2) Citado por Chliapnikov, *Die Russischen Gewerkschaften* (Os Sindicatos Russos) Leipzig, 1920.
(3) Kritzman, L., *O Período Heróico da Revolução Russa*, Moscovo, 1926.
(4) Ver a contribuição de Osinsky nas *Actas do 1.º Congresso Pan-Russo dos Conselhos Económicos*, Moscovo, 1918, pp. 61-64.

as instituições centrais do Estado Soviético poderem retomar, elas próprias, a gestão da indústria e centralizar a sua administração.

O isolamento e a derrota ideológica dos comunistas «de esquerda» na questão de Brest-Litovsk tiveram consequências consideráveis noutros domínios. Reforçaram a posição das fracções do Partido que apoiavam Lenine na sua campanha pela «gestão individual» na indústria. Em Março de 1918, é promulgado um decreto pondo termo ao controlo operário nos caminhos de ferro e dando poderes «ditatoriais» ao Comissário dos Meios de Comunicação. O parágrafo importante do decreto é o parágrafo 6, que proclama a necessidade de nomear «quadros técnicos administrativos» em cada centro ferroviário local ou regional. Esses quadros seriam «responsáveis perante o Comissariado do Povo para os Meios de Comunicação». Viriam a ser a «incarnação de todo o poder ditatorial do proletariado num centro ferroviário dado». «A nomeação de tais pessoas — conclui o decreto — deverá ser aprovada pelo Comissariado do Povo para os Meios de Comunicação».

No *Kommunist*, um mês mais tarde, Osinsky lança um aviso profético: «Somos pela construção de uma sociedade proletária, pela criatividade de classe dos próprios trabalhadores e não pelos *ukases* dos capitães da indústria... Temos como ponto de partida a nossa confiança no instinto de classe e na iniciativa e actividade de classe do proletariado. Não pode ser de outro modo. Se o próprio proletariado não sabe criar as condições necessárias para uma organização socialista do trabalho, ninguém o pode fazer em seu lugar. Ninguém o pode obrigar a fazê-lo. Se o chicote se levantar contra esses operários, ele estará ou nas mãos de outra força social... ou nas mãos do poder soviético. Mas então o poder soviético será forçado a procurar o apoio de outra classe (por exemplo os camponeses) contra o proletariado e assim se destruirá a si próprio como ditadura do proletariado. O socialismo e a organização socialista devem ser postos em marcha pelo próprio proletariado, ou não se realizarão; em seu lugar aparecerá outra coisa: o capitalismo de Estado» (1).

Preobrajensky, num outro número do *Kommunist* saído algumas semanas mais tarde (n.º 4, Maio de 1918), renovava o aviso: «O Partido terá em breve de decidir em que grau a ditadura de certos indivíduos será estendida dos caminhos de ferro e outros sectores da economia, ao próprio Partido».

Os comunistas «de esquerda» perderam a sua influência nos meses seguintes, em parte por causa da sua posição confusa sobre a questão de Brest-Litovsk (explorada sem piedade pelos dirigentes do Partido), em parte por causa do seu compromisso sobre as questões essenciais; e em parte também por causa das dificuldades materiais imensas para a publicação *Kommunist*.

Tanto a organização do Partido do Ural, com Preobrajensky à cabeça, como a organização regional de Moscovo, que tinham sido as suas praças fortes, caíram sob o controlo dos leninistas.

Em 1919, uma deslocação indiscutível do poder tinha já tido lugar. No entanto, a organização e a consciência da classe operária continuavam suficientemente fortes para impor aos dirigentes do Partido e dos sindicatos algumas concessões verbais. No 2.º Congresso dos Sindicatos (Janeiro de 1919) falou-se em dar às prerrogativas administrativas dos sindicatos um estatuto governamental ou oficial. Falou-se de «governamentalizar» os sindicatos, «à medida que as suas funções se amplificassem e se integrassem no aparelho governamental de administração e controlo da indústria (2). O Comissário do Trabalho, V. V. Schmidt, declararia no Congresso que «os pró-

(1) *Kommunist*, n.º 2, Abril de 1918, p. 5.
(2) V. *2.º Congresso Pan-russo dos Sindicatos: relatório estenografado*, Moscovo, 1919, I, p. 97.

prios órgãos do Comissariado do Trabalho deveriam ser formados a partir do aparelho sindical» ([1]).

Algumas semanas mais tarde (Março de 1919), o 8.° Congresso do Partido ratificaria estas concepções. Declara que «o aparelho de organização da indústria socializada deve estar baseado essencialmente nos sindicatos... Os sindicatos devem proceder à concentração efectiva *nas suas próprias mãos* (sublinhado de Solidarity) de toda a administração do conjunto da economia, considerada como economia única» ([2]).

Mas tratava-se de um certo apaziguamento verbal dado à base do Partido e dos sindicatos. Os anos de 1918 e 1919 conheceram uma centralização imensa da administração económica. Esta era devida em grande parte à experiência da guerra, e não era inevitável que por si só trouxesse efeitos nocivos. A questão essencial era a seguinte: «quem iria gerir o aparelho centralizado»?

Durante algum tempo, a gestão colectiva prevaleceu nos conselhos (collegia) da administração centralizada. Havia uma participação maciça dos sindicatos. A verdadeira degenerescência começou quando estas duas características fundamentais do estado proletário enfraqueceram. Porque, como notou Kritzman ([3]), a gestão colectiva é «a característica específica distinta do proletariado, aquela que o distingue de todas as outras classes sociais. É o princípio de organização mais democrátio».

Depois da publicação das teses de Trotsky sobre a militarização do trabalho (*Pravda*, 17 de Dezembro de 1919) toda a controvérsia se agudizou. Era então evidente que os brancos iam ser batidos e as massas desejavam mais que nunca colher os frutos da sua Revolução.

([1]) Ibid. p. 99.
«Programa do Partido Comunista Russo». *Resoluções*, I. p. 422
Kritzman, L., *O Período Heróico da Revolução Russa*, p. 83.

Foi durante este período que Lenine escreveu: «O princípio colegial (organização colectiva)... é algo rudimentar, necessário durante a primeira etapa quando se tem de construir algo completamente novo. A passagem para o trabalho prático está ligada à autoridade individual. É esse o sistema que assegura, melhor que qualquer outro, a utilização óptima dos recursos humanos...» ([1]). Nas suas teses, apresentadas no 9.° Congresso do Partido (Março de 1920), escrevia: «O princípio da eleição deve ser doravante substituído pelo da selecção» ([2]). Rejeitava a gestão colectiva por a considerar «utópica», «impraticável» e «nociva» (Lenine, 9.° Congresso, pp. 26-28). No começo de 1920, havia, é verdade, diferentes graduações entre as opiniões dos dirigentes bolcheviques (Lenine, Trotsky e Bukharine) sobre a questão sindical. Mas veremos que aquilo que os unia era muito mais importante do que aquilo que os separava. Na sua atitude em relação à Oposição Operária, que entretanto se desenvolvia, e às opiniões que começavam a exprimir-se, formavam uma frente unida.

O ponto de vista de Trotsky é bem conhecido. «O jovem estado operário — escrevia após o 9.° Congresso — necessita de sindicatos, não para que lutem por melhores condições de trabalho... mas para que organizem a classe operária segundo os objectivos da produção, para que eduquem e disciplinem os operários... para que exerçam a sua autoridade em cooperação estreita com o Estado, para que dirijam os operários no quadro de um plano económico único...» ([3]). «Os sindicatos devem submeter os operários a uma disciplina e ensinar-lhes a considerar o interesse da produção antes das suas próprias necessidades e exigências». Sobre a militarização do trabalho

([1]) Lenine, Discurso ao 2.° Congresso dos Conselhos Económicos — Janeiro de 1920.
([2]) Lenine, *Os sindicatos e as suas tarefas* — tese apresentada em nome do Comité Central, 9.° Congresso do Partido — Apêndice XII, p. 532.
([3]) Trotsky, *Ditadura contra Democracia*.

dizia: «Este termo leva-nos logo ao domínio onde as superstições da oposição são maiores e os seus gritos mais fortes» (¹). Denuncia os seus opositores como mencheviques e «gente cheia de preconceitos sindicalistas».

«A militarização do trabalho — declara no 3.° Congresso dos sindicatos — é o método fundamental, indispensável, da organização da nossa força de trabalho». «Será verdadeira — pergunta ele — a afirmação de que o trabalho obrigatório foi sempre improdutivo?» E denuncia esta opinião como «um miserável preconceito liberal», demonstrando sàbiamente que «os escravos acorrentados também foram produtivos» e que o trabalho obrigatório dos servos também foi, no seu tempo, «um fenómeno progressivo» (²). Declara aos sindicatos que «a coerção, o enquadramento e a militarização do trabalho não são apenas simples medidas de urgência» e que «o Estado Operário possui *normalmente* o direito de forçar *qualquer* cidadão a fazer *qualquer* trabalho em *qualquer* sítio que o Estado escolha» (³). Um pouco mais tarde proclama que «a militarização dos sindicatos e a militarização dos transportes exigiam uma militarização *interna*, ideológica...» (⁴).

Segundo Lenine, os sindicatos deviam servir como ligação ou como «correia de transmissão, entre o Partido e a massa dos trabalhadores sem partido». Não seriam órgãos do Estado, mas isso não queria dizer que fossem realmente autónomos. A influência do Partido nos sindicatos devia aumentar. Os sindicatos seriam fortemente influenciados pela ideologia do Partido e tomariam conta da educação política das massas segundo

(¹) Id.
(²) *3.° Congresso Pan-russo dos Sindicatos:* 5-17 de Abril de 1920, *Actas estenografadas das sessões plenárias*, Moscovo, 1921.
(³) I. Deutscher, *O Profeta Armado*, pp. 500-501.
(⁴) Trotsky, discurso ao Plenário alargado do Tsektran, 2 de Dezembro de 1920, *Obras* — ed. russa — vol. XV. pp. 422-423.

as linhas traçadas pelo Partido. Assim, «ajudariam a aumentar a produtividade do trabalho» e teriam um papel útil na construção do socialismo. Este ponto de vista de Lenine não vinha de modo algum contradizer as suas opiniões sobre a «gestão individual» na indústria. Em momento algum Lenine pensou que os sindicatos deviam desempenhar um papel *independente* na concepção, ou mesmo na aplicação, da política económica. O ponto de vista de Bukharine sobre os sindicatos foi exprimido claramente no 9.° Congresso do Partido. Recomendava a «estatização» dos sindicatos, a sua incorporação no aparelho oficial de administração da indústria. «Os sindicatos — declarava — devem participar (na produção)... não como órgãos independentes sobre os quais se baseia uma ou outra função, mas como órgãos esteitamente ligados ao quadro das instituições soviéticas». Alguns meses mais tarde, Bukharine pediria «uma democracia operária na produção», esforçando-se por estabelecer uma ponte entre o ponto de vista oficial do Partido e a Oposição Operária. Isso valeu-lhe as maiores críticas da parte de Lenine (¹).

NOTA 5

Trata-se do citado 8.° Congresso Pan-russo dos Sovietes, que se realizou de 22 a 29 de Dezembro de 1920, em Moscovo. Forneceu a ocasião para o debate público das opiniões divergentes que se tinham desenvolvido no interior do Partido e que já não podiam a ele ficar confinadas. O grau de intensidade a que tinha chegado então a oposição à política oficial do Partido pode ser medido pelo conteúdo do discurso de Zinoviev no Congresso. Zinoviev prometia: «Vamos estabelecer um contacto mais estreito com as massas operárias. Faremos comícios nos quartéis, nas fábricas, nos campos. Os operários com-

(¹) Lenine, «De novo a questão dos sindicatos, a situação actual e os erros dos camaradas Trotsky e Bukharine», *Selected Works*, IX, pp. 40-80.

preenderão assim... que não brincamos quando dizemos que uma nova era vai agora começar, que logo que pudermos retomar fôlego transferiremos as nossas reuniões políticas para as fábricas... Perguntam-nos o que entendemos nós por democracia operária e camponesa? E eu respondo: nada mais nada menos que o que entendíamos em 1917. Devemos restabelecer o princípio da eleição na democracia operária e camponesa... Se privámos os operários e os camponeses dos direitos democráticos mais elementares, já é tempo de pôr termo a esse estado de coisas» ([1]).

As preocupações democráticas de Zinoviev não tinham conteúdo. Os seus motivos eram tácticos e fraccionistas, e tudo isto fazia parte de uma campanha para desacreditar Trotsky. Zinoviev tinha-se comprometido, nesse período, em toda uma série de intrigas secretas que pouco tinham que ver com a democracia operária e camponesa. Schapiro *(A origem da Autocracia Comunista)* relata que os oradores públicos, em momentos de falta de imaginação, tinham sempre a certeza de fazer rir o seu auditório com citações bem escolhidas de Zinoviev sobre os direitos democráticos.

Depois do Congresso, houve um comício no Teatro Bolchoi onde os dirigentes expuseram pùblicamente as suas divergências. Trotsky e Bukharine exprimiram de novo as suas opiniões, que pouco diferiam. Lenine e Zinoviev falaram pela direcção do Partido. O ponto de vista de Lenine tinha mudado um pouco (ver nota 10). Achava agora necessário dissociar-se de Trotsky. Chliapnikov falou pela Oposição Operária. Pediu que todos os órgãos administrativos fossem eleitos e responsáveis perante os operários organizados; propôs também um «Congresso Pan-russo dos Produtores». As teses da Oposição Operária sobre a questão dos sindicatos, exprimidas pela primeira vez nesse comício, foram mais tarde publicadas na *Pravda* (25 de Janeiro de 1921).

([1]) *Relatório estenografado do 8.º Congresso Pan-russo dos Sovietes,* Moscovo, 1921. p. 324.

NOTA 6

A citação de Kollontai é tirada de uma resolução submetida à Conferência regional de Moscovo do Partido, no começo de 1920. A resolução foi mais tarde apresentada no 9.º Congresso do Partido e rejeitada (Março 1920).

A. S. Boubnov, que se tinha juntado aos «democratas centralistas» algum tempo antes, era um personagem versátil. Na conferência do Partido de Julho de 1907 tinha apoiado o boicote da 2.ª Douma e tinha sido apoiado por 8 dos 9 delegados bolcheviques presentes. Lenine tinha-se unido aos Mencheviques, aos sociais-democratas polacos e aos «Bundistas» para rejeitar esta proposta de boicote.

A 16 de Outubro de 1917, Boubnov era nomeado para o Centro Militar, um grupo de ligação entre o Comité Central e o Comité Militar Revolucionário do Soviete de Petrogrado. No princípio de 1918, tinha votado com Bukharine, Uritsky e Lomov contra os acordos de paz com a Alemanha. Viria a organizar mais tarde a oposição aos exércitos alemães na Ucrânia, território onde não se aplicavam os acordos de Brest-Litovsk. No fim do ano de 1923, voltou-se para o lado do aparelho. Apesar desta conversão precoce, foi vítima das depurações dos anos trinta. Em 1956, foi «reabilitado» a título póstumo.

NOTA 7

A *Plataforma dos dez* — publicada a 14 de Janeiro de 1921 — era assinada por Arten-Sergeyev, Kalinine, Kamenev, Lenine, Lozovsky, Petrovsky, Rudzutak, Estaline, Tomsky e Zinoviev.

O documento precisa as ideias de Lenine, em fins de 1920, sobre os sindicatos. Estes deviam ser órgãos de educação — e

não de coerção. Eram considerados sempre como um meio de ligação entre o Partido e a massa dos operários — Lenine opunha-se então ao «erro fundamental» de Trotsky, ou seja, a sua afirmação de que «num Estado operário os sindicatos são supérfulos como órgãos de defesa da classe operária». «No nosso Estado, actualmente, a totalidade do proletariado organizado deve defender-se a si próprio. Devemos utilizar essas organizações operárias para a defesa dos operários contra o seu Estado (¹).

Nenhuma menção do papel autónomo dos sindicatos no processo de produção se encontra na plataforma. Pelo contrário, os sindicatos estavam encarregados da «propaganda para a produção e de exercer a sua função na defesa da disciplina no trabalho». O Partido continuava a ser o órgão supremo. «O Partido Comunista Russo, na pessoa dos seus órgãos centrais e regionais, guia *incondicionalmente*, como dantes, todo o aspecto ideológico do trabalho dos sindicatos» (²).

NOTAS 8 e 9

Trotsky sustentava que num «Estado Operário» os sindicatos e as instituições económicas do Estado «fundir-se-iam durante o seu desenvolvimento». Nestas notas referimo-nos muitas vezes ao «centralismo» de Trotsky. Resta-nos um ponto a explicar. Reconhece-se muitas vezes nos meios trotskistas que Trotsky não tinha razão sobre a questão sindical, que tinha ido «demasiado longe» e que «tinha tido que ser corrigido por Lenine», etc. O que nunca se diz é que Trotsky, com o seu estilo brilhante e cortante e a sua falta de consideração pela gente comum, exprimia ùnicamente o que muitos bolcheviques pensavam, mas não tinham coragem de dizer abertamente.

(¹) e (²) Lenine, «Sobre os sindicatos, a situação actual e os erros do camarada Trotsky», *S. Works*, vol. XXVI, p. 67.

Trotsky era um pensador demasiado lógico, a sua concepção de vida era demasiado coerente e demasiado esquematizada para que a sua atitude sobre os sindicatos pudesse ser considerada como uma aberração momentânea. Quando declarava que «o trabalho... obrigatório em todos os países, para todo o trabalhador, é a base do socialismo» ou que a «militarização do trabalho é o método fundamental, *indispensável* para organizar a força do trabalho» (¹), exprimia ideias cujas raízes se encontram na própria substância do bolchevismo.

Foi depois de ter exprimido tais ideias que Trotsky formou o Tsektran (ver nota 10) de que se iria servir sem piedade para fazer andar de novo os combóios. Em todas as medidas burocráticas que utilizou então, foi apoiado até ao fim pelo Politburo. A ideia de que as acções de Trotsky, durante a maior parte do ano de 1920, não tinham o apoio da direcção bolchevique, não corresponde aos factos. O corte só interveio na reunião do C. C. de 8 e 9 de Novembro de 1920, quando Lenine se dessolidarizou de Trotsky. O Comité Central proibiria então Trotsky de exprimir pùblicamente as suas opiniões sobre as relações entre os sindicatos e o Estado.

NOTA 10

No princípio de 1920 tinha sido dado a Trotsky o Comissariado dos Transportes, além do seu lugar na defesa. «O Politburo ofereceu-se para o apoiar em qualquer acção que exercesse, qualquer que fosse a sua severidade» (²). Logo que se encontrou à cabeça dos transportes, Trotsky pôs em aplicação as suas ideias preferidas, decretando a «militarização do trabalho». Os ferroviários e o pessoal das oficinas de reparação foram colocados sob lei marcial. Houve protestos violentos. Para

(¹) *3.° Congresso Pan-russo dos Sindicatos. Relatório estenografado*, p. 97.
(²) I. Deutscher, *O profeta armado*, p. 458.

reduzir ao silêncio os que o criticavam e com o apoio de toda a direcção do Partido, Trotsky expulsou os responsáveis eleitos dos sindicatos e «nomeou outros, prontos a seguir as suas directivas». «Fez a mesma coisa noutros sindicatos de operários dos transportes» ([1]). Tendo assim o terreno livre, procedeu à organização do Tsektran.

O Tsektran (corpo administrativo central dos caminhos de ferro) foi criado em Setembro de 1920. Era, na sua essência, um produto do cérebro de Trotsky. Resultava da função obrigatória do Comissariado dos Transportes, dos Sindicatos dos Ferroviários e de alguns órgãos do Partido. Toda a rede de caminhos de ferro e o sistema de transportes marítimos ficaria sob o seu comando. À sua cabeça foi nomeado Trotsky. Este dirigia o Tsektran segundo uma linha estritamente militar e burocrática. «O Politburo sustentou-o até ao fim como tinha prometido» ([2]). Os caminhos de ferro começaram a andar de novo, mais ou menos como acontece em todos os países capitalistas, desde o princípio dos caminhos de ferro.

NOTA 11

A expressão «dois sistemas» reflecte muito bem o estado de coisas na Rússia desse momento. Por um lado, falava-se de controlo operário, de educar os operários para gerir a produção, de se lhes dar o direito de inspecção, de se lhes ensinar a contabilidade e os meios da produção comunista. Por outro lado, a direcção real da economia e da produção estava ùnicamente nas mãos de uma burocracia económica, centrada em torno de «especialistas e directores» (escolhidos e nomeados por cima) e de uma burocracia política centrada em torno dos

([1]) I. Deutscher, *O profeta armado*, p. 502.
([2]) Ibid.

«especialistas da política». A democracia proletária, tanto nas fábricas como nos sovietes, estava moribunda.

Lenine tinha consciência da diferença entre «controlo operário» e «gestão operária». Escolheu conscientemente o primeiro, considerando-o como «uma escola indispensável» para a gestão. A passagem seguinte dá-nos uma boa indicação disso: «Até ao momento em que o controlo operário seja um facto e em que os operários avançados tenham organizado e realizado uma cruzada sem piedade contra os que violam esse controlo, ou os que se descuidam no controlo, será impossível passar do primeiro estádio (controlo operário) para o segundo, o socialismo, a gestão operária da produção» ([1]).

Vale a pena notar que a burguesia também tem perfeita consciência de tal diferença. Durante a revolução espanhola, em 1936, o governo de Frente Popular estava pronto a utilizar a palavra de ordem «nacionalização sob controlo operário», como um meio para *retomar* aos operários os caminhos de ferro e outros sectores da indústria, onde a gestão operária era já uma realidade.

NOTA 12

Os comentários de Kollontai sobre os «defensores e os cavaleiros da burocracia» visavam Trotsky. Em Dezembro de 1920, numa reunião à porta fechada do Tsektran, Trotsky tinha defendido a sua política de agir passando por cima dos responsáveis, eleitos, dos sindicatos. «Denunciava os que protestavam dizendo que uma nova burocracia fazia reviver os métodos czaristas de governo». «Uma administração competente, organizada hieràr-

([1]) Lenine, *As tarefas imediatas do governo soviético*, *Selected Works*, vol. VII, p. 328.

quicamente, tem méritos certos», declarava Trotsky. «A Rússia não sofre por excesso mas por falta de uma burocracia eficaz» (1). Por isso, Estaline, alguns anos mais tarde, podia dar-se ao luxo de tratar Trotsky por «patriarca dos burocratas» (2).

NOTA 13

O optimismo de Kollontai não era justificado. Entre a publicação do seu texto e o 10.º Congresso do Partido, a discussão foi-se tornando cada vez mais azeda. Cada vez mais o próprio aparelho do Partido foi utilizado para combater a Oposição.

Uma conferência regional do Partido, reunida em Moscovo em Novembro de 1920, tinha mostrado que os grupos da Oposição cresciam regularmente. A Oposição Operária, os Democratas Centralistas e o grupo de Ignatov (uma fracção de Moscovo estreitamente ligada à Oposição Operária e que se fundiria mais tarde com ela), tinham obtido 124 lugares, contra 154 para os partidários do Comité Central (3). A direcção teve medo e, no começo de 1921, a campanha «oficial» do Congresso foi lançada pela organização de Zinoviev em Petrogrado.

Mas, antes mesmo da abertura do Congresso, utilizou-se uma grande série de medidas para assegurar a derrota da Oposição. Alguns dos métodos empregados eram tão escandalosos que, num dado momento, o comité de Moscovo votou uma resolução (14 vozes contra 13) que criticava pùblicamente a organização de Petrogrado «por não observar as regras de uma discussão correcta» (4). A 13 de Janeiro de 1921, o comité

(1) I. Deutscher, *O profeta armado*, p. 503.
(2) Estaline, *Sochinenya*, vol. VI. p. 29.
(3) Daniels, R. U., *The conscience of the revolution*, p. 138.
(4) Trotsky, Resposta aos camaradas de Petrogrado. *Décimo Congresso do Partido*, pp. 826-827, n.º 1.

do Partido de Moscovo denuncia «a tendência da organização de Petrogrado para agir como se fosse um centro especial para a preparação dos Congressos do Partido». O Comité Central foi igualmente criticado e «chamado insistentemente a velar para que a repartição do material e dos oradores fosse equitativa... de modo a que todos os pontos de vista fossem honestamente representados». No Congresso, Kollontai iria declarar que a difusão da sua brochura, «A Oposição Operária», tinha sido sabotada deliberadamente (1).

Durante as discussões que precederam o Congresso, a fracção leninista serviu-se a fundo da nova Comissão de Controlo para o seu próprio interesse. Obteve a demissão de Preobrajensky e Djerzinsky da Comissão e a sua substituição por «homens do aparelho» endurecidos. Apoiou-os sem cessar no culto da personalidade de Lenine. Conseguiram tomar conta do aparelho do Partido, mesmo nas regiões que sustentavam há muito tempo a Oposição Operária. O próprio Congresso estava «cheio» de delegados de confiança e a resolução oficial foi adoptada sem grande dificuldade.

Lenine abriu o Congresso denunciando a Oposição Operária como «uma ameaça para a revolução». Outros o continuaram. Uma atmosfera de histeria reinava, como nunca se tinha visto num Congresso do Partido. A Oposição denunciou o «burocratismo... como origem da clivagem entre a autoridade dos sovietes e as grandes massas trabalhadoras». Pediu «períodos regulares de trabalho manual para todos os membros do Partido, a fim de ficarem em contacto com as condições de vida dos operários» e uma purga «para expulsar os elementos não proletários do Partido». Milonov, um dos líderes da Oposição Operária, denuncia Lenine como sendo «o maior chinovnik» (pessoa de alto nível na hierarquia da burocracia czarista). O grupo de Ignatov afirma que o fundamento de classe do

(1) Kollontai A., *Décimo Congresso do Partido*, p. 103.

regime soviético mudava e se tornava não-proletário. E pede que dois terços dos membros de todos os comités do Partido sejam operários. O descontentamento, até então escondido, rebenta à cada sessão. Pelo controlo sobre o aparelho, os leninistas (com ajuda dos trotskistas) conseguem, no entanto, conservar o controlo dos debates e fazer votar uma «resolução sobre a unidade» que proibia as fracções. Esta resolução ordenava «a dissolução rápida de todos os grupos, sem excepção, formados a partir de qualquer plataforma». Ordenava a «todos os órgãos de tratar severamente todas as manifestações de fracções, proibindo-as». «A não execução desta decisão», prosseguia a resolução, «levará à expulsão imediata e incondicional das fileiras do Partido».

A resolução dava ao Comité Central poderes disciplinares ilimitados. «O Congresso — dizia — dá ao Comité Central plenos poderes para aplicar todas as sanções do Partido, incluindo a expulsão das fileiras do Partido, nos casos de violação da disciplina, de constituição de fracções ou de tolerância a seu respeito. Para os casos de infracções dos membros do Comité Central, estipulava «a sua retrogradação para a categoria de suplentes e mesmo, em caso extremo, a sua expulsão do Partido».

A resolução declarava também que «a tarefa mais urgente» do Comité Central era «a realização estrita da uniformidade na estrutura dos comités do Partido». Cinco membros do Comité Central dedicar-se-iam exclusivamente ao trabalho interno do Partido, «como visitar os comités de província e assistir às conferências regionais do Partido».

No Congresso, também Trotsky denuncia a Oposição Operária: «avançaram palavras de ordem perigosas, transformaram os princípios democráticos em fétiche, puseram o direito dos operários a eleger os seus representantes acima do Partido. Como se o Partido não tivesse o direito de afirmar a sua

ditadura, mesmo que essa ditadura esteja em conflito temporário com o humor variável da democracia operária!». Falou do «direito de prioridade histórica revolucionária do Partido». «O Partido é obrigado a manter a sua ditadura... quaisquer que sejam as hesitações temporárias, mesmo da classe operária... A ditadura não é fundada em cada instante sobre o princípio formal da democracia operária».

Fora da sala de conferência, a centenas de quilómetros, e enquanto o Congresso deliberava ainda, um outro drama se desenrolava, o drama de Cronstadt. As balas do Partido corrigiam «as hesitações temporárias da classe operária». Denunciavam-se os homens de Cronstadt como «amotinados contra-revolucionários com um general branco à cabeça» (¹). Trotsky ordena às suas tropas «que os abatam como perdizes».

O 10.° Congresso do Partido e os acontecimentos de Cronstadt constituem, no seu conjunto, uma viragem decisiva na Revolução russa. A partir de Março de 1921, a degenerescência burocrática acelerou-se imenso. Os trotskistas, que tinham votado a favor de todas as resoluções de Lenine — mas que não foram suficientemente zelosos na denúncia da Oposição Operária — perderam a maioria dos seus postos no Orgburo e no Secretariado, que foram depurados de alto a baixo. Com a atitude que teve nessa altura, Trotsky levantou um muro sólido e permanente entre aqueles que o seguiam e os operários revolucionários. Quando, anos depois, os chamou a levantar-se contra a burocracia, que nessa altura o ameaçava a ele próprio, os operários ficaram impassíveis.

Em 1837, no apogeu da Revolução francesa, Robespierre voltou-se contra os seus aliados de esquerda (os Hebertistas e

(¹) É interessante notar que Deutscher, que os trotskistas reconhecem como tendo constantemente «respeitado os factos» e que não pode ser suspeito de «esquerdismo», declara que «esta denúncia parece não ter fundamento». *O profeta armado*, p. 511.

os «Enragés») que queriam levar a revolução mais longe. Quando a direita o ameaçou, mais tarde, foi incapaz de mobilizar os bairros operários de Paris. Deu por si completamente isolado. A sorte de Trotsky iria ser a mesma.

Após o 10.° Congresso, a Oposição Operária foi cada vez mais perseguida. O Partido teve de quebrar o controlo que a Oposição tinha sobre o Sindicato dos Metalúrgicos, dirigido por Medvedev. Na conferência do Sindicato, em Maio de 1921, o Comité Central do Partido apresentou uma lista de candidatos para os postos de direcção do sindicato. Os delegados dos metalúrgicos recusaram essa lista, mas «o seu gesto revelou-se inútil: a direcção do Partido nomeou friamente os seus próprios candidatos para os postos dirigentes do sindicato, e a Oposição caiu» (1). Em Março de 1922, uma nova conferência do sindicato dos metalúrgicos teve lugar. A política do sindicato foi decidida pela fracção do Partido cujas reuniões brilharam pela presença de metalúrgicos ilustres como Lenine, Kamenev, Zinoviev, Molotov, Estaline, Cachin... e Clara Zetkin (2)! Alguns meses mais tarde, o 11.° Congresso do Partido (27 de Março a 2 de Abril de 1922) cria uma comissão especial encarregada de «inquirir sobre as actividades da Oposição Operária». Qualquer oposição organizada no interior dos sovietes iria em breve ser declarada ilegal. É também o 11.° Congresso que nomeia Estaline como Secretário Geral do Partido. Mas isso já é outra história...

(notas redigidas pelo grupo inglês *Solidarity*)

(1) R. U. Daniels, The Conscience of the Revolution, p. 157.
(2) Ver Schapiro, *op. cit.*

CRONOLOGIA SUMÁRIA

1917

26 de Julho - 3 de Agosto — VI Congresso do Partido.

25 de Outubro — Derrubamento do governo provisório de Kerensky. Proclamação do governo soviético durante a sessão inaugural do II Congresso dos Sovietes.

1918

7 - 14 de Janeiro — I Congresso dos Sindicatos.

23 de Fevereiro — O Comité Central vota as condições de paz com a Alemanha.

3 de Março — Assinatura do tratado de Brest-Litovsk.

6 - 8 de Março — VII Congresso do Partido.

24 de Maio - 4 de Junho — I Congresso dos Conselhos Económicos.

28 de Junho — Decreto de nacionalização geral. Começo do Comunismo de Guerra.

1919

16 - 25 de Janeiro — II Congresso dos Sindicatos.

18 - 23 de Março — VIII Congresso do Partido. Instituição do Politburo, do Orgburo e do Secretariado.

17 de Dezembro — A «Pravda» publica as teses de Trotsky sobre a militarização do trabalho.

1920

10 - 21 de Janeiro — III Congresso dos Conselhos Económicos.

29 de Março - 4 de Abril — IX Congresso do Partido. Instituição da Comissão de Controlo.

6 - 15 de Abril — III Congresso dos Sindicatos.

22 - 25 de Setembro — IX Conferência do Partido.

22 - 29 de Dezembro — VIII Congresso dos Sovietes.

1921

14 de Janeiro — «Teses dos Dez».

2 - 17 de Março — Revolta de Cronstadt.

8 - 16 de Março — X Congresso do Partido. Proclamação da NEP. Resolução sobre a «unidade», proibindo as fracções no seio do Partido.

BIBLIOGRAFIA

O. Anweiler: *Die Raetebewegung in Russland (1905-21)*, Leiden, 1958. Trad. Francesa: *Les Soviets en Russie (1905-21)*, Gallimard, Paris, 1972.

Archinoff: *Le Mouvement Makhnoviste*. Ed. Bélibaste, Paris, 1969. Tradução portuguesa, ed. Spartacus, Lisboa, 1925 (Ed. de Campos Lima).

Jean Barrot: *Notas para uma análise da Revolução Russa*, Cadernos de Hoje, 1972.

Charles Bettelheim: *La Planification Soviétique*. Ed. Marcel Rivière, Paris, 1945.

Czeslaw Bobrowski: *Formation du système soviétique de planification*. Ed. Mouton, Paris, 1956.

Maurice Brinton: *The Bolsheviks and Workers Control*. Ed. Solidarity, 1970.

Bunyan e Fisher: *The Bolshevik Revolution*.

P. Cardan: *Le rôle de l'idéologie bolchévique dans la naissance de la bureaucratie* (introduction à l'*Opposition* Ouvrière de A. Kollontai), in «Socialisme ou Barbarie», n.° 35, 1964.

E. H. Carr: *A History of Soviet Russia: The Bolshevik Revolution (1917-23)*, 3 Vol., (1950-53), reed. Penguin Books, 1966. *The Interregnum (1923-24)*, id. *Socialism in one Country (1924-26)*, 2 vol., id.

Pierre Chaulieu: *Les rapports de production en Russie*, in «Socialisme ou Barbarie», n.° 2, 1949. Tradução portuguesa, Presença, 1971.

A. Ciliga: *Lénine et la Révolution Russe*, Cahiers Spartacus, Paris.

Documentos da Revolução Mundial, ant. organizada por Fritz Kool e Erwin Oberlaender, introdução de O. Anweiler, 2 vol.: I. *Democracia de trabajadores o dictadura de partido, II. Kronstadt*, Biblioteca «Promoción del Pueblo», ZYX, Madrid, 1971.

Les Izvestias de Cronstadt. Ed. Bélibaste, Paris, 1946.

Claude Lefort: *La Contradiction de Trotsky et le problème révolutionnaire*, «Les Temps Modernes», Dez. 1948 - Jan. 1949. Reed. Cl. Lefort, *Éléments d'une critique de la bureaucracie*, Droz, Genève — Paris, 1971 e Cl. Lefort, *Qué es la burocracia?* Col. «El viejo topo», Ruedo Iberico, Paris, 1970.

Rosa Luxemburg: *La Révolution Russe*. Ed. Spartacus, Paris, 1946.

Ida Mett: *La Commune de Cronstadt*, Cahiers Spartacus, n.° 11, que, Seuil, Paris.

Leonard Schapiro: *Les Bolchéviks et l'Opposition*. Ed. Les Iles d'Or, Paris, 1958.

L. Trotsky: *Histoire de la Révolution Russe*, 2 vol., Col. Politique, Sevil, Paris.

Voline: *La Révolution Inconnue*. Ed. Pierre Belfond, Paris, 1968.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 5

NOTA SOBRE O TEXTO 25

A OPOSIÇÃO OPERÁRIA 27

NOTAS HISTÓRICAS 91

CRONOLOGIA SUMÁRIA 121

BIBLIOGRAFIA 123

■ **AFRONTAMENTO**

APARTADO 532 — PORTO

VOLUMES PUBLICADOS:

ANTOLOGIAS

1. *Ao Encontro da Pessoa*, Emmanuel Mounier e Jean Lacroix (fora do mercado)
2. *O Homem Invisível*, Pablo Neruda (esgotado)
3. *Do Integrismo ao Nacional Catolicismo — Os Católicos e as Direitas*, Louis Davallon, P. A. Liège, M. Garrigou Lagrange, Louis Guinchard, Yves Congar (esgotado)
4. *O plano Langevin-Vallon para a reforma do ensino* (esgotado)
5. *Iniciação à Teoria Económica*, Ernest Mandel; 2.ª edição (esgotado)

TEXTOS

1. *Mas Socialismo porquê?*, Albert Einstein (esgotado)
2. *Vietnam*
   A oposição à guerra nos E. U. A.
   Programa da Frente Nacional de Libertação do Vietname do Sul (esgotado)
3. *O Socialismo Crítico de Hoje—Teses de «Il Manifesto»*, Agosto de 1971 (fora do mercado)
4. *A Dominação Inglesa em Portugal*, estudo de Armando Castro com 3 textos do século XIX em antologia. Junho de 1972.
5. *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire, Novembro de 1972.

MOVIMENTO OPERÁRIO PORTUGUÊS

1. *Da Casa Sindical ao Forte de Sacavém*, introdução de César Oliveira, Novembro de 1971 (fora do mercado)
2. *O Congresso Sindicalista de 1911*, selecção, prefácio e notas de César Oliveira, Dezembro de 1971 (fora do mercado)
3. *O Operariado e a República Democrática 1910-1914*, César Oliveira, Março de 1972
4. *Movimento Operário em Portugal*, Campos Lima, Maio de 1972
5. *O Sindicalismo em Portugal*, Manuel Joaquim de Sousa, Maio de 1972

O SACO DE LACRAUS

1. *A Oposição Operária*, Alexandra Kollontai, Janeiro de 1973.

CIDADE EM QUESTÃO

1. *OCUPAÇÃO do Bairro do Bom Sucesso em Odivelas, por 48 Famílias de Barracas*, Março de 1972
2. *Urbanizar e Construir para Quem?*, Fernando Gonçalves, Junho de 1972.

BEZERRO D'OURO

1. *Em Defesa de Joaquim Pinto de Andrade*, Mário Brochado Coelho — Julho de 1971; 2.ª edição, Agosto de 1971 (fora do mercado)
2. *A Prisão do Dr. Domingos Arouca*, Francisco Salgado Zenha, Novembro de 1972.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

1. *Moçambique pelo seu Povo* — selecção, prefácio e notas de José Capela — Agosto de 1971 (esgotado)

2. *Encontro*, alguns aspectos da religião tradicional discutidos pelo povo de Macieira da Lixa, Outubro de 1971; 2.ª edição, Novembro de 1971; 3.ª edição, Outubro de 1972.

3. *Maria de Nazaré*, um pequeno Povo de Pobres reconhece-A como a companheira ideal no esforço a desenvolver para a libertação de todos, Fevereiro de 1972 (fora do mercado)

4. *Nós matámos o Cão-Tinhoso*, contos, 2.ª edição revista, Luís Bernardo Honwana, Março de 1972

5. *Presos Políticos*, documentos 1970-1971.

Esta edição foi composta e impressa na Gráfica Firmeza com sede na Rua da Boavista, 302—Porto, tendo ficado concluída a impressão em 24 de Janeiro de 1973.

DA CRÍTICA

A famosa diplomata soviética Alexandra Kollontai, amiga e colaboradora de Lenine, cuja vida foi levada para os ecrans no ano passado, foi uma jogadora [de xadrez] de renome. Existe mesmo uma gravura que a representa, jogando no Kremlin com Vladimir Ilitch, sob o olhar conhecedor da Kroupskaia, a esposa de Lenine, que também era uma boa jogadora.

em "O Primeiro de Janeiro" de 24/9/1972